KATIA MARIA ABUD

O SANGUE INTIMORATO E AS NOBILÍSSIMAS TRADIÇÕES:

a construção de um símbolo paulista, o bandeirante

EdUFMT DIGITAL

O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições: A Construção de um Símbolo Paulista, o Bandeirante

SECEL
Secretaria de
Estado de Cultura,
Esporte e Lazer

Governo de
Mato
Grosso

Mauro Mendes
Governador do Estado de Mato Grosso

Otaviano Pivetta
Vice-Governador do Estado de Mato Grosso

Allan Kardec Pinto Acosta Benitez
Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer

Jose Paulo da Mora Traven
Secretário Adjunto de Cultura

Jefferson Carvalho Neves
Secretário Adjunto de Esportes e Lazer

Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso

Reitor
Evandro Aparecido Soares da Silva

Vice-Reitora
Rosaline Rocha Lunardi

Coordenador da Editora Universitária
Francisco Xavier Freire Rodrigues

Supervisão Técnica
Ana Claudia Pereira Rubio

Conselho Editorial

Membros

Francisco Xavier Freire Rodrigues (Presidente - EdUFMT)
Ana Claudia Pereira Rubio (Supervisora - EdUFMT)
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt (FEF)
Ana Claudia Dantas da Costa (FAGEO)
Carla Reita Faria Leal (FD)
Divanize Carbonieri (IL)
Elisete Maria Carvalho Silva Hurtado (SINTUF)
Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT)
Evaldo Martins Pires (CUS - Sinop)
Gabriel Costa Correia (FCA)
Gustavo Sanches Cardinal (DCE)
Ivana Aparecida Ferrer Silva (FACC)
Joel Martins Luz (CUR – Rondonópolis)
Josiel Maimone de Figueiredo (IC)
Karyna de Andrade Carvalho Rosetti (FAET)
Léia de Souza Oliveira (SINTUF/NDIHR)
Lenir Vaz Guimarães (ISC)
Luciane Yuri Yoshiara (FANUT)
Mamadu Lamarana Bari (FE)
Maria Corette Pasa (IB)
Maria Cristina Guimaro Abegao (FAEN)
Mauro Lúcio Naves Oliveira (IENG - Várzea Grande)
Moisés Alessandro de Souza Lopes (ICHS)
Neudson Johnson Martinho (FM)
Nilce Vieira Campos Ferreira (IE)
Odorico Ferreira Cardoso Neto (CUA - Araguaia)
Osvaldo Rodrigues Junior (IGHD)
Pedro Hurtado de Mendoza Borges (FAAZ)
Regina Célia Rodrigues da Paz (FAVET)
Rodolfo Sebastião Estupiñán Allan (ICET)
Sérgio Roberto de Paulo (IF)
Zenesio Finger (FENF)

Katia Maria Abud

O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições: A Construção de um Símbolo Paulista, o Bandeirante

1ª Edição

EdUFMT
Cuiabá, MT
2021

Copyright (c) Katia Maria Abud, 2021.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº9.610/98.

A EdUFMT segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A165s
Abud, Katia Maria.
O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista, o bandeirante. [ebook]/ Katia Maria Abud. 1ª edição. Cuiabá-MT: EdUFMT , 2021.
201 p.

ISBN 978-65-5588-093-9

1. História. 2. Bandeirante(s). 3. Símbolo Paulista I. Título.

CDU 93(815.6)

(Douglas Rios — Bibliotecário — CRB1/1610)

Coordenação da EdUFMT: Renilson Rosa Ribeiro

Supervisão Técnica: Ana Claudia Pereira Rubio

Revisão Textual e Normalização: Giselle Marques Ramos de Oliveira

Leitura Crítica: Elizabeth Madureira Siqueira

Arte da Capa & Diagramação: Kenny Kendy Kawaguchi

Arte Inspirada na capa da partitura musical Anhanguera: hynno. São Paulo: G. Ricordi & C.: s.d.

Editora da Universidade Federal de Mato Grosso
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367
Boa Esperança. CEP: 78.060 - 900 - Cuiabá, MT.
Contato: www.editora.ufmt.br
Fone: (65) 3313-7155

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Agradecimentos

O primeiro dos agradecimentos endereço a minha orientadora, à professora doutora Laima Mesgravis, no Curso de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1986. A sua orientação firme e a segurança nos comentários e correções devo a realização final do trabalho, bem como a sua compreensão e atenção na leitura dos primeiros escritos foram fundamentais para a finalização deste trabalho.

À Raquel Glezer, minha amiga de tantos anos, que com seriedade e competência fez a primeira leitura dos originais, cujo olhar me orientou na leitura e revisão do texto e nas citações bibliográficas.

À Elizabeth Madureira Siqueira, amiga desde os tempos de trabalho na Universidade Federal de Mato Grosso, que mais uma vez leu o texto e deu sugestões oportunas para sua modificação, expresso minha gratidão.

Ao Renilson Rosa Ribeiro, amigo novo, agradeço a oportunidade da publicação na EdUFMT, universidade onde me iniciei profissionalmente no ensino universitário e da qual, na realidade, apesar do tempo passado nunca me senti desligada.

PREFÁCIO

O passado para quem precisa do passado

Fazer o prefácio do livro de Katia Maria Abud é uma honra que, para os historiadores paulistas, especialmente os dedicados aos estudos do período colonial, imperial e da Primeira República, não é necessário explicar, pois é uma das teses dos anos oitenta, do século XX, das mais citadas, referenciadas e consultadas por inúmeros outros trabalhos e pesquisas. Até que enfim sai em livro!

Para o público do século XXI, é necessário dizer que a figura do bandeirante foi omnipresente no material didático das escolas públicas e privadas dos anos de 1950 e 1960.

Imagens, lembretes do heroísmo paulista, hino da Revolução Constitucionalista de 1932, poesias referentes ao episódio, fizeram parte do cotidiano das crianças que estiveram no sistema escolar estadual, pois eram elementos constantes dos cadernos e livros didáticos.

A reiteração do passado heroico e glorioso era anual, com as comemorações como a fundação da cidade, em janeiro; a Revolução de 1932, em julho, em desfiles e visitas ao Obelisco; e a Independência, em setembro.

E, em 1954, a comemoração do IV Centenário da cidade, a inauguração do Parque Ibirapuera com os edifícios, exposições, memorabilia e demais símbolos foi marco inesquecível, anualmente, relembrado pelas mídias até nossos dias.

Bandeirantes também são omnipresentes na cidade de São Paulo: há o Palácio dos Bandeirantes, projeto dos arquitetos Marcello Piacentini e Francisco da Nova Monteiro, no bairro do Morumbi - sede do governo estadual desde 1965; estátua de bandeirante - Borba Gato, de Júlio Guerra, em Santo Amaro – que olha do sul para o norte, em direção ao Monumento às Bandeiras, de Victor Brecheret, concluído em 1953, no Parque Ibirapuera; as estátuas monumentais de Fernão Dias Paes Leme e Antonio Raposo Tavares, de autoria de Luigi Brizzolara no saguão de entrada do Museu Paulista, organizado como museu de história para o Centenário da Independência em 1922. E escolas estaduais os têm como patronos: a Anhanguera e a Fernão Dias Paes.

As estradas principais que percorrem o estado homenageiam os bandeirantes, pois a explicação ainda corrente é que o trajeto delas acompanha os caminhos das bandeiras. Foram sendo construídas de acordo com os recursos financeiros disponíveis, a partir da capital em direção ao interior para as fronteiras com os estados limítrofes, como a Rodovia Raposo Tavares, que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul, com início em 1937; a Via Anhanguera, de São Paulo, construída a partir de 1940, em direção ao sul de Minas Gerais e Goiás; a Rodovia Fernão Dias, de São Paulo a Belo Horizonte/MG, inaugurada em 1959; a Rodovia dos Bandeirantes, de São Paulo em paralelo com a via Anhanguera, datado seu início em 1978.

Há ruas e avenidas: avenida dos Bandeirantes, da década de 1970, e muitas ruas espalhadas pelos bairros mais antigos, como Afonso Sardinha, Antônio Bicudo Leme, Antônio Dias Adorno, Antônio Dias de Oliveira, Antônio Raposo Tavares, Antônio Soares Ferreira, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, Baltasar Fernandes, Belchior Dias Moreia, Manuel da Borba Gato, Braz Leme, Carlos Pedroso da Silveira, Henrique

da Cunha Gago, Domingos Jorge Velho, Fernando de Camargo (o Jaguaretê), Fernão Dias Pais, Francisco Dias Velho, Gabriel de Lara, João de Faria Fialho, João de Siqueira Afonso, Lourenço Carlos Mascarenhas e Araújo, Manuel Preto, Mateus Luís Grou, Nicolau Barreto, Pascoal Moreira Cabral, Pedro Vaz de Barros, Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, Salvador Fernandes Furtado, Fernandes Tourinho e Simão Álvares.

E há também um avião, um dos primeiros da linha de produção da Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), o Bandeirantes (BEM 110), desenvolvido na década de 1960 e em atividade até nossos dias. Sem contar os apostos empregados livremente, sempre de forma elogiosa, para líderes ou pessoas de destaque em qualquer campo da atividade humana: "bandeirante da indústria"; "bandeirante do comércio"; "bandeirante da agricultura".

A simbologia do Estado de São Paulo está fortemente ancorada na imagem mitificada de seu passado – o bandeirante como o construtor da nação, nunca devidamente reconhecido e com seus méritos também nunca recompensados. Todos os habitantes do Estado são "bandeirantes", descendem dos bandeirantes, não importando origem familiar, raça, religião, gênero, um processo de inclusão ainda a ser estudado.

Do passado mitificado, sempre é possível extrair considerações políticas, que também se amparam em questões econômicas, demográficas, culturais para exigir a hegemonia política, como se os atos definidos como heroicos do passado, pelos contemporâneos, pudessem ser recompensados "a posteriori" com a concessão de todos os desejos.

A análise que a autora faz da historiografia paulista do século XVIII – Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, chegando a

Afonso d'Escragnolle Taunay e Alfredo Ellis Junior, praticamente a primeira metade do século XX, contextualizando cada um dos autores e as obras em seu momento histórico de produção e na perspectiva adotada para narrar o passado – foi muito original, pois suas fontes foram as obras históricas, que até então eram citadas como registros comprobatórias do passado. Esta transformação de fontes comprobatórias em outro objeto - fontes para serem analisadas criticamente e contextualizadas como qualquer outra produção cultural, transforma seu texto em obra referencial para todos os outros pesquisadores da historiografia paulista colonial e de qualquer outro período.

A leitura crítica e contextualização do produto cultural pode ser aplicada em qualquer espaço geográfico, em qualquer momento histórico e em qualquer produto cultural, não importando o suporte e a forma de divulgação.

Com o crescimento da produção acadêmica das universidades paulistas a partir do final do último quartel do século XX, são inúmeras as citações de seu trabalho, praticamente, impossíveis de serem retraçadas pela dispersão: estão em dissertações, teses, artigos acadêmicos, textos de divulgação histórica, livros...

Quando a tese foi pesquisada e redigida não havia sido lançada a edição brasileira de Hobsbawm e Ranger (1983); Pierre Nora estava começando a edição de Lieux de mémoire (NORA, 1984), que durou quase dez anos, e Maurice Agulhon só tinha editado o primeiro volume de sua trilogia sobre a Marianne (AGULHON, 1979)[1] , que levou mais

1 AGULHON, Maurice. Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 à 1880. Paris: Flammarion, 1979; Marianne au pouvoir. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1880 à 1914. Paris: Flammarion, 1989; Les Métamorphoses de Marianne. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1914 à nos jours. Paris: Flammarion, 2001.

de vinte anos para ser concluída. E no mesmo ano de 1985, Lowenthal (2015) lançou seu livro, criticando a história como reconstrução objetiva do passado.

Em termos nacionais, a crítica ao passado mitificado, no caso, o da proclamação da República e a Primeira República, pode ser lida em José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1990).

Em nossos dias, para os historiadores acadêmicos, as noções de "invenção da tradição", "lugares de memória", "comunidades imaginadas/imaginárias", "passado mitificado" são correntes e usuais. Não escandalizam mais a ninguém, exceto aos mais tradicionais e aos tradicionalistas, que questionarão aos historiadores a "destruição" do passado verdadeiro e imutável, como se em algum trabalho de historiador contemporâneo e atualizado houvesse a pretensão de "reconstruir" a verdade e "o que aconteceu".

A edição deste livro é, pois, muito bem-vinda e preenche uma lacuna relevante no conhecimento histórico e historiográfico nacional.

São Paulo, 10 de agosto de 2019

Raquel Glezer

Professora Titular de Metodologia da História no
Departamento de História, da Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução 14

Capítulo 1 - A proto-história dos bandeirantes 26

Capítulo 2 - A construção dos herdeiros 62

Capítulo 3 - A cristalização da imagem 102

Capítulo 4 - A manipulação do conhecimento 161

Conclusão 181

Referências 186

Introdução

No hay discurso histórico cuya eficácia sea puramente cognoscitiva.

Carlos Pereyra (1984)

São bastante conhecidas as expressões gráficas, visuais e artísticas nas quais o vocábulo "paulista" é substituído por bandeirante – nas ruas, praças, nos discursos políticos, hinos e homenagens a São Paulo. O bandeirante, sem sombra de dúvida, é a figura que, por excelência, representa uma entidade paulista.

A finalidade deste livro, originalmente uma tese de doutorado, é estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas e investigar os mecanismos e relações que levaram à constituição do bandeirante como o maior símbolo do estado de São Paulo.

Construída ao longo do tempo por perspectivas de análise divergentes, a representação histórica do bandeirante e do movimento bandeirista se envolve em polêmica. Descritos, por um lado, como lobos vestidos de peles de cordeiro, hipócritas que roubavam as igrejas e aprisionavam índios, e mais, que prendiam índios adultos e matavam seus filhos pequenos, os bandeirantes eram tidos, pelos jesuítas espanhóis, como assassinos de extrema crueldade, instrumentos selvagens do poder europeu que havia se estabelecido sobre as Índias Ocidentais. Foram responsabilizados, quase que com exclusividade, pelo desaparecimento e pelas condições de vida das sociedades indígenas.

Por outro viés da História, o bandeirante transformou-se no construtor da nacionalidade, responsável pelo elo estabelecido entre as

longínquas regiões da América meridional, cuja anexação transformou o traçado geral do mapa do Brasil. Seu nome se tornou sinônimo de bravura, integridade, arrojo, progresso, superioridade.

Em qualquer uma das versões, ficam evidentes as marcas dos conflitos que a sociedade enfrentava quando as produziu. Foram os religiosos organizadores das reduções jesuíticas do Paraguai, que traçaram, com fortes pinceladas, a imagem negativa, a "Legenda Negra" do bandeirantismo. Montoya (1639), Jarque (1687) e, posteriormente Charlevoix (1756), Vaisette (1755) são sempre lembrados, quando a imagem do bandeirista se torna escura, manchando-se de negro pelos crimes praticados. O horror que àqueles significou o ataque dos bandeirantes às suas organizações missionárias, provocou o aparecimento de uma literatura indignada, que criou uma visão negativa do bandeirante, a "legenda negra", ainda hoje retomada em algumas obras que rediscutem o tema, principalmente, nos livros didáticos.

Somente no século XVIII, o seguinte à formação da "legenda negra", começou-se a construir a "legenda dourada", a nova versão sobre os paulistas e as expedições que tinham organizado e levado, para além do Meridiano de Tordesilhas, a posse portuguesa na América. Naquele período, a narrativa da penetração no território sul-americano começou a se confundir com a história de São Paulo – a formação territorial do Brasil passou a ser vista como uma parte da história paulista. E a partir desse momento, o bandeirante ocupou um lugar de destaque na História do Brasil, tornando-se, sobretudo, a principal figura de sua história. O movimento bandeirista é, com certeza, o tema que centraliza a História de São Paulo no período colonial.

Como objeto de estudos históricos, houve dois momentos marcantes:

- no século XVIII, quando aparece como tema na obra de historiadores do período;

- nas três primeiras décadas do século XX, período áureo da produção relativa ao bandeirantismo.

Os primeiros documentos historiográficos significativos centrados no bandeirismo foram os de Frei Gaspar da Madre de Deus (edição de 1975) e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme (edição de 1980). O primeiro destacou a figura do mameluco no movimento expansionista e o segundo, além de engrandecer os bandeirantes em sua nobiliarquia, colecionou toda documentação referente às Minas descobertas pelas bandeiras.

Ao defender os sertanistas contra os ataques dos jesuítas, os dois historiadores iniciaram o processo de conformação da imagem do bandeirante que foi, mais tarde, reforçada pelos historiadores que se seguiram, ao fazer dele o símbolo da sociedade paulista. A imagem que construíram perdurou diluída no século seguinte, exaltada por viajantes e poetas, porém, nas páginas dos historiadores ressurgiram, nas décadas iniciais do século XX, com mais força e brilho nas páginas dos estudiosos da História: Ellis Jr. (1976), Taunay (1975), Paulo Prado (1972), Alcântara Machado (1929), entre outros, que, com suas pesquisas, aprofundaram o conhecimento sobre as bandeiras e sobre os bandeirantes. Semelhante construção histórica permitiu que se cristalizasse a imagem que Frei Gaspar e Pedro Taques haviam esboçado.

Tais construções fizeram, também, emergir um símbolo que haveria de ser utilizado pela elite política, cada vez que houvesse necessidade de se estabelecer o sentimento de nacionalidade e de homogeneidade não somente entre os paulistas, mas também entre eles

e os brasileiros de outros estados, ainda que no imaginário do conjunto dos brasileiros.

Os estudos formais sobre o bandeirismo produziram um conhecimento que fundamentou a crônica popular, associando a gana dos bandeirantes por oportunidades, riquezas e aventuras ao desenvolvimento alcançado por São Paulo, especialmente, a partir da expansão cafeeira em seu território. O discurso interviu numa realidade social, ou seja, naquela em que foi produzido, pois sua eficácia não pode ser resumida ao mero aspecto cognitivo, considerando que a produção histórica não é neutra, no sentido de estar desvinculada das contradições e conflitos que atingem a sociedade.

Sem dúvida, há uma função de conhecimento que se expressa nos textos e elaborações produzidos pelos historiadores, mas existe também a função social, que não é exclusiva e, tampouco, tem primordialmente a função de caráter teórico. Todo discurso histórico, além de possuir uma validade que lhe é conferida pela sua eficácia cognitiva, intervém na realidade social, se prestando, com maior ou menor utilidade, para as diferentes forças em conflito. Daí, decorrem as duas dimensões do discurso histórico a serem consideradas: o conhecimento produzido sobre determinado objeto e a utilização que dele faz a sociedade, ao se constituir em elemento de pressão que interfere na escolha do objeto a ser estudado pelo historiador.

Estas duas dimensões do conhecimento histórico sobre os bandeirantes constituem objeto deste estudo que pretende questionar as condições que levaram à necessidade de sua criação como sujeito histórico ou forma de conhecimento e utilização como símbolo, na medida em que se considera que tal necessidade é fruto da própria dinâmica social. Mudanças que ocorrem no seio da sociedade provocam

o aparecimento de novos pontos de referência, repensados em função de um novo conjunto de símbolos. Identificar quais elementos agiram como pressionadores na construção da simbologia bandeirista — e os mecanismos mesmos dessa construção — é o ponto central da discussão que norteia a presente obra.

A evocação do bandeirante como símbolo é muito frequente nos estudos sobre a sociedade paulista. Este é o caso de Love (1982) Chauí (1978), Capelatto (1981) os quais a ele se referem como elemento simbólico, procurando explicação para sua utilização em determinados contextos sociopolíticos, isentando-se, porém, de procurar a gênese do símbolo nas obras dos historiadores.

Maria Helena Capelatto, por exemplo, aborda o assunto ao reconstituir o quadro de valores que compuseram o ideário da Revolução de 1932 e nota que o "bandeirante-histórico" foi, no momento da Revolução, transformado em símbolo de heroísmo e vigor da raça e que os bandeirantes não eram apresentados como símbolos dos representados das tradicionais famílias paulistas. Essa versão "[...] se revestia agora, de outra conotação. Bandeirante era todo paulista que se dispusesse a partir para a luta" (CAPELATTO , 1981).

Ao estudar o pensamento autoritário, Marilena Chauí também analisa o papel que a simbologia Bandeirante exerceu como substituto de mito de origem europeia, nas operações teóricas dos pensadores integralistas. O Bandeirante e outras figuras míticas caboclas (o Sertanejo, o Gaúcho), quando "[…] entram em cena, funcionam como palavras encantatórias que permitem a aplicação de esquemas europeus sem que nos envergonhemos deles" (CHAUI; ROCHA, 2013, p. 37).

Joseph Love é o que mais se estende no assunto. Fundamentado nas teorias de Johan Galtung e Ernest Haas sobre as formas de integração, explica-o como um conjunto de símbolos que os paulistas usaram ao enfrentar algumas questões que lhes foram peculiares durante a Primeira República, ou seja, os diferentes processos de integração que emergiram na História de São Paulo. Considera ele que foi o "[…] bandeirantismo que ofereceu a solução simbólica para o problema da lealdade dividida, que se devia ao Estado e à Nação" (LOVE, 1982, p. 298-299).

A valorização das diversas etnias que haviam contribuído para a criação de um tipo único, o bandeirante, justificaria implicitamente a assimilação de imigrantes e migrantes de outros países e estados. Seu apelo maior, porém, deriva da adesão implícita ao federalismo hegemônico, ou seja, da "crença na superioridade de São Paulo", o que serviu de base para explicar a liderança que o estado exercia sobre o país, uma vez que o bandeirante compatibilizaria o regionalismo e o nacionalismo, identificando o Estado à Nação.

Capelato (1981), Chauí (1978) e Love (1982) embora tivessem como base de estudo objetos distintos, fizeram-no em diferentes momentos históricos, ao identificarem a presença do bandeirante com um símbolo, em contextos nos quais a figura de unificação (ou como quer Love, de integração) centralizava o debate sobre o tema. O bandeirante tomado como figura mítica deriva simbolicamente do bandeirante histórico.

Os estudos de história sobre o movimento bandeirista produziram um conhecimento que permitiu que a simbologia fosse criada sobre o pano de fundo da unificação – seja racial (a bandeira seria composta por brancos, portugueses e espanhóis, por

índios, negros e mestiços); seja territorial e política (o movimento bandeirantista incorporou ao domínio português imensas regiões da América Meridional); seja econômica (envio de mão de obra de indígenas aprisionados às diversas capitanias; descoberta do ouro que enriqueceu a Europa).

Qualquer que seja a abordagem do movimento bandeirista, sua organização, na visão dos seus historiadores, representava uma unidade. Tal noção, presente no conceito de Bandeirismo, se alia à de "superioridade" racial, social e psicológica do bandeirante. O nivelamento, a expressão da igualdade e da integração se fazem representar através das qualidades positivas que foram a ele atribuídas e se fizeram implícitas ao seu próprio conceito.

Os atributos colados à figura histórica do sertanista, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do século XX, constituíram-se no fator predominante para que a validade teórica se unisse à utilidade ideológico-política. Nos momentos da história paulista em que emergiu a necessidade de integração social, de nivelamento entre segmentos de uma mesma classe, com o objetivo de dirimir conflitos possíveis, e capazes de garantir a permanência de instituições já existentes, ou de criar condições para o aparecimento e desenvolvimento de outras, a figura mítica do bandeirante se fez determinante.

No presente livro, como já foi dito, pretende-se reconstituir o caminho percorrido na construção do bandeirante como objeto do conhecimento histórico e que o levou a se transformar em símbolo paulista. Para isso, as obras selecionadas foram as consideradas formalmente de História, uma vez que foram produzidas por autores que criaram ou desenvolveram uma forma de conhecimento matriz, depois divulgada por outros, em obras menores.

Um estudo de historiografia, campo específico da pesquisa histórica, envolve procedimentos metodológicos próprios à utilização de fontes específicas, neste caso, na produção dos historiadores majoritariamente paulistas ou representantes deles. Outras formas de expressão, como a ficção, a imprensa periódica e a literatura didática, foram utilizadas como documentação auxiliar na análise das obras de historiadores que tiveram maior contribuição para a construção do conhecimento sobre as bandeiras e o bandeirantismo.

A pesquisa teve como objetivo analisar as obras de História, consideradas matrizes de uma forma específica de conhecimento, definida por outros veículos que a reproduziram. Procurou-se esclarecer as ligações entre o conhecimento produzido, no seu aspecto meramente cognitivo e sua eficácia como interventor na realidade social da qual é produto, uma vez que a obra histórica, quando utilizada de modo ideológico e político, não possui a magnitude proporcional no que concerne à sua validade teórica.

Dessa forma, pretendeu-se ir à raiz do conhecimento histórico sobre as bandeiras, assim como localizar a perspectiva que o construiu e desvendar a maneira de pensar e interpretar a vida social do grupo que apresenta esse conhecimento como universal e definir seus compromissos sociais e históricos. A análise desses aspectos deve permitir que se reconstitua a "história da História", quanto ao aspecto cognitivo, como o da manipulação que se fez do conhecimento elaborado para fins políticos e ideológicos.

A partir do último quartel do século XIX, a expansão da cafeicultura e o surgimento de uma nova elite política trouxeram novos símbolos de progresso e civilização para São Paulo, que, até então, tivera pouca importância política e econômica. Naquele momento, o

estado se transformava num dos mais produtivos e promissores do Brasil, mas seu poder econômico não se revestia de força política.

A participação no movimento republicano havia conduzido as lideranças paulistas ao centro do poder no qual, pensavam, poderiam implantar, como projeto político, uma federação que permitisse a ampliação do poder dos estados (e, é claro, mais ainda o de São Paulo). A autonomia requisitada implicava num projeto de hegemonia do estado, que, àquela altura, sustentava economicamente a nação. No entanto, o lugar de prestígio ocupado por ele não se explicaria somente pelo peso da cafeicultura, mas também porque, acreditavam os paulistas, São Paulo tinha sido responsável pela expansão do Brasil e enriquecimento da metrópole após a descoberta das minas de ouro.

Desde o início da colonização, coubera aos habitantes do planalto de Piratininga levar à frente a expansão colonial. Tinham sido responsáveis pela conquista do território, forjando a unidade territorial do que viria se tornar o Brasil, mas também pelo enriquecimento da metrópole, com o ouro que seus desbravadores tinham descoberto, além de se reconhecerem como portadores da civilização para os mais distantes rincões da América, que eles mesmos tinham tornado portuguesa. Mais ainda, o isolamento do Planalto mantinha seus habitantes afastados das atividades que incluíam relações mais próximas com Portugal.

Era comum nos relatos coloniais, tanto de paulistas quanto de estranhos que visitavam a cidade, a observação do estado de independência que estabeleciam com a metrópole portuguesa. Muitas vezes, as observações tinham um cunho negativo, visto serem eles apontados como bandidos que buscaram refúgio em região de difícil acesso, para não serem fustigados pelas leis metropolitanas. Outras vezes,

eram louvados pela coragem e independência, ao enfrentar a natureza inóspita e os índios bravios, impulsionados mais pela coragem que pela ambição.

A riqueza e o progresso de São Paulo passaram a ser considerados consequência de sua própria história. Se o estado ocupava, nas décadas iniciais do século XX, um lugar privilegiado no quadro nacional, era porque os paulistas tinham construído uma história de arrojo e valentia, herdados dos primeiros habitantes da Capitania de São Vicente.

A literatura referente aos paulistas nem sempre manteve essa aura positiva. As primeiras narrativas escritas sobre o bandeirismo, as crônicas dos contemporâneos do movimento bandeirista, se revelaram sob duas perspectivas: aquela relacionada às imagens construídas sobre os moradores de Piratininga, os quais percorriam o interior a prear índios para levar a bom termo a produção de uma agricultura de subsistência, e uma segunda mirada, na qual os primeiros documentos, contemporâneos do movimento sertanista foram produzidos na perspectiva do reconhecimento do território e do achamento de riquezas minerais.

Nesse último aspecto, conforme se observa no primeiro capítulo, há que se notar que os primeiros documentos davam atenção especial à Guerra dos Emboabas, embora se tratasse de crônicas e descrições de viagens pelos sertões, textos nos quais começava a se esboçar o perfil histórico do personagem que se transformaria na figura mítica do Bandeirante.

O segundo capítulo tem como ponto nuclear as obras de Pedro Taques e Frei Gaspar (1975). Procurou-se distinguir as linhas mais fortes que compuseram a figura bandeirista e que deram seu

contorno básico, mais tarde, enfatizado por outros historiadores. As peculiaridades da sociedade paulista na segunda metade do século XVIII deram, às duas obras citadas, o sentido de recuperação do poder por um grupo que se sentia secundarizado e que se julgava com direito a determinados privilégios, por sua ascendência – daí a importância dada ao bandeirante por aqueles autores.

A aquietação dos conflitos, trazidos pelo afluxo de novos componentes populacionais, que adicionados às mudanças que ocorreram no início do século XIX, trouxeram outros problemas para os quais a resposta seria buscada em outros temas históricos, que não o Bandeirante. O terceiro capítulo mostra o esvanecimento de sua imagem e posterior recuperação, quando a expansão do café ofereceu poderio econômico a São Paulo.

O início do século XX foi o período em que uma série de obras foi escrita sobre as bandeiras, ocasião em que a imagem do bandeirante ganhou contornos mais nítidos. Foram tratados os trabalhos de Ellis Jr. (1976), Alcântara Machado (1929) e Afonso de Escragnolle Taunay (1975) sobre as bandeiras, bem como alguns livros considerados secundários, os quais seguiram mais claramente a linha de interpretação proposta por cada um daqueles autores.

Por fim, o quarto capítulo abordou rapidamente dois momentos históricos em que houve manipulação da imagem do Bandeirante, no sentido de transformar o objeto do conhecimento histórico em símbolo, para fins políticos: a Revolução de 1932 e o Estado Novo. Procurou-se evidenciar que aqueles dois fatos históricos tinham projetos opostos, revelando a manipulação que se fez do conhecimento e permitindo que o bandeirante pudesse, simbolicamente, representá-los.

Capítulo 1

A proto-história do Bandeirante

Fomentou esse ódio com mais rigor o poder e respeito que os paulistas lograriam como pessoas principais e fundadoras de povoações e aumentadas em riquezas e venerações dos favorecidos: coisas que aumentam a inveja e confirmam o mais fino e invertebrado ódio.

Bento Fernandes (c.1750)

E os paulistas se arrancharam por fora buscando sempre a vizinhança do mato para se comunicarem com as feras, de quem herdavam os corações...

José Alvares de Oliveira (c. 1751)

O Bandeirante do seiscentismo não escreveu sobre si mesmo. As bandeiras não deixaram suas memórias. A bibliografia do século XVII, no Brasil, produzida pelos colonos, é muito pobre, uma vez que não restaram escritos particulares, memórias ou relatos dos que participaram do século de expansão territorial da colônia portuguesa. As experiências vivenciadas por homens rudes, pouco afeitos ao universo das letras e com dificuldade para prover a própria sobrevivência, não foram partilhadas. Os habitantes de São Paulo não se preocuparam em deixar registrados os feitos e as realizações, que lhes foram posteriormente atribuídas, o que se deu em decorrência das dificuldades que a terra lhes oferecia. Poucos séculos depois seriam considerados heroicos, por aqueles que se proclamavam seus descendentes.

Comparadas aos relatos produzidos pelos vizinhos espanhóis, a narrativa das aventuras dos paulistas é

> […] extremamente pobre em depoimentos de fonte particular. A lacuna é considerável, pois foi durante o século XVII que se realizou a primeira expedição extratordesilhana sobre os domínios de Castela. Estamos longe de possuir documentação similar àquela deixada pelos conquistadores espanhóis, surpreendente pela abundância e pela minúcia das informações. Nenhum dos grandes sertanistas do seiscentismo deixou relatos de suas penetrações. (CANABRAVA, 1949, p. 493)

Alice Canabrava (1967) e José Honório Rodrigues (1979) procuraram razões para explicar a ausência. A historiadora justificou a inexistência de relatos, dado o caráter particular das bandeiras, utilizando como oposição à grande quantidade de documentação deixada pelos conquistadores espanhóis, cujas missões eram oficiais, fato que os obrigava a uma descrição minuciosa. Mas as bandeiras, que eram empreendimentos particulares e ilegais em certos momentos de sua história, não eram submetidas às fiscalizações e controle dos órgãos metropolitanos. O isolamento de Piratininga, a rebeldia que se atribuía aos seus moradores e a ausência de riquezas e de produção voltadas para a exportação, que poderiam atrair as autoridades portuguesas, colaboravam para que tudo ocorresse sem grandes intervenções, situação que perdurou até a chegada das notícias referentes à descoberta das primeiras jazidas de ouro.

José Honório Rodrigues (1979) encontrou na primitividade do produtor outra das razões para a inexistência de uma produção histórica contemporânea ao bandeirismo. A rusticidade paulista justificou, para o autor, o fato de os bandeirantes não terem escrito sobre si mesmos,

deixando de legar para a posteridade suas memórias, mesmo do que seriam seus maiores feitos, já que o autor os reconhecia como "[...] inconscientes dos efeitos históricos de sua obra". Nem mesmo o que José Honório Rodrigues chama de "historiografia oficial" se deixou seduzir pelas "[...] obras de mazombos, índios e mestiços", porque estava "demasiado encantada com os aspectos da defesa de Portugal, na América contra Holanda" (RODRIGUES, 1979, p. 115).

Não se pode deixar de levar em consideração as razões apresentadas por esses historiadores – parece fora de dúvida que as bandeiras eram empreendimentos particulares e que São Paulo, no século XVII, era um pequeno burgo, "[...] um arraial de sertanistas", – expressão utilizada por Ernani Silva Bruno, no título do primeiro volume de sua trilogia sobre São Paulo (BRUNO, 1984) e que a instalação da Companhia das Índias Ocidentais, na zona canavieira nordestina, foi um acontecimento extremamente preocupante para o colonizador das terras americanas.

É incontestável o fato de que a vida intelectual não era uma atividade com muitos adeptos em São Paulo. Alcântara Machado encontrou um total de cinquenta e cinco livros que se dividiam por quinze inventários, processados entre 1578 e 1700. A maioria era composta por obras religiosas: alguns confessionários, sermões e livros de orações. Encontrou também alguns exemplares de literatura profana, a exemplo de *Novelas,* de Miguel de Cervantes. Outros, como *Epítome Historial e Tratado Prático de Aritmética,* são nitidamente obras didáticas. A partir de 1587, passou a existir na Câmara de Vila um volume da *Ordenação de Sua Majestade* (MACHADO, 1965). As livrarias somente surgiriam no século XIX, após a criação e funcionamento da Academia de Direito.

Não surgiu também, em São Paulo, qualquer grupo que pudesse se aproximar de movimentos literários, a exemplo do Grupo de Pernambuco, de fins do século XVII e início do XVIII; ou do Grupo Baiano, do século XVIII. Apesar disso, atribui-se a Diogo Garção Tinoco, que viveu na capitania na segunda metade do século XVII, possivelmente em 1689, a redação de um texto poético que é apontado como a primeira epopeia inspirada na aventura das bandeiras e na descoberta das minas. Do poema, restaram poucos versos. Segundo Afonso d'E. Taunay (1925), somente se tornaram conhecidas quatro oitavas do poema desse autor, citadas por Cláudio Manoel da Costa, no *Fundamento Histórico de "Vila Rica"*:

> Deixando a pátria transformada em fontes,
> Por termos nunca usados, nem sabidos,
> Cortando matos, e arrasando montes,
> Os rios vadeando, mais temidos,
> Sofrendo calmas, padecendo frios,
> Parte enfim para os serros pertendidos,
> Em jangadas, canoas, balsas, pontes,
> Sofrendo calmas, padecendo frios,
> Por montes, campos, serras, vales, rios.
> (CARRATO, 1965, p. 415-426)

Da mesma época (cerca 1690) é a anônima *Informação do Estado do Brasil e de suas Necessidades,* que assim se refere aos paulistas:

> Sua Majestade podia se valer dos homens de São Paulo fazendo-lhes honra e mercês, que as honras e os interesses facilitam os homens a todo o perigo, porque são homens capazes para penetrar todos os sertões, por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas, raízes e vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos

> e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida. E suposto que estes paulistas, por alguns casos bem sucedidos de uns para com os outros, sejam tidos por insolentes, ninguém lhes pode negar que o sertão que temos povoado eles o conquistaram do gentio bravo... (INFORMAÇÃO DO ESTADO DO BRASIL E DE SUAS CAPITANIAS, 1862, p. 465-478)

No mesmo período, final do século XVII, surgiu uma correspondência que também deixou evidente o interesse da Metrópole em agradar os paulistas, a eles recorrendo para a procura de ouro e pedras preciosas, como se pode ver nas cartas de D. Afonso VI a Fernão Dias Paes. Tome-se trecho de uma delas:

> [...] Pela vossa carta de 12 de agosto de 1672, me foi presente o grande zelo do meu serviço, com que vos dispunheis ao descobrimento das minas de esmeraldas, que se diz haver no sertão, do que mandastes um papel sobre matéria ao governador do Estado, por cuja causa e ordem tratáveis desse descobrimento e de outros de que quererá Deus que por vosso meio se efetuem para melhoramento desta Coroa, e suas conquistas [...] (LEME, 1982, p. 62-63)

Da parte dos sertanistas, também se pode perceber, com clareza maior, o papel de desbravadores que vinham exercendo na colônia, conforme se depreende de excertos da correspondência de Domingos Jorge Velho:

> [...] nossas tropas com q imos à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão, não he de gente matriculada nos livros de V. Majestade nem obrigada por soldo, nem por pão de munição; são h~uas agregaçoens q fazemos alguns de nos, entrando cada h~u com os servos de armas q

> tem e juntos imos ao sertão deste continente não cativar [...] senão adquirir o Tapuia gentio brabo e comedor de carne humana [...] (ENNES, 1938, p. 204-205)

No século seguinte, a produção de escritos sobre as bandeiras se intensificou. Em *Relatos Sertanistas*, Taunay publicou vinte e sete documentos de diferentes origens, contendo relatos e descrições de bandeiras, produzidos no século XVIII, embora alguns descrevessem acontecimentos de épocas um pouco mais remotas (TAUNAY, 1981).

Taunay data as primeiras grandes bandeiras ainda no século XVI, citando que, em 1576, Hernando de Montalva, tesoureiro régio, já denunciava a Felipe II as "[...] tropelias dos portugueses de San Pablo", por seus "[...] malos tratamientos y de sus tupies", na região do Viaza, onde a sua presença causava pânico (TAUNAY, 1975, p. 25).

Contudo, o aparecimento dos relatos bandeiristas ou o seu surgimento em narrativas históricas ou memorialísticas foi tardio. Isso só aconteceu no século XVIII, com o aparecimento de diferentes relatos, publicados junto a obras de alguns autores, entre os quais sobressaíram Pedro Taques de Almeida Paes Leme e Frei Gaspar da Madre de Deus (TAUNAY, 1975).

Quando os dois cronistas citados escreveram suas obras, em meados do século XVIII, São Paulo ainda era um pequeno e rústico aglomerado urbano, que não chegava a preocupar os governantes portugueses e seus representantes. No entanto, os paulistas passavam a se interessar pela recuperação do seu passado e, sobretudo, com a limpeza da imagem que havia sido forjada pela literatura jesuítica. Por quê?

Retome-se São Paulo no século XVII, no momento de maior crescimento do movimento bandeirista. Pequeno burgo, de

reduzido número de habitantes, mais dispersos pelas fazendas que se formavam do que concentrados no restrito núcleo urbano. Constituía, portanto, um exemplo atípico de povoação portuguesa no Novo Mundo. Destacava-se principalmente pela sua localização, uma vez que era distante do litoral, tinha se organizado em grandes fazendas de policultura, cuja produção era consumida pelos habitantes da própria cidade e distribuída para regiões mais distantes, inclusive, para outras capitanias. Esta produção variada exigia mão de obra que o planalto, no início da colonização, podia fornecer, ponto de concentração de população indígena que era desde antes do início da colonização (PRADO JR, 1972, passim).

Concentração essa que fazia com que a região vicentina tivesse no apresamento uma de suas atividades essenciais. Paulo Prado, em *Paulística*, recorda que Antonio Rodrigues e seus genros tinham tornado a região conhecida pela exportação de escravos para outros locais da Colônia e para a Europa. São Vicente chegaria a ser conhecido, em alguns mapas, como "Puerto de los Escravos" (PRADO, 1972).

Desde que começaram os primeiros movimentos de penetração das terras, surgiu um tráfico organizado de escravos indígenas, aprisionados de forma violenta e que, por isso, eram considerados capturados em "lutas defensivas", nas quais os europeus se apresentavam como vítimas. Essas primeiras incursões foram o embrião das expedições de exploração e de conquista do interior, as "Entradas e Bandeiras".

O tráfico de escravos africanos tinha se tornado uma atividade altamente lucrativa para o comércio português. Era socialmente aceito, uma vez que o escravo era considerado mercadoria, igual a tantas outras. A escravidão que pesava sobre os africanos transportados pelos

navios negreiros não se identificava como pecado ou crime perante a sociedade. A Igreja não se manifestava de modo contrário a essa prática que não era relacionada entre os crimes nos Códigos Legais. As fortunas que o comércio de escravos gerou não foram consideradas espúrias. A mesma mentalidade transpôs-se para outras terras recém-descobertas. Se a conquista da África se dava com a escravização de seus habitantes, por que não podia ocorrer o mesmo nas Índias Ocidentais?

O apresamento e a escravidão não pareciam, ao colono da América Portuguesa, possivelmente, nada de honroso ou glorioso, mas também não o denegria perante a consciência da sociedade da época. A conquista destas terras lhe dava o direito de, como conquistador, se apropriar de um de seus produtos, a força de trabalho. Era "natural" e evidente o direito de dominação do branco, "superior cultural e racialmente", sobre os espoliados índios. O conquistador estava em pleno uso de seus direitos, sem sentir, ainda no século XVII, qualquer ameaça concreta, apesar de, já no final do século XVI, terem surgido as primeiras ordens legais contrárias à escravidão indígena, apoiadas vigorosamente pelos jesuítas. Foram, porém, inócuas.

Desde o Decreto de 1570, de D. Sebastião, a legislação estabelecia a exceção, que se tornou regra – nenhum índio poderia ser escravizado, salvo se fosse aprisionado em guerra aberta, feita por ordem do Rei ou do governador, "[…] excetuados os Aimorés e as tribos mais ferozes que costumavam assaltar as outras e os portugueses para comê-los" (SOUTHEY, 1981, p. 262). Esse e outros diplomas legais que se seguiram[1] não mudaram nem a disposição, tampouco a visão da época sobre a escravidão indígena. Se o cativeiro não podia ser

1 A escravização indígena foi objeto de diferentes medidas legais, como o Decreto de D. Sebastião, de 1570, que proibia sua escravização; decretos de Felipe I que, por duas vezes, a proibiu, sob qualquer pretexto e sua revogação, em 1605, por Felipe

assumido abertamente, a própria legislação apontava caminhos, como a "administração" e a situação dos "índios forros", além da provocação em nível insuportável, que levava os nativos a iniciar abertamente a guerra.

A inexistência de outras sanções sociais, além do próprio questionamento sobre a humanidade do índio não levava os paulistas à necessidade de uma explicação histórica convincente e, tampouco, a de elaborar uma interpretação que justificasse essas ações para outros segmentos dos colonizadores.

As atividades bandeiristas do século XVII atingiam os índios, gente conquistada e que, por direito de conquista, pertenciam aos conquistadores. Dominados, considerados racialmente inferiores, não seria necessário qualquer justificativa de caráter histórico para sua escravização – a própria estrutura jurídica da sociedade e a doutrina da Igreja Católica os atingia de modo mais direto. O conflito entre os habitantes de São Paulo e os jesuítas deixou claro que não se tratava de uma disputa quanto à legitimidade ou ilegitimidade do uso de mão de obra indígena, mas de quem deveria ter direitos à sua utilização.

Uma análise rápida dos documentos relativos ao assunto, aqui transcritos, permite que se sustente a afirmação acima. É fato bastante conhecido o conflito entre paulistas e jesuítas, que culminou com a expulsão dos últimos de São Paulo, em 1640. No entanto, muito antes começara a contenda. Afirma Azevedo Marques, em seus *Apontamentos*, que, imediatamente após a extinção da Vila de Santo André, em 1560, "[…] começou desde logo uma guerra surda e latente entre os padres e os seculares, pretendendo ambas as classes o predomínio sobre os

II. Duas outras vezes (1609 e 1611) retornam as proibições, que, por fim, se tornam definitivas em 1758, já no governo do Marquês de Pombal.

índios, indispensáveis a ambos para o seu progresso e engrandecimento [...]" (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 17-18).

Desde as primeiras décadas do século XVII, os habitantes "mais ilustres" de São Paulo disputavam com os inacianos e endereçavam representações ao rei, como a de 10 de junho de 1612, na qual se justificavam, argumentando:

> Que eram homens pobres, e que para remediar suas necessidades lhes era necessário muitas vezes e cada dia pedir ao Sr. governador quatro índios, assim para se fazerem seus mantimentos para comer, como para irem às minas a tirar ouro para seu remédio e d'elles pagarem os quintos a S. M., e que depois do Sr. governador lhes ter dado a licença iam às aldêas e não achavam índios, nem queriam estes ir com elles, e quando iam cumprir o termo de obrigação do aluguer e com as pagas na mão se tornavam para as aldêas, deixando aos moradores nas minas com os mantimentos perdidos, sem terem quem os beneficiasse, e que isto causava não terem os ditos índios capitães nas aldêas, nem justiça que os obrigasse a cumprir com as pagas que recebiam, do que resultava muito damno aos moradores, porque ficavam perdidos, perdendo o seu mantimento, paga e tempo, e os ditos índios fazendo zombaria e rindo-se alevantando-se a maiores, e S. M. perdendo seus reaes quintos. (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 17-18)

O documento prossegue com queixas mais diretas contra os religiosos, a quem se acusava de dizer publicamente que eram os donos dos aldeamentos indígenas e que deles eram senhores espirituais e temporais. Legalmente, no entanto, argumentavam os colonos, aos

padres somente cabia a administração espiritual, *não lhes sendo atribuída qualquer autoridade sobre a vida dos nativos:*

> Que sendo as aldêas d'esta Capitania sempre sujeitas aos capitães e justiças d'esta Capitania, agora se introduzio pelo dito gentio um rumor dizendo, que não conheciam senão aos padres por seus superiores, e os ditos padres andavam dizendo publicamente que as ditas aldêas eram suas, e que eram senhores no espiritual e temporal; que o Papa era sua cabeça, e que por ser cousa nova e desacostumada e nunca até hoje tal domínio nem posse aos ditos padres se deu, depois que esta Capitania se fundou até hoje havendo-a pretendido os ditos padres por todas as vias e modos, e só se lhes consentio a administração espiritual. E porquanto as cousas passavam na forma sobredita os ditos officiaes pediam a todos elles presentes que, se houvessem alguma pessoa que soubesse haverem-se-lhes dado posse aos ditos padres em algum tempo, o dissessem, e quando não lhes parecia justo que recordassem sua antiga posse e bom governo, pondo capitães nas aldêas […] (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 17-18)

Os paulistas justificavam o conflito e o direito de escravização dos índios, alegando que eram homens pobres e, por esse motivo, precisavam dos índios para trabalhar na produção de alimentos e nas atividades de mineração. Além disso, insuflados pelos jesuítas, os índios se recusavam a lhes prestar serviço e respondiam somente aos apelos e ordens dos padres. Em nenhum momento do documento de 1612, os paulistas recorreram ao fato de terem ido ao interior, além de territórios de El-Rey, para conquistarem aqueles índios.

O mesmo ocorreu na representação que fizeram contra os jesuítas, em 1641, em um de seus trechos mais significativos:

> Catholico, benigno e invictissimo Rei e Senhor!
>
> Os reverendos padres da Companhia de Jesus que residem n'esta província do Brasil, em paga e satisfação de os moradores lhe haverem dado o melhor, em situaram collegios e casas feitas com dispêndios de sua fazenda, e depois de se verem ricos prósperos e poderosos, impetraram subrepeticiamente um breve de Sua Santidade, com que tratara me pretenderam de tirar, privar e esbulhar aos ditos moradores da posse immemorial e antiquissima em que estão desde a fundação d'este Estado até o presente, sem a qual se não poderão nem podem sustentar e conservar, e com ella resulta do dito Estado grandes augmentos e à Real Fazenda de V. M., e estando com suas colonias e aldêas com os ditos padres querem e pretendem e elles por seus doutrinantes, se seguem tantos damnos irreparaveis quantos hão padecido e experimentado tanto à sua custa os pobres moradores d'este dito Estado […] (AZEVEDO MARQUES, 1980, p. 17-18)

Como se pode observar, também em 1641, o documento se fundamentou em ataques aos jesuítas e aos índios que, por aqueles orientados, teriam praticado toda sorte de atos ignominiosos – não há qualquer referência aos seus atos de bravura no sertão, ou, como quer Rodrigues (1979, p. 115), indício de que fossem conscientes dos efeitos históricos de sua obra. Ao contrário, em momento algum, nesses documentos e mesmo em outros posteriores, do mesmo século, suas obras foram enaltecidas, seus feitos narrados como heroicos. Nos relatos utilizavam, para se justificar, um outro discurso, igualmente histórico, mas centrado na barbárie do índio e na cobiça do jesuíta. Não existia um debate quanto à utilização do trabalho indígena, sendo ponto pacífico que sua decisão cabia ao colonizador. A disputa era travada entre dois grupos de colonizadores, tendo, de um lado, os

proprietários de terras e conquistadores das tribos e, de outro, os padres jesuítas. O discurso contido nos documentos coloniais não colocava em questão a exploração do trabalho indígena, mas a quem cabia o direito de sua utilização. Travava-se, pois, de uma disputa entre dois grupos de colonizadores: de um lado, os proprietários de terras e de outro, os padres jesuítas.

A conquista do território não era aventada por uma de duas razões: ou porque não era um fato relevante, ou porque se dera em situação tão crítica que enfraqueceria a argumentação dos cidadãos contra os inacianos.

Os documentos arrolados neste capítulo datam de 1612 e 1641. O primeiro é anterior às primeiras incursões dos paulistas aos aldeamentos jesuíticos, que foram chefiadas por Manuel Preto e ocorreram entre 1619 e 1623. As incursões tinham como objetivo aprisionar para escravizar os índios aldeados em missões organizadas por religiosos em territórios que, desde o período inicial da colonização, localizavam-se em terras pertencentes aos espanhóis, pelo enunciado do Tratado de Tordesilhas. Considere-se ainda que entre 1580 e 1640, a Península Ibérica constituiu-se num só reinado, com a unificação de Portugal e Espanha. Portanto, as primeiras bandeiras de apresamento que se estenderam à região meridional da América do Sul não provocaram atrito entre os dois reinos, mas entre os religiosos que organizaram os aldeamentos e os colonos que os atacavam e apresavam os aldeados para vendê-los como escravos. A partir de 1628, passaram a ser realizados de modo mais sistemático, de maneira que o conjunto das missões jesuíticas foi destruído em, aproximadamente, uma década.

Os relatos jesuíticos sobre os ataques bandeirantes às missões eram terríveis. A mais conhecida narrativa do acontecimento é a

que consta da obra do jesuíta Antonio Ruiz de Montoya – *Conquista Espiritual* –, publicada em Madrid, no ano de 1639, que foi transcrita em seus trechos mais significativos por Capistrano de Abreu e se referem ao ataque à Missão de São Francisco Xavier, em 1637:

> No dia de São Francisco Xavier (3 de Dezembro de 1637), estando celebrando a festa com missa e sermão, cento e quarenta paulistas com cento e cincoenta tupis, todos muitos bem armados de escopetas, vestidos e esculpis, que são à moda de dalmáticas estofadas de algodão, com que vestido o soldado dos pés à cabeça peleja seguro das setas, a som de caixa, bandeira tendida e ordem militar, entraram pelo povoado, e sem aguardar razões, acometendo a igreja, disparando seus mosquetes. Pelejaram seis horas, desde às oito da manhã até às duas da tarde. Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, onde se acolheu a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha à arder, e os refugiados viram-se obrigados a sair.
>
> Abriram um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas machetes e alfanjes lhes derrubam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas atravessavam corpos. Provavam aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros. (ABREU, 1982, p. 116)

Os paulistas, pelo isolamento em que viviam e pela ferocidade de suas incursões, eram tidos como rebeldes, insubmissos, selvagens mesmo, como afirmava em 1629, um jesuíta citado por Paulo Prado:

> Toda aquella és gente desalmada y alevantada, (…) que no hace caso ni de las leys del Rey ni de Dios, ni tienem que veer ni com justicias mayores deste estado, y quando no las puede ganar a su voluntad com dádivas de oro ó Indios, las temoriza com menazas, o si son pocos los culpados hiynse à los bosques ó a sus herdades y sementeras y allá se detienen em quanto las judicias estuveren em la villa... (PRADO, 1972, p. 35)

Assim sendo, conviria aos paulistas contar a história de suas conquistas? Poderiam ser condenados pelos crimes que haviam cometido contra as populações indígenas, pelas querelas travadas entre eles e os religiosos. Abririam questões que certamente não lhes dariam razões na contenda? É bem possível que não. A recuperação dos fatos de um passado recente não traria vantagem para os planaltinos – sua imagem, construída pelos efeitos de seus atos e pela interpretação que recebeu não tinha ainda condições de ser reconstruída, dado que não se colocavam em pauta as disputas pelos limites e as minas de ouro descobertas não tinham sido ainda valorizadas. Muito menos poderiam lhes servir como arma de defesa ou seu relato cumprir uma função pragmática, no sentido de intervir, de modo eficaz, na realidade social.

Somente quando as minas de ouro foram descobertas, o que se deu já no final do século XVII, surgiram os primeiros documentos que procuravam recuperar a história das bandeiras, seja sob forma poética, em relatos ou sob o intento de informação. A descoberta das minas consignou às bandeiras a legitimidade que não tinham conseguido e, possivelmente, nem almejado.

Resta lembrar que as bandeiras chamadas de mineração eram empreendimentos particulares, apesar de receberem especial atenção e incentivo do governo português. Por isso, o final do século XVII

e a primeira metade do XVIII não foram pródigos em tentativas de historiar a descoberta das minas. Restaram alguns poucos testemunhos que Taunay colecionou e publicou em volume intitulado *Relatos Sertanistas* (TAUNAY,1985).

Os documentos, reunidos por esse historiador tinham como objeto a história dos paulistas e das Minas Gerais, logo após as descobertas das primeiras jazidas minerais – não são, porém, contemporâneos à descoberta. Deixados por indivíduos que participaram dos fatos, quase todas foram escritos após anos da ocorrência do seu assunto principal.

Nesse sentido, apontamos alguns textos, o primeiro deles: *Notícia dos primeiros descobridoras das primeiras minas de ouro pertencentes a estas empresas e dos mais memoráveis casos acontecidos desde seus princípios.*

Este primeiro relato, acusa Taunay, é o comentado apógrafo de Bento Fernandes, do qual só se conhecia um resumo publicado na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, em 1899. O texto foi citado por Cláudio Manuel da Costa, nos *Fundamentos Históricos* do poema *Vila Rica*, para o qual afirma o poeta:

> [...] deu um importante socorro o Coronel Bento Fernandes Furtado, natural da Cidade de São Paulo, que há poucos anos faleceu no Serro do Frio, tendo sido morador no Arraial de São Caetano, distrito da Cidade Mariana. Confiou ele do Autor em sua vida alguns apontamentos que fizera, e achando-os o Autor em muita parte dissonantes do que havia lido na História de Sebastião de Pita Rocha e outros escritores das cousas da América, procurou confirmar-se na verdade pelos monumentos das

> Câmeras e Secretarias dos Governos das duas Capitanias, S. Paulo e Minas. (COSTA , 1813)[2]

Bento Fernandes Furtado de Mendonça tinha relações familiares muito próximas com os participantes das descobertas auríferas: era filho do sertanista Salvador Silveira. No seu relato, suas próprias memórias se juntam às de seu pai. Sua narrativa tem início no ano de 1693, por ocasião das primeiras descobertas das jazidas de ouro pela bandeira de Antonio Roiz Arzão, em Minas Gerais. São lembradas diversas expedições que, partindo de São Paulo e outras vilas, descobriram ouro. A narrativa é intercalada de episódios, de causos dos bandeirantes, que o autor ouvira contar.

Há sempre um profundo traço de simpatia para com os paulistas. Nota-se uma preocupação de não os difamar, mesmo quando se tratava de descrever contendas entre dois deles ou dois de seus grupos. Quando não era possível elogiar a participação dos paulistas, a narrativa somente se torna mais contida. Veja-se, por exemplo, a descrição das relações entre paulistas de São Paulo e os de Taubaté. Aqueles, por serem mais poderosos e, portanto, terem maior capacidade financeira para perseguir as minas, encontraram mais veios auríferos, que não eram tocados pelos de Taubaté que, apesar de serem mais pobres e menos poderosos, também se consideravam dignos do enriquecimento que as descobertas poderiam lhes propiciar.

---

2 COSTA, C. M. *Vila Rica*. O documento Os *Fundamentos Históricos,* atribuido a Cláudio Manuel da Costa foi publicado em 1813, no número 4 do jornal *O Patriota,* que atribuiu o título de *Memória Histórica e Geográfica da Descoberta das Minas, Extraída do Manuscrito de Cláudio Manuel da Costa, Secretário do Governo daquela Capitania, que Consultou Muitos Documentos Históricos, Existentes na Secretaria do Governo, e em Outros Arquivos V*. DA SILVA, Marcela Verônica - O fundamento histórico ao poema Vila Rica de Cláudio Manuel da Costa e o propósito da história da América portuguesa. *Veredas*, Associação Internacional de Lusitanistas, n. 20 (2013).

A memória de Bento Fernandes, escrita, segundo alguns, por Cláudio Manuel da Costa não perdoou os portugueses, quando se referiu à Guerra dos Emboabas como:

> […] pernicioso levantamento [...] dos ingratos filhos da Europa contra os famosos descobridores desses haveres, para remédio de tantos desvalidos europeus, e contra os paulistas não menos empregadas nos mesmos descobrimentos e benefícios dos mesmos ingratos; nome este de paulistas, odioso entre aqueles, que os não puderam imitar, nem deixar de receber destes os favores que os constituíram ingratos; próprias ações a que arroja a inveja em quem não permanecem merecimentos e sobra a ambição de senhorear o alheio por meios violentos, ou mesmo razoáveis. (TAUNAY, 1985, p. 35)

Dois pontos básicos chamam atenção no documento: primeiramente, a simpatia pelos paulistas, ao enfatizar que a eles pertencia a glória de ter descoberto as reservas minerais, graças ao fruto de seu trabalho e do destemor, ao enfrentar o gentio. O tratamento destinado a Borba Gato, a quem se atribuía "bom engenho e capacidade", é um exemplo da elaboração da imagem dos bandeirantes:

> Assim se foram aumentando as povoações, os lucros em crescido aumento porque no lavar, e abrir as terras: [...] Assim foi crescendo o negócio de escravos, gados, cavalgaduras, fazendas e mais víveres de toda a sorte conduzidos com o maior trabalho, a que obriga o interesse aos homens, servindo então naqueles princípios de condutores as mesmas servis humanas; porque o das bestas ainda não tinham passagem franca, como depois

> tiveram franqueadas, e cultivados os caminhos. (TAUNAY, 1985, p. 14)[3]

O segundo aspecto a ser destacado é a evidente má vontade para com os reinóis. A memória deve ter sido escrita na segunda metade do século XVIII, quando as minas já se encontravam em franca decadência, pesando a sombra de uma possível, embora pouco provável, derrama. Estudiosos, como Taunay e Orville Derby (1903), afirmam ter tido as *Memórias* um papel importante no *Fundamento Histórico* do poema *Vila Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, conhecido participante da Inconfidência Mineira. O documento teve origem em momento bastante distinto da história, quando eram evidentes os sinais de descontentamento da camada privilegiada das Gerais, em relação ao sistema colonial.

A proximidade não é somente temporal, mas também geográfica. Seu autor morou, por sessenta anos, em Serro Frio, na região da mineração, onde mais se fazia sentir o controle do governo metropolitano.

Parece se dar, no caso das memórias de Bento Fernandes, o momento em que

> […] o passado entra no presente como coisa viva, trabalha nele com a mesma, ou semelhante, força que o contemporâneo e as reutilizações que dele se fazem transmitem sem dilação em com toda sua carga emotiva as poderosas

3 Taunay concorda com a hipótese levantada por Orville Derby, de que Bento Fernandes tenha contado suas memórias para Cláudio Manoel da Costa, que as teria escrito, pois o estilo do texto atribuído a Bento Fernandes acusa antes um literato que um sertanejo, tendo em vista as relações entre o velho mineiro e o poeta, o que levou o historiador a suspeitar que a redação deste documento fosse também de Cláudio Manoel.

> presenças nas contendas do momento atual. (FLORESCANO, 1984, p. 93-127)

Foi, num momento histórico no qual se fez ouvir a reação de uma camada colonial contra a dominação portuguesa, que teve início a construção de um conhecimento histórico em que se ressaltava de forma positiva a obra de um grupo de colonos, autor de descobrimentos que enriqueceram a Metrópole, em detrimento dos que teriam chegado recentemente de Portugal.

A recuperação do passado, no documento, se fez mediante o levantamento dos nomes dos que descobriram as Minas. A notícia não é daquelas que haviam sido descobertas, mas dos descobrimentos; tampouco das jazidas mais rendosas, mas das pessoas mais assinaladas (sempre colonos). A *Noticia* se estrutura de forma a constituir um testemunho jurídico do direito de posse às riquezas descobertas, das quais se apropriaram "os ingratos filhos da Europa".

Já o documento *Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que veio governar o Exmo. Sr. Dom Braz da Silveira* faz parte da coleção organizada, por volta de 1750, pelo ouvidor de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso, conhecida como *Códice Costa Matoso*. O seu assunto principal é a Guerra dos Emboabas e não propriamente as expedições, descobertas ou exploração do ouro pelos paulistas. Por meio dele, apresenta-se a visão exatamente contrária à Memória de Bento Fernandes, pela declarada simpatia aos portugueses e por afirmar que "[…] com a mesma Bandeira vieram não só paulistas, como também filhos de Portugal e Rio de Janeiro [...]" (TAUNAY, 1985, p.

75-82)[4]. Era importante afirmar que homens de outras regiões também vieram para as Minas, na tentativa de negar aos paulistas a primazia da descoberta e, assim, justificar a Guerra dos Emboabas. Ela teria sido resultado da rivalidade entre paulistas e portugueses, mas, sobretudo, derivada de disputas pessoais entre os paulistas, liderados por Jerônimo Pedroso, a quem se chamava de Poderoso e os portugueses, que tinham por chefe Manuel Nunes Viana. A luta teria sido, no entender do autor do texto, provocada pela posse de uma espingarda, o que descaracterizava a disputa pelo direito de exploração das minas, que os paulistas reivindicavam para si e que era contestado pelos portugueses.

Em *Dou parte do que vi e sei* apresenta-se mais um relato do *Códice Costa Matoso* que toma como assunto central a Guerra dos Emboabas, tratada de maneira menos detalhada que o documento citado anteriormente e que demonstra claro partidarismo pelo lado português. A luta se explica pela disputa pela superintendência das minas, travada entre Borba Gato e Manuel Nunes Viana. Na sequência, em *III (Documento sem título 1),* Taunay descreve o Rio de Janeiro de 1692, local onde o autor anônimo teria chegado aos vinte anos de idade. As memórias não cuidam do movimento bandeirista ou da descoberta das Minas, mas descrevem as condições de vida das regiões de mineração, adicionadas à lista de governantes que as reservas auríferas tiveram nos primeiros cinquenta anos do século XVIII. Também relata, brevemente a Guerra dos Emboabas, denominada de *levante contra os paulistas*, insinuando apoiar os portugueses, aos moldes dos dois relatos antecedentes.

4 Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo em que veio a governar o Exmo Sr. Dom Braz Silveira.

Já no último, *IV (Documento sem título 2),* também integrante do Códice Costa Matoso, descreve-se as bandeiras que, na última década do século XVII, atingiram o rio de Guarapiranga. Não contém a riqueza de detalhes do manuscrito de Bento Fernandes. Foi feito a pedido do Senado da Câmara (possivelmente o de Mariana), tal como os três relatos que o antecederam. É, entre os relatos do Códice Costa Matoso publicado por Taunay, o mais pobre em informações. Sua narrativa se restringe às três primeiras bandeiras que atingiram a região de Minas.

Os quatro documentos acima, pertencentes ao Códice supracitado, segundo Taunay, consubstanciam depoimentos prestados ao Ouvidor de Vila Rica. Seus autores eram portugueses e tinham maior interesse em defender seus patrícios, como também o de agradar a administração colonial.

De acordo com Taunay (1985, p. 94), no documento *História do Distrito do rio das Mortes, Sua Descrição, descobrimento das suas minas, casos nele acontecidos entre paulistas e emboabas e criação das suas vilas, de José Alvares de Oliveira* encontram-se escritos de autoria do português Sargento-Mor José Alvares de Oliveira e deve ter sido redigido entre 1750 e 1751. No entanto, Donald Ramos (1999) levanta a possibilidade remota de seu autor ter sido Julião Rangel de Coutinho. Independentemente de quem tenha sido o autor, Taunay considerou que a peça documental fornecia, com frequência e precisão de detalhes e datas muito exatas, informações sobre o conflito entre reinóis e paulistas, conhecido como Guerra dos Emboabas, travado logo no início do século XVIII.

O sargento-mor José Alvares de Oliveira era comandante de tropa e tomou parte ativa nesse conflito. O mais interessante no documento é a disposição manifesta pelo autor "[…] de desempenhar na melhor forma que fosse possível o mandato de V. Mcê [...]" (TAUNAY,

1985, p. 98). Percebe-se, pela dedicatória ao Corregedor da Comarca do Rio das Mortes, a preocupação em agradar as autoridades lusitanas.

O depoimento tem início com uma longa descrição da armada de Pedro Álvares Cabral e compara a ação da colonização portuguesa no Brasil a de outros países, em outras regiões da América.

Chama a atenção que essa parte da narração omita a participação das bandeiras e coloque diretamente nas mãos da colonização portuguesa a expansão territorial que poderia ser maior

> […] se assim como as mais nações cuidam em estender os seus domínios cuidara a nação portuguesa em senhorear e conservar o quanto a Fortuna na América lhe tributou para a dilatação de sua Monarquia e grandeza de seu Império, quis a Divina Providência além das preciosidades que produz enriquecer... (TAUNAY, 1985, p. 101)

No afã de garantir a glória da expansão territorial aos portugueses, o texto nega, pela omissão, que a penetração do território e a descoberta das minas sejam devido às atividades dos paulistas. Logo em seguida, lembra do: "[…] caminho antiquíssimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o Sertão de Cataguases até o fim do século de setecentos que deste tempo por diante o mesmo caminho que só era trilhado dos sertanistas se fez uma estrada…" (TAUNAY, 1985, p. 98).

O vocábulo sertanista é o único utilizado quando trata da entrada nos sertões. Texto pretensamente erudito, que recorre a citações de entidades mitológicas gregas, a repetição indica a intenção de não dar crédito aos paulistas na descoberta das minas.

As referências aos piratininganos são feitas para ressaltar a sua altivez em oposição à submissão dos emboabas e forasteiros, ou para falar das "[…] insolências dos Paulistas e as desesperações dos Emboabas", ou dos

> […] insultos e insolências dos Paulistas, estímulo principal do que diante se virá (a Guerra dos Emboabas) e por não ofender muito os ouvidos dos bons com o malefício dos maus fique como no esquecimento a relação das mortes que se faziam. Para se cometerem não era necessário qualquer emboaba cair, bastava tropeçar fazendo tanto apreço da vida de um emboaba como a de um cachorro, do que nasceu o dito vulgar, ouvindo qualquer tiro: lá morreu cachorro ou emboaba (TAUNAY, 1985, p. 99)

É fácil entender o rancor de José Alvares de Oliveira – afinal, ele mesmo era um emboaba que relatava, a um outro português, suas aventuras, ou melhor, desventuras no início do século XVIII. A história que a narrativa recupera é a dos portugueses que afluíram à região das Minas e que entraram em conflito com seus descobridores, os quais tinham poucos recursos para explorá-las. O autor não tem porque legitimar a posse dos paulistas sobre as jazidas, indicando que tenha sido proeza sua a descoberta daquelas riquezas, que também não se constituíram nas jazidas consideradas o núcleo dos conflitos.

Não se pode fugir à comparação com a memória de Bento Fernandes, transparente no seu favoritismo pelos paulistas. Ela também foi escrita em igual período, e, se a primeira pretendeu armar historicamente os colonos, aqui fica clara a intenção de fornecer aos portugueses informações que permitissem, com justificativa histórica,

manter a dominação numa região onde os colonos começavam a apontar sinais de rebelião.

Lembre-se que os documentos, aqui apresentados, surgiram por volta de 1750, em Minas Gerais, num momento em que já se faziam sentir os primeiros sintomas da decadência da mineração, o que provocou o estabelecimento de um mínimo anual da cobrança do quinto, que deveria ser de cem arrobas de ouro.

Alexandre de Gusmão, em *Memórias dos fatos que hao servido de motivo às intentadas ou supostas insurreições da América Portuguesa,* citado por José Honório Rodrigues (1979, p. 237), aponta o estabelecimento do quinto como "[…] fato que serviu de motivo para renovar-se a falta de obediência ao Governo nas Comarcas das Minas". A não obediência, a que se refere Gusmão, alertou as autoridades na busca de entendimento para outras revoltas ocorridas, como por exemplo, a Guerra dos Emboabas, em meio a outros motins que, possivelmente, não envolviam os descobridores das minas, mas os exploradores que os seguiram.

A Guerra dos Emboabas deixou uma bibliografia razoavelmente extensa, escrita logo após a sua ocorrência. Ainda de acordo com José Honório Rodrigues (1979), Padre Manuel da Fonseca, Rocha Pita, Nuno Marques Pereira e Luís dos Santos Vilhena foram autores que dela se ocuparam ainda na primeira metade do século XVIII.

O padre Manuel da Fonseca escreveu em meados do século XVIII. Tratava-se da biografia do jesuíta Belchior de Fontes, que continha também informações numerosas sobre São Paulo, Minas Gerais e Guerra dos Emboabas.

O livro é francamente simpático aos portugueses – e isso se explica por ser seu autor português e jesuíta, não tendo motivo para aceitar o pretendido pioneirismo dos sertanistas paulistas, "[…] cúmplices mais frequentes desses delitos, porque […] viviam abastados de índios que tinham trazido do sertão ..." (FONSECA, 1841, p. 262-281).

O trabalho de Manuel da Fonseca, recolhido e destruído por ordem da Mesa Censora, mostrava uma imagem extremamente negativa dos paulistas, conformada, certamente a partir das informações jesuíticas.

Antes de Manuel da Fonseca, outros já tinham se ocupado da Guerra dos Emboabas, levados por um forte sentimento de defesa dos portugueses. Assim é que Rocha Pita (1981) e Nuno Marques Pereira (1938) creditaram os mais negros intentos aos paulistas, "[…] destemerosos e fascinosos". O primeiro por ser em todos os momentos da sua obra, "[…] a mais lusitana do Brasil Colonial" (RODRIGUES, 1979, p. 496), um admirador da colonização portuguesa. O segundo, emboaba, escreveu sobre o período a pedido de Manuel Nunes Viana – e a visão que transmitiu dos paulistas, não poderia ser pior.

Os últimos trabalhos aqui citados não tiveram como núcleo a História das Bandeiras, ou de São Paulo ou mesmo das descobertas das Minas – não se aprofundaram nessas questões e seus autores, muito mais ligados aos representantes do poder metropolitano, não tiveram como objetivo a glorificação dos paulistas, como não foi também seu objetivo transformá-los em vilões. Manifestaram apoio a seus líderes na medida em que isso significava apoiar a autoridade portuguesa, ou, a exemplo de Manuel da Fonseca, pretenderam ratificar a opinião que os jesuítas, no século anterior à guerra tinham emitido.

A exceção fica por conta do livro de Vilhena, que surgiu no início do século XIX, carregado de uma nova mentalidade, ao demonstrar uma atitude crítica em relação ao colonizador e à colonização em crise (MOTA, 1967). Luís dos Santos Vilhena (1922), nas *Notícias Soteropolitanas e Brasílicas,* que apareceu, em 1802, apresenta uma visão mais benéfica dos paulistas, a quem garantiu o mérito de primeiros descobridores das Minas, e um tom menos parcial ao descrever o conflito.

Ainda no século XVIII, foram produzidos outros documentos relativos à História das bandeiras paulistas, colecionados pelo Padre Diogo Soares e que se encontram na Biblioteca de Évora.

D. João V fizera contratar, na Itália, dois padres jesuítas, astrônomos ou, mais exatamente, técnicos da observação das longitudes: Carbone e Capassi, que chegaram a Lisboa em 1722. Sete anos depois, o padre Carpassi foi nomeado, juntamente com o jesuíta português Padre Diogo Soares para vir ao Brasil, "[…] para fazerem mapas do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões" (CORTESÃO , 1956, p. 78).

Além desse objetivo, a missão dos chamados Padres Matemáticos tinha como finalidade fixar a verdadeira posição das terras ocupadas por Portugal em relação ao Meridiano de Tordesilhas. Percorreram, por isso, todas as regiões ocupadas pela colonização portuguesa e, ao lado das pesquisas de astronomia, o padre Diogo Soares colheu inúmeras descrições de caminhos, postos de referência da localização de Minas entre outras informações. Os relatos que tratam da expansão e ocupação de terras pelas bandeiras foram publicados por Taunay (1981).

São os que seguem relacionados abaixo:

Notícia – 1ª Prática. Que dá ao Pe. Me. Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silveira Braga do que passou na Primeira Bandeira que entrou ao descobrimento das Minas do Guayanases até sair na Cidade de Belém do Grão Pará (1734)

Pelo que se depreende da narrativa, o Alferes José Peixoto da Silveira, português de nascimento, participou da bandeira chefiada por Bartolomeu Bueno da Silva, o 2º Anhanguera, que saiu de São Paulo no ano de 1722, pretendendo atingir a região de Guayanases. Com alguns companheiros, Silva Braga desligou-se do grupo bandeirista, o qual passava por necessidades e, por via fluvial, procurou o caminho de Belém do Pará, onde chegou depois de muitos tropeços, juntamente com seus companheiros, visto ter encontrado grande dificuldade para sobreviver durante o percurso.

O texto filtra, a todo o tempo, um profundo rancor contra Anhanguera e, por oposição, constrói uma imagem positiva de seu genro, João Leite Ortiz. Em parte alguma do documento é perceptível qualquer valorização dos atos paulistas. Ao contrário, deixa entrever que as marcas da Guerra dos Emboabas estavam ainda bastante evidentes, vigorando profunda desconfiança entre paulistas e portugueses.

Notícia – 1ª Prática. Dada ao R.P.M. Diogo Soares, pelo sargento-mor da Cavalaria Francisco de Souza Faria, primeiro descobridor e abridor do dito Caminho

O documento reconstitui o roteiro percorrido pelo narrador, desde São Paulo aos campos de Curitiba, entre 1727 e 1730. Cuida, sobretudo, das descrições dos caminhos e possibilidades de sobrevivência de quem o cruzou, procurando demonstrar as limitadas oportunidades de exploração mineral da região percorrida. Não se tratava de área já

devastada pelas bandeiras de mineração, mas tão somente de caminhos que poderiam ter sido trilhados pelos preadores de índios, embora não se faça menção a qualquer desses dois tipos de bandeiras.

> *Notícia – 2ª Prática. Dada ao P. M. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho pelo piloto José Inácio, que foi e acompanhou em todo ele ao mesmo Sargento-Mor Francisco de Souza Faria*
>
> *Notícia – 3ª Prática. Dada pelo Coronel Christovão Pereira dÁbreu, sobre o mesmo caminho ao R.P.M. Diogo Soares*

Os dois documentos reconstituem o roteiro percorrido pelos seus narradores, entre São Paulo e os Campos de Coritiba, de 1728 a 1730, numa mesma expedição. Cuidam, sobretudo, da descrição dos caminhos e das possibilidades de sobrevivência com base nos recursos naturais, demonstrando uma preocupação no sentido de estimular a ocupação portuguesa na região meridional da América do Sul, aconselhando à Coroa Portuguesa a não "[…] se deixar usurpar os seus domínios, e perder as grandes conveniências, que pelo dito caminho podem resultar à sua Real Fazendas e Vassalos (TAUNAY, 1981).

> *Notícia – 1ª Prática. Que dá ao R. P. Diogo Soares, o Capitão-Mor Luiz Borges Pinto, sobre o descobrimento da célebre Casa da Casca compreendidos nos anos de 1726-27 e 28, sendo governador e Capitão-General D. Lourenço de Almeida*
>
> *Notícia – 2ª Prática. Dada pelo Alferes ... Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas Bandeiras no descobrimento do celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1731, sendo general D. Lourenço de Almeida*

Notícia – 3ª Prática. Que dá ao R. P. Diogo Soares o mestre de Campo, José Rebelo Perdigão, sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro

Os três documentos se dedicam à descrição de roteiros geográficos circunstanciados dos caminhos e acidentes encontrados pelos sertanistas, narrados sem entrar em consideração sobre os motivos que os levaram a percorrê-los. Tratam da descoberta do ouro e, tal como a *Notícia da 6ª Prática*, parecem preocupados em demarcar, antes de tudo, o caminho seguido.

Nos *Relatos Monçoeiros*, Taunay publicou mais documentos da Coleção do Padre Diogo Soares.

Notícia – 6ª Prática. E relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas de Cuiabá e o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes governador e capitão general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo de seu governador, e nele mesmo estabelecidas

Relato extremamente detalhado da acidentada viagem de Rodrigo César de Menezes, de São Paulo até Cuiabá, por via fluvial, em 1726. Todos os acidentes geográficos foram descritos, bem como os obstáculos e dificuldades da viagem, incluindo mortes de brancos e de escravos africanos. A divisão do documento foi baseada nos rios navegados: Grande Abaixo, Pardo Acima, Camapoão-Mirim etc.

Notícias Práticas - Das minas do Cuiabá e Goiases, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Rev. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Antonio Cabral Camello sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no ano de 1727

Mais uma narrativa plena de detalhes, elaborada a pedido do Padre Diogo Soares, como esclarece o autor logo no início. A divisão

do relato se faz pelos rios percorridos, a semelhança da anterior. Este documento se completa com a *Notícia 2ª Prática: Do que lhe aconteceu na volta, que fez das mesmas Minas para São Paulo.*

> *Notícia 7ª Prática. E roteiro verdadeiro das Minas Cuiabá e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das Canoas que navegavam para as ditas Minas, com os dias da Navegação, e travessia que se costumam fazer por Mar e Terra*

Esta é outra viagem descrita pormenorizadamente ao Padre Matemático e se refere ao percurso de São Paulo a Cuiabá, com todos os acidentes geográficos dignos de nota para servirem de pontos de referência.

Os documentos da coleção do Padre Diogo Soares têm a característica de descrever os aspectos físicos que se destacavam no caminho entre São Paulo e Cuiabá. Cumpriam uma finalidade específica: contribuir para elaboração dos mapas e cartas geográficas, das quais os Padres Capassi e Diogo Soares estavam encarregados. Não cuidaram de esclarecer nem o papel, tampouco o significado das bandeiras, assim como também não omitiram sobre a primazia na descoberta, a valentia, a coragem dos sertanistas – mas tais qualidades deixavam entrever um certo tom de orgulho, com que foram narradas as dificuldades, obstáculos e violência encontrados no percurso.

> *Breve Notícia. Que dá o Capitão Antonio Pires de Campos. Do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos, a que chegou e viu por maior, sendo em tudo diminuto, porque seria processo infinito, se quisesse narrar as várias nações, nos mesmos usos e costumes trajos e vantagens que fazem e menos numerá-los, por se perdes o algarismo, principalmente no dilatado reino dos Perecizes, tão*

> *extenso e dilatado e seus habitantes por extremo asseadíssimos e estáveis e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto, e dos que aqui não faz menção, o farão outros mais curiosos que ele, se o faz, do que a experiência lhe tem mostrado no decurso de tantos anos, até o dia 20 de maio de 1723*

Como o extenso título permite antever, a notícia tem como assunto mais detalhado a descrição dos indígenas encontrados pelo bandeirante nos caminhos trilhados por suas bandeiras até a região das minas do Cuiabá. Não é possível perceber qual o objetivo do relato do bandeirante, um dos que teriam avistado a famosa Serra dos Martírios, a não ser o mais evidente, o de auxiliar aqueles que pretendessem penetrar pelos mesmos sertões que ele já havia explorado.

Após descrever todas as nações indígenas com as quais tivera contato, Antonio Pires de Campos finaliza sua *Notícia* com a afirmação: "Todos esses sertões e gentios de que dou notícia foram descobertos pelos paulistas" (TAUNAY, 1985, p. 194), única referência ao papel dos sertanistas de São Paulo na descoberta do ouro de Mato Grosso.

No mesmo capítulo está inserto o *Roteiro que deu o capitão-Mor Antonio Pires de Campos ao Capitão-Mor Luis Rodrigues Vilares, procurador do povo da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá para o descobrimento de grandes haberes para as aldeias dos gentios Araés.*

Taunay publicou ainda outros documentos sobre os descobrimentos auríferos, nos *Relatos_Sertanistas*, como:

- *Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuiabá e Província de Cochiponé;*

- *Roteiro para os Martírios, indo em Canoa pelo Ribeirão de Goiás;*

- Notícias de Antonio Pires de Campos, dadas por Antonio do Prado Siqueira no ano de 1769;

- Notícias das Minas dos Martírios, oferendas ao Governador e Capitão General Luiz D'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, por João Leme do Prado.

Os últimos relatos enumerados trazem explicações referentes aos caminhos para se atingir a famosa Serra dos Martírios, vislumbrada pela Bandeira de Anhanguera e Manuel de Campos Bicudo. Parecem os mesmos destinados a orientar novas expedições em direção à legendária Serra, que seria guardiã de incontáveis tesouros. Tais documentos foram redigidos e oferecidos às autoridades do governo colonial para facilitar a organização de outras expedições, que para ali pudessem se dirigir. Deles, não consta qualquer referência às expedições e de seus componentes que se aproximaram de região.

Os dois últimos documentos do livro, duas *Notícias Práticas da Costa e Povoações do Mar do Sul*, dizem respeito às penetrações que, na segunda década do século XVIII se fizeram em direção à Ilha de Santa Catarina e ao Continente de São Pedro.

Os documentos historiográficos da primeira metade do século XVIII, colecionados e publicados por Taunay, nesse volume e nos *Relatos Monçoeiros*, constituem quase a totalidade dos documentos encontrados sobre o período e que formam uma coleção de textos, cujos autores descreveram, principalmente, o que viram e o que ouviram contar. Percebe-se, na maioria deles, a intenção de preservar os caminhos que teriam sido percorridos pelas expedições sertanistas, para que os roteiros pudessem ser reconstituídos. Em dois deles, a *Memória de Bento Fernandes* e a *Memória para História do Distrito do Rio das*

Mortes, são evidenciadas outras pretensões – no primeiro, de garantir (ou não) aos paulistas a glória da descoberta das minas, o que não significava algo de abstrato, mas sim o direito de posse das riquezas aos que se consideravam seus verdadeiros donos, tanto no momento que o texto descreve como naquele em que foi escrito.

O segundo documento pretendeu negar aos paulistas, ou a quem mais fosse, senão aos portugueses a glória da descoberta das riquezas. Não deixou de ser esclarecedora sua parte inicial, que remonta ao descobrimento do Brasil e aos primórdios de sua colonização, chegando ao descobrimento das jazidas auríferas e de minerais preciosos, sem citar o que os colonos (paulistas ou não) haviam conseguido.

O intento do texto foi o de atribuir aos portugueses a posse e a propriedade das terras que guardavam as riquezas e, por esse motivo, atribuir sua descoberta aos colonizadores, que a elas tinham direito.

É possível agora, por comparação, tentar responder por que não surgiram documentos semelhantes a estes quando das bandeiras de apresamento? Naquele contexto, não interessava aos bandeirantes garantir o direito que julgavam ter sobre as terras de onde tinham arrancado a riqueza que disputavam (o índio). Ao contrário do que se apresentava mais tarde na região das minas, as terras não escondiam mais riquezas. As que interessavam eram, então, objeto de querela entre paulistas e jesuítas. Não havia interesse dos primeiros em manter o domínio sobre as terras de onde os índios haviam sido retirados.

Era diferente o que acontecia na região mineradora. Em primeiro lugar, os paulistas não tinham sido muito felizes na tentativa de enriquecimento com o ouro e as pedras preciosas que encontraram. Mais felizes foram os reinóis que, donos de maiores recursos, puderam

colocar a seu serviço um número elevado de escravos e, assim, conseguir maiores riquezas que os paulistas.

O fisco também significou outra ameaça à possibilidade de enriquecimento dos paulistas. Deve-se lembrar que, a partir das últimas décadas do século XVII, ocorreram vários movimentos contra a administração portuguesa, e que a região das minas tinha sido palco de um dos mais violentos, chefiada por Felipe dos Santos, em 1720. Esse período, quando a fiscalização metropolitana se mostrou mais incisiva, foi o que viu surgir as primeiras narrativas dos conquistadores das minas, mas também as justificativas dos portugueses em seus ataques contra colonos, representados pelos descobridores das minas, os quais se tornaram mais explícitos nas recuperações que se fizeram da Guerra dos Emboabas.

Se no seiscentismo não havia necessidade de se garantir a propriedade das terras, em que fosse encontrada riqueza maior – braços para o trabalho agrícola –, a descoberta das minas e sua exploração obrigaram que os testemunhos se fizessem no sentido de garantir a propriedade aos que se julgavam legítimos donos.

Nos relatos de século XVIII, é possível encontrar, até com facilidade, a História militante de que fala Marc Ferro (1981): é a História construída para garantir a legitimação no poder para um grupo. Escritos por necessidade do seu presente, os relatos recorreram a um passado recente (não chegaram, à exceção do texto de José Álvares, a voltar mais que duas ou três décadas) para responder às necessidades impostas pela sua realidade. Tais necessidades não se impuseram quando das questões referentes aos indígenas, mas que se fizeram prementes nos momentos em que se disputavam, entre colonos e reinóis, as riquezas da terra.

A chegada dos forasteiros à região das minas causou apreensão aos paulistas, que se viram desalojados das melhores regiões nas quais se exploravam os metais preciosos. O mesmo iria acontecer no momento em que ocorreu a decadência das jazidas, fazendo com que forasteiros procurassem São Paulo como local para se fixar para exercer atividades mercantis, passando a ameaçar as posições ocupadas pelos paulistas descendentes das antigas famílias da terra.

Capítulo 2

A construção dos herdeiros

Vê os Pires, Camargos e Pedrosos
Alvarengas, Godóis, Cabrais, Cardosos
Lemos, Toledos, Pais, Guerras, Furtados
E outros que fizeram assinalados
Se fizeram no arrojo das conquistas
Ó sempre grandes e imortais paulistas!

Cláudio Manuel da Costa[5]

As primeiras descrições e narrativas acerca do movimento bandeirista surgiram contemporaneamente ao descobrimento e exploração das minas, quando estas eram disputadas e atraíam populações de toda a parte, interessadas no enriquecimento que as reservas auríferas poderiam propiciar.

Levas sucessivas de paulistas, que partiram em busca de riqueza, provocaram despovoamento de São Paulo, que ficou praticamente desprovida de homens válidos, levando a cidade a uma terrível situação de pauperismo, com crises generalizadas de fome e carestia de alimentos, na primeira metade do século XVIII (VERGUEIRO, 1981, passim).

5 COSTA, Cláudio Manuel da. "Vila Rica". 4.a ed. In: *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: [s.n.], 1957, vol. IV, pp. 113-197.

Mas não só da vizinha capitania de São Paulo vinham os aventureiros em busca da riqueza das minas. Muitos navios atracados nos portos de Santos e Rio de Janeiro foram abandonados pela tripulação, para quem era muito mais promissora a possibilidade de enriquecimento que os regatos auríferos poderiam trazer. O mesmo acontecia com os soldados da guarnição. Outros aventureiros vinham da Bahia, e cerca de 10 mil indivíduos deixavam anualmente Portugal com destino à Colônia, durante os sessenta primeiros anos do século XVIII (VERGUEIRO, 1981, passim.).

O ano de 1763 foi um marco na decadência da exploração do ouro. Pela primeira vez, o quinto não atingiu a cota estipulada das 100 arrobas anuais. A partir daí a queda na produção de metais preciosos foi cada vez mais acentuada. Aquela população, que tinha procurado as minas com o propósito de enriquecimento, teve que ir à cata de novas fontes de fortuna.

Por ter localização privilegiada, que facilitava a comunicação com as outras regiões da Colônia, São Paulo enviava, para diferentes localidades, carne suína e bovina defumada e salgada, vários tipos de cereais, caixetas de marmelada e, principalmente, açúcar. Ao mesmo tempo, sua localização, ao ligar Minas Gerais aos Campos do Sul do Brasil, permitia-lhe que se beneficiasse da corrente de gado bovino e muar, procurando atender à demanda da região das Minas, carente de produtos alimentícios e meios de transporte. Por esses motivos, formou-se em São Paulo, de acordo com Alice Canabrava (1967), um centro comercial de amplas dimensões, destinado a suprir grande parte da Colônia: Mato Grosso, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e o interior da própria capitania de São Paulo.

O negócio do gado, do sal e das manufaturas europeias constituíam atividades lucrativas, que atraíram para o Planalto de Piratininga grupos de pessoas que ali se estabeleceram, pensando em desenvolver tais negócios. Para São Paulo, vieram também pessoas semelhantes às que tinham, desde o início do século, procurado a região das minas para enriquecer e que não tinham sido abençoadas pela sorte.

Na segunda metade do século XVIII, mais precisamente a partir de 1765, teve início um processo de renovação da economia da Capitania de São Paulo, quando, a par da restauração de sua autonomia e da política de fomento desenvolvida por Pombal, durante o governo do Morgado de Mateus, conflitos internacionais e regionais contribuíram para a valorização dos produtos coloniais.

Em meio aos conflitos na Europa, que se iniciaram com a Guerra da Sucessão Espanhola e culminaram nas Guerras Napoleônicas, Portugal conseguiu manter uma posição de neutralidade, o que, em parte, lhe trouxe vantagens. A principal foi ter firmado Lisboa como grande empório do comércio colonial. Um outro fator contribuiu para o crescimento do comércio: as agitações políticas e sociais, as quais transtornaram a vida das colônias inglesas e francesas nas Antilhas, facilitando, sobremaneira, o comércio de produtos tropicais.

A renovação da economia de São Paulo coincidiu com o período em que as explorações e a produção do ouro entraram em franca decadência – por isso São Paulo passou a ser um polo de atração para os que tinham perdido a esperança de enriquecer na região das jazidas de minérios e pedras preciosas. A produção agrícola, aliada à localização de São Paulo, num cruzamento de caminhos, atraíram grande número de reinóis que passaram a se dedicar ao comércio, fosse de exportação, ou ao de loja aberta.

Se a ocupação das minas foi marcada por inúmeros tumultos, crimes e convulsões, a vinda dos reinóis, desiludidos com a sorte na mineração não provocou em São Paulo as mesmas reações violentas. Em Minas, os paulistas, seus primeiros ocupantes, julgavam-se no direito de explorar o metal precioso, por terem sido seus descobridores, o que tornou bastante tensas suas relações com os recém-chegados, a ponto de eclodir a Guerra dos Emboabas. Por isso surgiu uma literatura que, de um lado, procurou demostrar que a posse das minas cabia aos paulistas, seus descobridores, e, de outro, aquela que minimizava o papel dos paulistas nas descobertas.

Com a vinda do grupo de reinóis para São Paulo, as tensões foram se estabelecendo de forma mais sutil, à medida em que os recém-chegados enriqueceram e passaram a ocupar cargos e postos na Câmara de Vereança, na administração colonial, nas Companhias Militares, ao mesmo tempo que os mais ricos se casavam com filhas de famílias importantes (KUSNESOF, 1974).

As instituições, sobretudo a Câmara de Vereança, na segunda metade do século XVIII, passaram a ser ocupadas em sua maior parte, por portugueses de origem obscura, que procuravam São Paulo para atividades de mercancia. A tradição de autoridade, que naquela época a Câmara ainda conservava, atraiu os recém-chegados, que viam nesse espaço político o mais acessível meio de mobilidade social. Nessa medida, os portugueses, que haviam enriquecido, passaram a ocupar maior espaço. Na Câmara, nas Milícias e na Administração deslocaram a antiga elite da terra, a quem caberia ocupar tais funções, de acordo com a legislação portuguesa. Tais cargos eram destinados aos *"homens bons"* que: "[…] eram os mais ricos, os mais notáveis, os mais respeitados

chefes de família, as pessoas honradas, por excelência, dentro de cada povoado" (SERRÃO, 1971).

Se em Portugal os *"homens bons"* eram indivíduos saídos de um patriciado urbano, constituído por burgueses ricos que se haviam transformado em proprietários, isso não ocorreu no Brasil. Aqui, as Câmaras eram uma extensão do poder do senhor rural, proprietário de muitas terras e, no caso específico de São Paulo, dono de muitos arcos (DUARTE , 1966).

A partir do século XVIII, a situação mudou com a transferência da base econômica para a atividade mineradora e a consequente perda de importância dos senhores rurais. Foi nesse período que a Câmara passou a ter a participação de outros segmentos da sociedade, com a inclusão dos comerciantes. O que os antigos habitantes, que organizavam as expedições sertanistas, não podiam esperar é que na segunda metade daquele século os membros daquele segmento social constituíssem maioria não só na Câmara, mas também que ocupassem as patentes mais altas das Companhias Militares e nos cargos da administração metropolitana (ABUD, 1978).

Os recenseamentos realizados na segunda metade do século XVIII dão conta de que São Paulo abrigava, naquele período, grande número de comerciantes e homens de negócio em geral.

Os antigos proprietários de terra, descendentes dos sertanistas, passaram a ocupar lugar secundário na sociedade, a partir do momento em que o comércio passou a ter singular importância na economia da cidade. Perceberam, também, que os cargos e funções que tinham como privilégio o próprio poder passaram a ser contestados de forma

quase imperceptível pelos recém-chegados comerciantes portugueses (ABUD, 1978).

À mesma época, Portugal e Espanha trataram de redefinir os limites do que iria se constituir no mapa de suas colônias, nas terras da América, mediante a celebração dos vários tratados, que os dois Estados acordaram entre si.[6]

Naquele momento histórico se produziram as obras de dois historiadores paulistas: Pedro Taques de Almeida Paes e Gaspar Teixeira de Azevedo, o conhecido Frei Gaspar da Madre de Deus. Celebrados pelos historiadores do início do século XX, foram ambos os consolidadores de uma História Colonial de São Paulo, centralizada na expansão territorial promovida pelos planaltinos.

Eram os dois cronistas aparentados e descendiam dos primeiros povoadores europeus da Capitania de São Vicente. Frei Gaspar da Madre de Deus provinha de uma família abastada, cuja raiz se encontrava em Bartira, de um lado, e de João Ramalho, de outro, com raízes também em Antonio Rodrigues e Antonia, filha do chefe indígena Piquerobi. Tinha relações de parentesco com inúmeras figuras do bandeirismo: Fernão Dias Pais, os dois Anhanguera (pai e filho), Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, João Leite da Silva Ortiz, Bartolomeu Paes de Abreu e Estevam Raposo Bocarro.

Pedro Taques tinha igualmente ilustre ascendência. Seu tronco paterno tinha início em Brás Cubas e era filho e sobrinho de conhecidos sertanistas: Bartolomeu Paes de Abreu, João Leite da Silva

6 Entre 1750 e 1801, Portugal e Espanha celebraram os Tratados de Madrid (1850), El Pardo (1761), Santo Ildefonso (1777), Badajoz (1801). O objeto principal deles eram as terras por onde as expedições paulistas haviam penetrado, a partir do século XVII.

Ortiz, Estevão Raposo Bocarro, vindo a ser sobrinho-neto de Fernão Dias Paes (TAUNAY, 1975).

Nascidos em locais diferentes, tinham quase a mesma idade – Pedro Taques nasceu e foi educado em São Paulo e Frei Gaspar, em Santos. Pedro Taques nascera em junho de 1714 e seu primo distante em 1715, tiveram formação escolar muito parecida na infância. Ambos estudaram no colégio da Companhia de Jesus de sua respectiva cidade. Frei Gaspar, aos 16 anos, iniciou o noviciado beneditino. Pedro Taques permaneceria na vida secular.

A opção pela carreira religiosa levou Frei Gaspar a viver em diferentes locais do Brasil Colonial: fez seu noviciado na Bahia e, de lá, passou para o Mosteiro do Rio de Janeiro, viajando depois para Portugal, onde se deteve por algum tempo. Ao regressar, foi professor de Filosofia e Teologia no Mosteiro Beneditino do Rio de Janeiro, de onde foi nomeado abade em 1763, sendo elevado a abade provincial, em 1766. Em 1769, retornou a Santos, onde viveu até 1800, ano de sua morte.

Já Pedro Taques teve uma vida aventurosa. Terminou seus estudos no Colégio dos Jesuítas, em São Paulo, tendo obtido o título de mestre em Artes. Em 1738, morreu seu pai, Bartolomeu Paes de Abreu. Após inúmeras pendências com os representantes régios, ele legou uma pouco brilhante situação financeira à família. Coube a Pedro Taques a administração dos bens familiares, cuja situação melindrosa levou-o a procurar fortuna nas minas de Goiás, tendo sido nomeado escrivão da Intendência Comissária e Guarda-Mor do Distrito do Pilar. Ali viveu de 1750 a 1754 e, quando voltou a São Paulo, trouxe consigo razoável fortuna, a qual permitiu que partisse para a Metrópole, onde pretendia obter prêmios que a família considerava devidos a seu pai.

Em Portugal, poderia também requerer instrumentos de *"puritate e nobilitate probanda"* e pesquisar nos arquivos. Não conseguiu alcançar esses objetivos, impedido que foi pelo terremoto de Lisboa, em 1755. Obteve, porém, nomeação para o cargo de Tesoureiro-Mor de Bula da Cruzada, nas capitanias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso, cargo que exerceu até 1769, quando foi afastado sob acusação de desfalque. A partir daí, passou por dificuldades e atribulações que lhe combaliram a saúde, vindo a falecer em 1777. Somente um século depois, sua obra principal seria publicada, em partes pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nas publicações de 1869, 1870, 1871 e 1872.

Vidas diferentes tiveram Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques, que se encontraram intelectualmente nos estudos que produziram.

De Frei Gaspar, tem-se notícia dos seguintes trabalhos:

- Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil (publicada pela primeira vez pela Academia Real de Ciências, em 1797).
- Relação dos Capitães Locotenentes da Capitania de São Vicente.
- Notas Avulsas sobre a História de São Paulo.
- Dissertação e explicação sobre terras de contenda entre o Mosteiro de São Bento e o Convento do Carmo, em Santos.
- Oração Fúnebre nas exéquias que, pelo Sereníssimo Senhor D. José I, Reei Fidelíssimo de Portugal, mandou celebrar a Câmara de Vila do Porto de Santos, aos 14 de Julho de 1777.
- Parecer sobre um estudo genealógico.

- Carta endereçada ao Capitão-General Bernardo José de Lorena.
- Fundação da Capitania de São Vicente e Ações de Martim Afonso de Souza.
- Catálogo dos capitães mores, generais e Vice-Reis que governavam a Capitania do Rio da Janeiro.
- Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das religiões e suas fundações.

Pouca coisa, porém, restou da obra de Pedro Taques:

- História da Capitania de São Vicente;
- Informação sobre as minas de São Paulo;
- Notícia histórica ou expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo, em 1640.

E parte do seu maior trabalho,

- Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica.

Não há notícia da localização de exemplares de:

- História de São Paulo;
- Elementos de História de Piratininga;
- História de Jundihay;
- Apontamentos;
- Discurso Cronológico dos Descobrimentos do Brasil;
- Informação sobre o estado das aldeias de índios da Capitania de São Paulo;
- Vida de Martim Afonso de Souza;
- História do Levantamento de Minas Gerais;

- Demonstração verídica e cronológica;
- História da Conquista a que foram à Bahia os Paulistas.

Da produção de Frei Gaspar da Madre de Deus interessa, fundamentalmente, para a finalidade deste trabalho, aquela que foi sua principal obra: *Memórias para a História da Capitania de São Vicente.*

Com título integral de *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo*, sua obra principal foi publicada pela Academia Real das Ciências (Lisboa) em 1797. Divide-se em dois livros. O primeiro é composto por quatro capítulos: Fundação de São Vicente; Fundação de Santos; Fundação da cidade de São Paulo e Fundação da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Itanhaém. O segundo livro tem um único capítulo: Fundação de Santo Amaro[7].

De Pedro Taques, foram selecionadas a *Nobiliarquia* e a *Informação sobre as Minas de São Paulo*, obras nas quais se pode observar sua concepção da sociedade paulistana e suas origens[8]. A *Nobiliarquia*, obra que consumiu a maior parte do tempo da vida útil do autor, deveria contar noventa e seis títulos, dos quais, como indica Taunay (1949), sessenta teriam sido redigidos em 1771. No entanto, tudo leva a crer que se perderam dois terços da obra, já que somente restaram 22 títulos.

A *Informação sobre as Minas de São Paulo* foi escrita em 1772, a pedido de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que governou a Capitania entre 1765 e 1775. O livro trata das

7 MADRE DE DEUS, G. da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo.* Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975 (Reconquista do Brasil, 20).

8 LEME, P. T. A. P. *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*. 5 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980; LEME, P. T. A. P. *Informação sobre as Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Introd. e notas de Afonso d'E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série, vol. 27).

expedições que entraram no sertão em busca de ouro, prata e pedras preciosas, historiando a descoberta das esmeraldas, por Fernão Dias Paes, abordando também a legislação referente às minas; os índios que acompanhavam os paulistas, sobretudo, da esperança que se tinha de encontrar maiores riquezas.

A maior obra de Pedro Taques foi, sem sombra de dúvida, a *Nobiliarquia*. Dela, diz José Honório Rodrigues que é "[…] uma das maiores fontes de informação de Brasil e de São Paulo desde o descobrimento aos anos setenta do século XVIII" (RODRIGUES, 1979). A riqueza de informações sobre todos os aspectos da vida de São Paulo é uma de suas maiores características, ao lado da nuclearização da História da São Paulo, em torno do movimento bandeirista.

Pedro Taques e Frei Gaspar eram ambos estudiosos do passado, historiadores do século XVIII, habitantes da Colônia Portuguesa da América. Se na Europa a História, na primeira metade daquele século, já via nascer uma aspiração teórica, seja com Gianbatista Vico e sua reflexão sobre o aspecto cíclico do desenvolvimento dos grupos humanos; seja com Voltaire e Montesquieu, ao pretender mudar a matéria habitual e a problemática da História, suas inquietações não chegavam até São Paulo.

O que se pode notar na obra de Taques e Frei Gaspar é uma ligação mais consistente com a tradição de pesquisa e valorização documental que vinha da centúria anterior, em especial na França, onde havia sido publicada, em 1681, a obra de D. Mabillon, *De Re diplomática*. De acordo com Pierre Villar, com ela se iniciou a Diplomática, *ciência do documento,* capaz de demonstrar, a partir de indícios materiais, a autenticidade ou falsidade de um documento histórico (VILLAR, 1980). Ao valorizar a fonte escrita como prova da História, trabalho que foi

continuado pelos beneditinos da Congregação de Saint-Maur a análise documental trouxe "[…] condições seguras para o conhecimento histórico" (VILLAR, 1980, p. 36).

Outras congregações, incluindo a dos jesuítas, também seguiram a orientação que vinha sendo traçada pelo beneditino D. Mabillon. A erudição incluiu os leigos, formando representantes em todos os países europeus. Em alguns deles, as Academias e as Universidades desempenharam o mesmo papel das Congregações. A erudição estava presente nas Academias portuguesas, mesmo nas coloniais, com as quais Pedro Taques e Frei Gaspar mantiveram contato.

Em sua primeira ida a Lisboa, Pedro Taques frequentou a Academia Real de História, ligando-se principalmente aos eruditos Diogo Machado Barbosa (bibliófilo) e a D. Antonio Caetano de Souza (genealogista) (RODRIGUES, 1979, p. 130). Frei Gaspar pertenceu à Academia dos Renascidos da Bahia e teve sua primeira obra impressa pela Academia Real das Ciências de Lisboa. Vale lembrar que ele ainda mantinha uma ligação mais profunda com a História *"segura e verdadeira"* dos monges de Saint-Maur: Frei Gaspar era também beneditino.

A preocupação com uma História *"verdadeira"*, revestida de *"boa fé",* a que se referiu Frei Gaspar, transparece em todas as produções dos dois historiadores paulistas, no que diz respeito ao ato de transcrever e citar as fontes. As informações contidas em seus trabalhos foram extraídas dos Arquivos das Câmaras, da Câmara Episcopal, das Casa de Misericórdia, dos Conventos, Mosteiros, dos Cartórios e da Legislação. Enfim, utilizaram uma grande quantidade de documentos originais, selecionados diretamente nos arquivos, cuja veracidade seria, portanto, indiscutível. Alice Canabrava (1949, p. 136) acrescentou aos documentos escritos os subsídios da tradição oral, transmitidos pela

memória dos velhos, "[…] como matéria-prima para a construção da *Nobiliarquia*".

No conjunto de suas obras, encontra-se implícita a concepção de História dos dois autores, pois pretendiam transmitir aquilo que eles consideravam como verdade, isto é, as informações contidas nos documentos, que embasavam a construção da narrativa dos fatos e dos sujeitos históricos. É uma história excludente, nela somente podem ser vistos, como atores, uma pequena parte da população. Se isso fica mais evidente na *Nobiliarquia*, também Frei Gaspar da Madre de Deus deixou transparecer seu orgulho de casta. Ao narrar a Aclamação de Amador Bueno, por exemplo, a ele se referiu como "[…] de qualificada nobreza e de muito respeito e autoridade pelos cargos públicos que havia ocupado" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 139). Não foi de outra forma que celebrou Martim Afonso: "[…] os louros com que sua fortuna e seu merecimento lhe teceram as coroas; outro havia de ser o teatro de suas proezas e a campanha onde conseguisse o respeitável nome de Herói, com maior glória, triunfando das nações mais belicosas, e reis principais da *Índia*" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 130).

Na obra de Pedro Taques, a nobreza dos paulistas é retratada em todas as páginas, tanto em sua obra como na de seu parente, ela está presente no próprio conceito formulado pela sua representação do bandeirante.

É preciso esclarecer que, nem a palavra bandeirante, nem bandeira foram usadas nos textos (TAUNAY, 1949). Segundo este autor, em *História Geral das Bandeiras*, o vocábulo bandeira foi usado pela primeira vez pelo Conselho Ultramarino em 1676, mas somente a partir de 1740 se tornou de uso corrente. O que hoje chamamos de bandeirante é tratado por Pedro Taques de "[…] paulistas fazendo

várias entradas ao sertão..." (LEME, 1980, p. 79), "[…]conquistador e descobridor das minas de ouro no sertão" (LEME, 1980, p. 166), "[…] descobridor de férteis minas" (p. 208), "encarregado da conduta de gente de guerra para a Bahia" (p. 232), "[...] Na guerra de Pernambuco contra os rebelados da conquista do Sertão dos Palmares, a que foram de socorro os paulistas [...] foi Mestre de Campo Domingos Jorge Velho" (p. 271), "o mestre de campo de Antonio Raposo Tavares" (p. 271), "Capitão-Mor de uma tropa que penetrou o sertão" (LEME, 1980, v. 2, p. 207).

Nos escritos de Frei Gaspar também não foi possível encontrar as expressões bandeira e bandeirante. Referiu-se aos "*Paulistas"*, em que "[…] sempre foi predominante a paixão de conquistar" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 30), "[…] aos descobridores das minas e sertões" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 135), "Chefes das Tropas" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 131).

Qualquer que fosse o vocábulo que se utilizasse (conquistador e descobridor; mestre de campo; capitão-mor), estariam se referindo àqueles que detinham a liderança de grupos que penetraram os sertões para a preação de índios, ou na prospecção das minas de ouro e pedras preciosas e, ainda, para combater ataques' estrangeiros e escravos rebelados.

O indivíduo que chefiava as expedições tinha um título de conotação militar e a expedição era chamada de entrada ou tropa, no sentido utilizado pelos agrupamentos militares, conforme pode se comprovar pelas citações que se seguem: "Hieronimo Bueno, [...] *penetrou* o sertão do Rio Paraguai" (LEME, 1980, t. I, p. 108). "[...] para a guerra que se ia fazer ao gentio Payaguary, para onde *foi* José de Campos Monteiro, *com uma canoa armada em guerra com armas e gente à sua custa*"

[grifos nossos] (LEME, 1980, t. I, p. 185). "Este paulista foi intrépido contra os bárbaros gentios dos sertões do Rio Grande e Rio Paraguay, que os penetrou vinte e quatro vezes, [...] Fez a última *entrada* em 1653". [grifos nossos] (LEME, 1980, t. I, p. 108). "No seu tempo fez uma *entrada no Sertão*, Sebastião Friz Tourinho [...]". [grifos nossos] (LEME, 1980, t. I, p. 177). "Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das Missões; eles muitas vezes foram os Chefes das Tropas Conquistadoras..." (MADRE DE DEUS, 1975, p. 131).

Dois aspectos podem ser destacados dos pequenos textos: o primeiro é que não se fez, em momento algum, distinção entre as expedições organizadas pelas autoridades governamentais e as de iniciativa dos paulistas. De entrada, foram chamadas as primeiras expedições organizadas por Martim Afonso de Souza, como a de Pero Lobo, em 1531, ou as que atacaram as missões jesuíticas, marcadas pela organização de verdadeiros exércitos, com seus próprios cabedais.

Um segundo aspecto a ressaltar nas descrições dos dois cronistas coloniais é a importância militar que atribuíam, não só aos chefes, como às próprias expedições: tropas, exércitos, independentemente de seu caráter oficial ou particular.

Outras características, sempre presentes nos verbetes da *Nobiliarquia*, que se referem às figuras de proa do Bandeirismo, de origem nobre e os cargos que o bandeirante em destaque, e/ou seus ascendentes ocupavam na República, conforme aponta Leme (1980, t. III, p. 280)[9] e as extensas propriedades que possuíam, em terras ou em

9 A expressão latina Res Pública (coisa pública), origem do termo República significa *uma organização política de um Estado com vistas a servir à coisa pública, ao interesse comum*, independentemente de remuneração.

número de arcos. Assim se referiu o autor, por exemplo, ao conhecido sertanista Amador Bueno:

> [...] (glorioso desempenho da honra e nobreza dos seus ascendentes) foi um dos paulistas da maior estimação e respeito, assim na prática como fora dela. Teve grande tratamento e opulência, por dominar debaixo de sua administração muitos centos de índios, que de gentio bárbaro do sertão se tinham convertido à nossa fé, pela indústria, valor e força das armas, com que os conquistou Amador Bueno em seus reinos e alojamentos. (LEME, 1980, t. III, p. 280)

Do mesmo matiz é a nota sobre Antonio Pedroso de Alvarenga (LEME, 1980, p. 78), "[...] nobre cidadão de São Paulo com grande respeito, e potentado em arcos de índios, que conquistou no sertão, que penetrou em várias entradas", ou a que se refere a Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias:

> [...] acompanhou a seu pai ao sertão dos índios Mapascos ao descobrimento das esmeraldas. Recolhido a São Paulo teve ordem de sua Magestade para entrar ao mesmo sertão e fazer profundas catas, a buscar no centro delas as esmeraldas por se ter entendido que estas seriam mais finas e transparentes como não eram extraídas na superfície da terra, que se tenham remetido ao reino e descobertas de seu pai. Para esta diligência constituiu sua Magestade a Garcia Rodrigues Paes com o caráter de Capitão-mor... Por outra provisão o constituiu o administrador geral das Minas [...] serviu de Guarda mor trinta e oito anos [...] (LEME, 1980, p. 84).

Ou, na nota sobre "Bento Pires Ribeiro, cidadão de São Paulo, serviu todos os cargos da república, fez várias entradas ao sertão, feito capitão mor da tropa [...]" (LEME, 1980, p. 78).

Estudando os inventários e testamentos, Alfredo Ellis Júnior (1976) chegou a conclusões opostas às afirmações de Taques na *Nobiliarquia*, isto é, verificou que a procedência dos primeiros povoadores de São Paulo não estava ligada, de maneira indireta, pela bastardia, às camadas da nobreza portuguesa, e sim, quando muito, aos fidalgos, elementos da baixa nobreza. Os primeiros troncos paulistas teriam saído da pequena burguesia e, principalmente, da plebe (ELLIS JR, 1976). A nobreza de sangue ou de linhagem não atravessava o oceano, sofrendo as agruras dos primeiros colonizadores, mas permanecia na Corte, onde seus integrantes tinham oportunidade de conseguir cargos administrativos em alguma parte do Império, com polpuda renda, ou onde pudessem receber terras e pensões (MESGRAVIS, 1983).

Tal como a nobreza, a alta burguesia não teria grande interesse de vir para a Colônia. Aportaram em terras brasileiras: mercadores vocacionados para as lides comerciais (aliás, altamente lucrativa, até para os humildes mascates); os oficiais mecânicos, os assalariados e os grandes e pequenos lavradores (BRANDÃO, 1956).

Esses primeiros povoadores do Planalto de Piratininga, tanto em Portugal como aqui no Brasil, estavam submetidos às determinações das Ordenações do Reino que, dado o caráter da sociedade, predeterminava o papel de cada um. A ligação com a nobreza garantira, desde a Idade Média, certos privilégios. Na metrópole portuguesa, esse segmento social compunha o escalão mais alto de uma sociedade dividida em estado ou ordens. Tal fragmentação estava fundamentada em preceitos jurídicos, fixando valores e prescrevendo comportamentos, o que fazia

com que cada um ocupasse, nessa hierarquia, uma posição definida, de acordo com a posse (ou não) de títulos de nobreza, ou nobilitadores. Nessa medida, a organização da sociedade portuguesa tinha sido transportada para o Brasil. Dadas as peculiaridades da vida colonial, algumas de suas normas passaram por adaptações, em especial aquelas que diziam respeito ao poder local, nas Câmaras Municipais, onde as ordenações determinavam a supremacia dos "homens bons".

As Câmaras Municipais encontravam suas raízes nas antigas Municipalidades portuguesas, que seguiam somente os costumes e os forais das terras ou os privilégios dos senhores, até o advento das Ordenações Afonsinas, que introduziram uma nova característica: a uniformidade de ação (LAXE , 1962). Até então, cada Conselho seguia suas próprias regras; eram "[…] pequenos estados, no Estado, repúblicas independentes sob o protetorado do rei […]" (*Idem, ibidem*).

A legislação uniformizadora das Câmaras refletia a tendência centralizadora do Estado lusitano e a preocupação em subordinar a aristocracia à autoridade do monarca a aristocracia. A submissão da nobreza, com efeito, era uma das principais questões que a monarquia portuguesa enfrentava no início da Idade Moderna, visto que a aristocracia guardava ainda força política de dilatadas dimensões.

Foi por isso que a Coroa procurou regularizar as atividades dos Conselhos, como também controlar a nobreza local através das regras legais das Ordenações, procurando afastar seus membros daquelas atribuições, colocando em seu lugar *"os homens bons"*.

Ao integrar os homens bons à Câmara de Vereança, o governo português afastava a nobreza, mas impunha também restrições para que os indivíduos fossem classificados como "homens bons" afastando,

dessa forma, qualquer tipo de participação dos menos aquinhoados pela riqueza.

Mesmo existindo a permissão de a Câmara ser composta por homens sem foro e sem privilégios, muitos acabavam sendo excluídos pelas exigências legais. A Câmara possuía caráter antifeudal e antiaristocrático, mas a condição primeira para alcançar o lugar de *homem bom* era que o mesmo se destacasse na comunidade, tornando-se um dos principais da terra, pela prestação de altos e relevantes serviços militares – possibilidade rara –, ou pela aquisição de fortuna (LAXE, 1962). Em Portugal, as Câmaras eram compostas, prioritariamente, por indivíduos retirados de um patriciado urbano, composto por burgueses ricos que haviam se transformado em proprietários. Isto, porém, não ocorreu no Brasil e tampouco em São Paulo, em especial nos dois primeiros séculos da colonização. Aqui, as Câmaras se constituíam enquanto extensão do poder do senhor rural, dono de muitas terras e, na capitania vicentina, donos também de muitos arcos.

A propriedade da terra, além de favorecer o acúmulo de fortuna, era também uma condicionante de nobilitação para os proprietários, pois "[…] sua profissão é aquela arte preciosa que dá força e vigor aos Estados […] arte que nossos primeiros pais tiveram por sua conta e a bem da qual concederam privilégios aos lavradores e seus filhos". (OLIVEIRA, 1806, p. 87). Os povoadores da Colônia procuraram também outros caminhos rumo à nobilitação, pois, para participar dos cargos da Câmara, ou, no dizer de Taques, nos cargos da República, o indivíduo deveria pertencer ao rol dos "homens bons", uma vez que o exercício de tais cargos confirmava, mais uma vez, a sua ascensão, pois os "Juízes Ordinários, Vereadores, Procuradores e Almotáceis,

das Cidades e Vilas Notáveis e ganhavam nobreza pelo emprego [...]" (OLIVEIRA, 1806, p. 60).

Ainda, segundo Oliveira (1806), também os ofícios militares nobilitavam, caso a patente fosse acima do posto de capitão. Havia Companhias, como a dos Auxiliares, que deveriam ser constituídas por aqueles que pudessem se manter sem pagamento e que tivessem o suficiente para se armar e fardá-las às próprias custas, sendo que os que servissem na cavalaria deveriam possuir, além dos animais de montaria, um escravo que deles cuidasse. A esses militares recairiam as mesmas regalias e privilégios de que gozavam as tropas pagas.

Existia também o fator enriquecimento, mecanismo que encaminhava as pessoas,

> "[…] *às Dignidades da Igreja, aos Postos de Milícia, aos Empregos da República, aos casamentos nobres e a tudo o que há de mais honroso na sociedade,* […] a riqueza produz o brilhantismo da nobreza […]" (*Idem, ibidem).*
>
> Mas, adverte o autor dos *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, a riqueza para nobilitar deveria ser considerável e antiga (OLIVEIRA, 1806, p. 115).

As *"virtudes"* facilitadoras da nobilitação, já enumeradas, são as que aparecem em destaque nas obras de Taques e Frei Gaspar. Nelas, principalmente nas do primeiro, havia um cuidado especial em situar os sertanistas como proprietários de terras, ocupantes de cargos da República, chefes militares, cujas vidas honradas eram levadas num estilo muito próximo da nobreza medieval. Não são raras as descrições de potentados, como Guilherme Pompeu de Almeida, a quem se

atribuía considerável fortuna, em cuja casa "[…] a copa de prata que possui excedeu de 40 arrobas", ou ainda do estilo de vida que reinava na casa de seu filho, o Pe. Guilherme Pompeu de Almeida, alcunhado por Taunay de o "Creso Colonial" (LEME, 1980, t. III, p. 116, 117 e 118).

Os nomes que integravam a Nobiliarquia são aqueles que possuíam, portanto, qualidades exigidas para exercer os cargos destinados aos "homens bons". No entanto, a entrada de forasteiros, que procuraram São Paulo depois que o ouro entrara em decadência, punha em risco o domínio de tais cargos. A maioria deles vinha para o exercício do comércio, atividade que só enobrecia enquanto realizada a longa distância e em grande quantidade, e muitos deles enriqueciam com o pequeno comércio, porém sua fortuna era muito recente para colocá-los entre as pessoas mais destacadas. Muitos, porém, procuravam outros caminhos que poderiam alçá-los ao mundo da nobiliarquia: o casamento no interior das famílias mais antigas, a Câmara de Vereança e as Companhias Militares.

Na segunda metade do século XVIII, período em que Pedro Taques escreveu a *Nobiliarquia*, os comerciantes ocupavam a maioria dos cargos mais elevados daquelas instituições, além de serem detentores de extensas fortunas da cidade de São Paulo. Mais importante é que, com isso, se verificava seu distanciamento da elite descendente das antigas famílias da terra, das quais provinham Pedro Taques e Frei Gaspar. Os dois fizeram de suas obras porta-vozes das reivindicações das famílias antigas, no sentido de garantirem o seu lugar naquela sociedade ainda estamental. Por esse motivo é tão transparente seu orgulho de casta, a afirmação da tradição, a procura das provas de ascendência ilustre para a classe dominante, ameaçada pelo grupo de recém-chegados, a qual assumia a sua mentalidade (ABUD, 1978).

Não havia uma proposta de nova sociedade, mas a afirmação dos valores aristocráticos, marcados pelo ócio, a ostentação e a condenação dos burgueses que lançavam mão do trabalho braçal e do comércio, e "[…] na prática revelava o predomínio da nobreza como estamento, mesmo quando a exploração de um vasto império colonial exigia a ativa participação dos comerciantes" (MESGRAVIS, 1983).

Mas, não somente a localização social era condição necessária para a inclusão na sociedade colonial. Outros fatores também se fizeram presentes e se destacaram na obra de Taques, quando da construção do conhecimento sobre os bandeirantes e as bandeiras. A pureza do sangue dos primeiros povoadores era um aspecto a ser respeitado. Os judeus, mouros, mulatos e quaisquer outros, provindos de "nação infecta" ou de sangue impuro, sofriam restrições jurídicas, que os excluía da participação em instituições políticas e religiosas, reservadas para aqueles que pudessem comprovar a pureza de sangue, nos padrões vigentes no século XVIII.

Assim, de um lado, o estamento dominante completava sua defesa contra a ameaça que poderia vir da burguesia (representada pelos judeus e mouros), procurando também assegurar contra possíveis transformações no sistema escravocrata (MESGRAVIS,1983) É por isso que Pedro Taques procurava resguardar a *"nobiliarquia"* de São Paulo contra qualquer acusação de sangue impuro, entendido como mistura ao sangue português da nobreza que, conforme ele descobrira, se fez presente no povoamento de São Paulo. É por isso que recriminava duramente os que não souberam manter seu sangue isento de mistura degradadora, como João Pires de Campos, que "[…] levado só do indesculpável apetite e infeliz destino da sua morte, esquecido das obrigações do seu nobre sangue, se desposou com uma

mameluca, causando um geral luto de sentimento aos seus parentes que, lamentando a injúria lhe não puderam atalhar o dano" (LEME, 1980, t. II, p. 206).

O cronista não só reprovava o ato do paulista, como aproveitou a oportunidade para enfatizar o desgosto da família, que não pôde evitar a união de um de seus membros com uma mestiça, mesmo sendo mameluca. Esta ressalva se fez necessária na medida em que significa um distanciamento entre o pensamento de Pedro Taques e Frei Gaspar.

Nota-se, em Taques, a preocupação de desvincular os paulistas arrolados em seu livro de qualquer relação com o judaísmo. Pesava suspeita de cristanovismo entre os ascendentes de Taques, que teriam vindo de Flandres para Portugal, por causa do comércio. O autor de *Nobiliarquia* não somente não citou, como também procurou afastar qualquer suspeita de impureza de sangue, ao apontar seus ramos avoengos, como nobres e donos de feudos. Da mesma maneira, não foram encontradas em suas raízes qualquer mescla de sangue indígena.

O mesmo não ocorreu com Frei Gaspar, em quem Taunay, ao reconstituir suas origens, encontrou pelo lado paterno ascendência de João Ramalho e Bartira, filha de Tibiriçá, e, em outro ramo, de Antônio Rodrigues e sua mulher Antônia, a filha de Piquerobi (TAUNAY, 1925). Talvez esta seja uma das razões porque, na obra de Frei Gaspar, o centro da figura bandeirista não esteja colocado na sua nobilitação, enquanto membro de uma sociedade, como ocorreu na de Pedro Taques.

Há dois aspectos de destaque na obra de Frei Gaspar e sobre os quais a de Taques é omissa a ocupação das terras de Castela pelos vicentinos e o grande índice de mestiçagem entre os últimos. Esses dois temas, que aparecem com frequência nas *Memórias para a História*

da Capitania de São Vicente, formam o núcleo da figura do Paulista que Frei Gaspar procurou descrever.

A celebração dos diversos tratados de limites entre Portugal e Espanha, que iriam definir, basicamente, os mapas das respectivas colônias na América, parece ter influenciado, de maneira bastante forte, o espírito de Frei Gaspar. Ao escrever sua obra histórica buscou na expansão do território da capitania de São Vicente, que formou suas terras integrando as vizinhas capitanias de Santo Amaro e Itanhaém, as explicações para as ações dos

> […] intrépidos moradores da capitania de São Vicente, nas quais (...,) não satisfeitos com povoarem, ainda que mal, toda a costa de seu Donatário e a de outro de Santo Amaro seu vizinho, passaram adiante da Ilha de Santa Catarina, onde Domingos de Brito Peixoto, natural de São Vicente, fundou a vila de Alaguna, estendendo o terreno dela até Maldonado, pois até lá chegaram vários atos que fez de posse, em benefício da coroa portuguesa", completando que os paulistas, "descobriram as Minas Gerais, as de Goiás, as de Cuiabá e as de Mato Grosso [...] (MADRE DE DEUS, 1975, p. 30-31)

A posse legal que Portugal fazia das terras tinha como fundamento a passagem dos paulistas pelo mesmo território, A começar pelo Tratado de Madrid, de 1750, o primeiro a consagrar o princípio do *Uti Possidetis*[10], o mapa do Brasil principiou a adquirir os contornos atuais.

10 O primeiro Tratado de Limites que dividia as terras americanas entre Portugal e Espanha, o de Tordesilhas, foi firmado antes da chegada dos europeus e desrespeitado desde os tempos iniciais da colonização, porque os portugueses pretendiam estender suas terras até o Rio da Prata. Nos séculos seguintes, novas afrontas foram provocadas pela busca de índios para escravização e de minas de ouro. Na segunda

A penetração dos colonos portugueses em terras espanholas se deu, quase sempre, pela ação das bandeiras que invadiram regiões pertencentes ao império colonial espanhol, em busca de índios para escravizar. Essa "invasão" se realizava desde as duas primeiras décadas do século XVII, caminhando em direção não só às terras do Sul e Sudoeste, como também às do Nordeste e Norte. Foi a ação das bandeiras, segundo Basílio de Magalhães (MAGALHÃES, 1978), que levou a Coroa Portuguesa a fundar, em 1680, a Colônia do Sacramento, desenvolvendo uma política imperialista ao tentar estabelecer, no Rio da Prata, os limites de suas possessões na América do Sul.

A região mais disputada foi, sem sombra de dúvida, aquela onde os jesuítas espanhóis tinham estabelecido, a partir de 1612, as missões indígenas no Guaíra, Paraguai e Uruguai. A passagem dos paulistas deixou no seu rastro uma lenda de ferocidade e selvageria, particularmente alimentada pelos padres que, como vítimas dos ataques, deixaram uma bibliografia relativamente farta sobre suas desventuras.

Uma das obras mais divulgadas foi a *Conquista Espiritual hecha por los religiosos de la Compania de Jesus, em las províncias del Paraguay, Paraná, Uruguay e Tape*, editada em 1639, em Madrid, de autoria do padre Antonio Ruiz de Montoya (MONTOYA, 1985). Superior geral das missões jesuíticas dos Guaranis, de 1620 a 1637, tinha ele chegado da Espanha em 1612, quando as quatro primeiras reduções do Guaíra ainda estavam em fase de formação, tendo também participado da expansão das reduções do Paraguay e Uruguay. Montoya foi também responsável pelas primeiras derrotas infligidas aos paulistas na região, quando obteve do Rei da Espanha autorização para equipar, com armas

metade do século XVIII Portugal e Espanha firmaram vários acordos para a definição geral dos limites de suas colônias.

de fogo, os neófitos guaranis. A *Conquista Espiritual* é um apaixonado libelo contra as incursões paulistas, escrito com a intenção de convencer as autoridades espanholas a defender as missões contra tais ataques. Apesar de reconhecer o inegável valor histórico da obra, José Honório Rodrigues destaca parcialidade no julgamento dos paulistas e intolerância do jesuíta que os indicava ao julgamento pelo Santo Ofício, acusando-os de judeus e hereges.

Outras obras, que também se tornaram bastante conhecidas, foram: *História e Província* e *Paraquariae Societatis Jesu*, do padre Nicolau del Techo, também publicada em 1673. Da mesma congregação que Montoya, del Techo chegou ao Paraguai em 1640, quando os ataques bandeirantes já tinham perdido muito do vigor. Fez uso da obra daquele seu confrade ao descrever as primeiras invasões paulistas à Província de Guaíra e a fundação de suas aldeias. Sua obra não tem o rigor histórico da de Montoya, dando grande importância a fatos lendários e miraculosos.

Insignes Misioneros de la Compania de Jesus en la província del Paraguay não foi um livro de autoria de jesuíta, mas do Dr. Francisco Jarque, leigo que mantinha estreitas ligações com a Companhia de Jesus. Escrita no final do século XVII e inspirada na obra de Montoya, valorizou bastante a parte religiosa, inclusive atribuindo destaque aos fatos miraculosos.

Montoya, del Techo e Jarque formaram o grupo responsável pelos contornos negativos aos paulistas do bandeirismo, que no século seguinte seriam repetidos por outros religiosos, como Vaissete e Charlevoix, que provocariam a reação apaixonada de frei Gaspar e de Pedro Taques.

Pierre François Xavier de Charlevoix foi autor de um livro considerado clássico, *Histoire du Paraguay*, que teve larga divulgação a partir de sua publicação em Paris, no ano de 1757. Jesuíta que nunca esteve no Paraguai, fundamentou seu trabalho nas obras de seus confrades, Montoya e del Techo, que tinham vivido boa parte de suas vidas naquelas terras. Nas mesmas fontes, inspirou-se o monge beneditino da congregação de Saint Maur, Joseph Vaissete, ao escrever a *Histoire Géographique, Ecclésiastique e Civile,* publicado em Paris em 1755.

Ao assumirem a posição de Montoya e del Techo, Charlevoix e Vaissete demonstraram total aversão aos paulistas e ao seu modo de vida. Em seu trabalho, frei Gaspar (MADRE DE DEUS, 1975), leitor das obras dos desses dois autores que construíram a "Legenda Negra", contra-argumentou, ao elaborar uma conceituação própria sobre os paulistas. As linhas elaboradas pelo clérigo santista desenharam os traços básicos da figura bandeirante, contraposta à daqueles dois religiosos franceses. No século XX, a imagem delineada por Frei Gaspar se tornaria mais forte nos trabalhos de Ellis Jr. (1976) e Paulo Prado (1972).

O primeiro traço básico a se destacar é a mestiçagem, da qual, para Charlevoix, surgiu uma "geração perversa", a cujos representantes se deu o nome de "mamelucos", devido às desordens que provocavam (CHARLEVOIX *apud* MADRE DE DEUS, 1975), apesar de professarem a religião católica, ainda que notabilizados pelo ofício de piratas (VAISSETTE *apud* MADRE DE DEUS, 1975).

É na mestiçagem que se encontra o divisor de águas entre Pedro Taques e Frei Gaspar. Motivados por diferentes questões, Taques procurou, a todo custo, provar a pureza de raça dos paulistas, enquanto que Frei Gaspar, ele mesmo mameluco, pretendeu evidenciar, como

resposta aos que atacavam os paulistas, que a miscigenação com o índio, ao contrário de conspurcar, tinha enobrecido o sangue português, com as virtudes indígenas, pois a "[…] experiência sempre mostrou que os indivíduos nascidos desta união reluzem aquelas belas qualidades, que caracterizam em geral os indígenas do Brasil, tais como uma alma sensível, benéfica e desinteressada" (VAISSETTE *apud* MADRE DE DEUS, 1975, p. 131).

Outras qualidades são apontadas ainda pelo escritor:

> Eram os mamelucos os melhores soldados dos exércitos assoladores das missões; eles muitas vezes foram chefes das tropas conquistadoras e por eles mandavam seus pais atacar os índios bravos, por conhecerem a suficiência desses filhos bastardos, criados na guerra e acostumados ao trabalho, e por isso mais robustos e mais aptos do que os brancos para suportarem os incômodos dos sertões. (MADRE DE DEUS, 1975, p. 131)

Ao reconhecer a origem mestiça de muitos chefes de tropas, Frei Gaspar elevou a figura do sertanista, de quem traçou um perfil excessivamente positivo, ao descrever as vantagens do cruzamento do português com o indígena.

Numa sociedade onde, de modo geral, grassavam preconceitos raciais, a posição de Frei Gaspar não se configurou como isolada, pois refletia a tendência oficial da metrópole em relação aos mamelucos, conforme se vê no decreto régio de 4 de abril de 1755, que mandava que os descendentes dos casamentos entre índios e brancos:

> […] não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais, até terão preferência para qualquer emprego,

> honra ou dignidade, sem independência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar- se- lhe o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos. (HOLANDA, 1976, p. 26)

Apesar da aparente "liberalidade" do pensamento de Frei Gaspar, e até mesmo do decreto régio, a ascensão dos mamelucos não colocava em risco qualquer das instituições da sociedade estamental existente em São Paulo. Em primeiro lugar, porque uma boa parte do estamento dominante, que procurava assegurar a organização da sociedade tal como estava, era oriunda de união entre brancos e índios, inclusive Frei Gaspar da Madre de Deus. Depois, porque aos índios não se podia, oficialmente, imputar a mancha da escravidão, dado o reconhecimento de sua liberdade civil. E como lembra Sérgio Buarque de Holanda (1976, p. 25):

> […] é curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas... – sua ‹ociosidade› - sua aversão a todo esforço disciplinado, sua ‹imprevidência›, sua ‹intemperança›, seu gosto acentuado por atividades entre predatórias que produtivas – ajustam – se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres.

A mesma atitude não teve Frei Gaspar em relação aos demais grupos, sobre os quais recaíam as restrições legais, pois se assentava (embora negasse que todos os paulistas o fossem) na mestiçagem mameluca. Rejeitou, porém, a concorrência de negros e mulatos na fundação de São Paulo, que também não fora apontada por Charlevoix, ao se referir aos "banidos de diversas nações, portugueses, italianos,

holandeses [...]" (CHARLEVOIX *apud* MADRE DE DEUS, 1975, p. 132). Silenciaram ambos, em relação aos africanos e seus descendentes.

O que separa Frei Gaspar de Pedro Taques é a valorização de uma nobreza paulista, cujas raízes se encontravam em João Ramalho e Tibiriçá, em Antônio Rodrigues e em Piquerobi, o que não significava uma ruptura com o projeto da sociedade colonial, fundamentada na legislação portuguesa. Estavam os dois na mesma posição de cronistas, representantes do estamento dominante, porém cuidadosos dos possíveis riscos que ele poderia correr.

A valorização dos paulistas na obra de Frei Gaspar não se dá somente pela nobilitação do mestiço, mas também pelo exercício militar e pelas conquistas empreendidas pelos habitantes de São Paulo. Os mamelucos tinham sido chefes de tropas que destruíram as missões jesuíticas, pois,

> […] se não se tivesse fundado na vila de São Paulo sobre as serras, para a Barreira dos Sertões brasílicos, possuiria hoje Castela não só quase todo feudo da Nova Lusitânia mas também a Costa Austral, que demora ao Sul de Paranaguá suposta a rapidez com que as povoações dos jesuítas espanhóis caminhavam para o Oriente. Elas tinham já entrado pelo Brasil, na Capitania de São Vicente até o Rio de Paranapanema, bem perto da costa de São Paulo. As minas de Paranapanema, a Apiaí, Coritiba e da mesma sorte os outros de Cuiabá, Mato Grosso, e Goiás, não desfrutaria Portugal se aqueles famosos sertanistas não houvessem desalojado aos padres castelhanos e destruído as suas Missões, assentadas ao Nascente da linha divisória. (MADRE DE DEUS, 1975, p. 135)

Cabia, pois, aos gloriosos habitantes de São Paulo, a honra de ter conquistado territórios que, naquele momento, estavam sob o domínio e comando da Coroa Portuguesa. Tinham sido também os paulistas, no dizer de Frei Gaspar, que, à custa de muito trabalho e sacrifício, que estenderam os domínios portugueses, cabendo a eles as glórias de conquistadores A origem da antiga nobreza europeia, baseada na pureza do sangue, estava na conquista que seus membros tinham realizado e, por isso, recebido títulos que lhes outorgavam direitos especiais e privilégios.

Ao reivindicar prêmios e honrarias para os paulistas, Frei Gaspar deixou evidente a rivalidade existente entre os antigos habitantes da capitania e os portugueses que, "[…] ingratos invejosos afirmam não serem dignos de prêmio os descobridores das minas e sertões, com o falso e escandaloso fundamento de que os paulistas antigos se recreavam e faziam gosto de discorrer pelas brenhas e terras incultas" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 130).

Para estes portugueses, não podia haver glória alguma, pois os reinóis "[…] que algumas vezes acompanharam nas suas viagens dos sertões os quais ordinariamente retrocediam do caminho em tendo ocasião para isso, por não se atreverem a suportar as fomes e incômodos que nele sofriam" (MADRE DE DEUS, 1975, p. 130).

Os portugueses que viviam em São Paulo no século XVIII foram, pelos historiadores do período, mais de uma vez desqualificados para ocuparem cargos que permitissem sua ascensão na sociedade colonial. Pedro Taques e Frei Gaspar trilharam caminhos diferentes para resultados semelhantes. O primeiro defendeu o que julgava direito da gente a que pertencia, apelando para a origem nobre, de sangue livre de qualquer impureza, numa demonstração de terem seus membros

ocupado cargos da República que só podiam nobilitá-los; mas também realizado conquistas e se transformado em chefes militares, funções igualmente nobilitadoras.

Frei Gaspar também defendeu o que julgava ser direito das famílias de antiga cepa, valorizando sua origem mameluca e os serviços militares que esse segmento prestara ao realizar a conquista de territórios em benefício da coroa portuguesa.

Os dois autores defendiam o que consideravam ser direito dos descendentes dos antigos povoadores, ameaçados pelo advento de um novo grupo de comerciantes portugueses, a fazer fortuna. Se o novo grupo não impôs uma nova mentalidade, se não realizou qualquer mudança estrutural da sociedade, nem por isso deixou de provocar conflito no seio da classe dominante, ameaçando a firmeza no poder dos componentes do estamento superior.

Ao traçar a imagem do habitante de São Paulo, os historiadores do século XVIII respondiam a um problema que lhes era colocado pela realidade em que viviam e sua resposta foi, não o esboço, mas o traçado firme da figura do sertanista, sobre a qual recaíam as qualidades essenciais para que alguém fosse considerado nobre. Essa construção se projetou em clara oposição aos portugueses recém-chegados, que, como membros da plebe e da burguesia em Portugal, não tinham ainda podido construir pedestal que apoiasse sua pretensão de elevação no quadro social, a não ser pelo acúmulo de fortuna.

A imagem do bandeirante construída por Pedro Taques e Frei Gaspar fixou-se e dela se utilizou a grande maioria dos historiadores e cronistas que a eles se seguiram, ao tratar da sua Capitania. Marcelino Cleto Pereira, Manuel Cardoso de Abreu, José Arouche de Toledo

Rendon e Francisco de Oliveira Barbosa (PEREIRA, 1900) dão como acabada a imagem do paulista conquistador de terras e descobridor de riquezas, lançando mão dela para fazer uma rápida revisão da História da Capitania e de São Paulo, antes de entrarem no assunto central dos opúsculos que deixaram sobre ela. Essa mesma imagem, que durante o século XIX se esvaneceria, retornou com maior vigor enquanto representativa da camada dirigente paulista nas primeiras décadas do século XX.

Escritores e eruditos de outras regiões também participaram da elaboração da imagem bandeirista do século XVIII, colaborando como eco dos historiadores paulistas, ao procurarem recuperar a história de sua região. Este é o caso da *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até aos presentes tempos* (edição de 1975), de autoria do advogado de Vila Bela, José Barbosa de Sá. O trabalho cuida de descrever o que ocorreu em Mato Grosso entre 1719, ano em que Pascoal Moreira Cabral fundou o arraial de Cuiabá, até 1775, em que presumivelmente a obra foi concluída.

A narrativa está repleta de descrição das expedições que procuravam as minas do Cuiabá, acompanhadas das adversidades e perigos que encontravam no caminho. O cronista anotou tudo: as dificuldades da vida no sertão, o ataque dos belicosos indígenas que povoavam aqueles sertões, não se esquecendo de chamar a atenção para os que primeiro chegaram àquela parte ocidental da capitania paulista, para os "[…] moradores daquela extensa Capitania", que levantavam seus "[…] estandartes fazendo celeiro da divina palavra para a estender nas dilatadas sementeiras deste Largo hemisfério" (SÁ, 1975, p. 9).

Não é só, porém, em relação aos descobrimentos dessas Minas que Barbosa de Sá consignou primazia aos paulistas. Ele o fez também

quanto a descobertas da região aurífera de Minas Gerais, que "[…] auxiliados dos mesmos índios que amansavam, com quem faziam guerra às mais barbaridades, acharam os primeiros (veios auríferos) além do Rio Panema […]" (SÁ, 1975, p. 9).

A posição de Barbosa de Sá, evidente nos seus escritos, pode ser explicada pelas relações entre Mato Grosso e São Paulo durante todo o tempo em que as minas descobertas pelos paulistas tiveram produção significativa. As dificuldades de transporte e comunicação dessa porção territorial fronteiriça às possessões espanholas, praticamente impediram que as levas de aventureiros europeus, que procuravam Minas Gerais, fizessem o mesmo na região Centro-Oeste. Os habitantes de Mato Grosso, no momento em que escreveu Barbosa de Sá, eram paulistas, ou, quando muito, seus descendentes. Era significativo o número daqueles já citados na *Nobiliarquia* de Pedro Taques, que haviam se "[…] passado para Mato Grosso e a ausência de aventureiros de outras nações evitou que, entre os descobridores das minas e seus exploradores houvesse qualquer oposição" (LEME, 1980). Os conflitos que se revelaram não ocorreram entre portugueses e paulistas, mas entre os mineradores e a administração portuguesa.

Não houve ali, por exemplo, nada que se pudesse comparar à Guerra dos Emboabas, a qual, aliás, Barbosa de Sá fez referência. O que seus escritos revelam é um nítido ressentimento contra Portugal, devido à cobrança de impostos e tributos, considerados elevados, o que ensejou alguns episódios de contravenção. Ao narrar a remessa de chumbo para Portugal, feita por Sebastião Fernandes do Rego

(SÁ, 1975, p. 17)[11] como resultado da cobrança do quinto, Barbosa de Sá escreveu:

> E quem fez a versão do ouro em chumbo não foi mão humana, mas sim a da Divina Justiça pelas lágrimas dos miseráveis que entregavam as fazendas por não terem com que pagarem os direitos delas e outros a quem tomavam os escravos pela lutação dos quintos [...]

À ganância portuguesa ele opõe a nobreza de sentimentos que predominava entre os paulistas de Cuiabá, "[…] das melhores famílias da cidade […] de agudo atendimento, sincero, sem maldade alguma, de extermada caridade com os próximos, a todos servia e remediava com o que tinha […]" (SÁ, 1975, p. 17) como fica evidente neste trecho referente a Pascoal Moreira Cabral.

Barbosa de Sá, embora não tenha demonstrado conhecer os historiadores paulistas, e tendo escrito contemporaneamente a eles, dá continuidade a uma mitologia bandeirista, agora em outra porção da Capitania, que haveria de encontrar poucos continuadores nos anos que se seguiram.

Um deles foi o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, possivelmente, o mais conhecido dos viajantes europeus que descreveu suas jornadas pelo interior do Brasil. A primeira metade do século XIX, foi, segundo Rubens Borba de Morais, a época em que teve início a exploração científica do Brasil (MORAES, 1972).

A vinda da Família Real e a abertura dos portos provocaram uma grande curiosidade sobre o Brasil, tendo obtido, o primeiro livro

11 O provedor mor Sebastão Fernandes do Rego foi acusado de ter substituído sete arrobas de ouro, colhidas como pagamento do quinto, por igual peso de chumbo e enviado os caixotes para Portugal, onde a troca foi descoberta.

escrito sobre ele, de autoria do viajante inglês John Mawe (1978), um êxito imenso, passando o Brasil a ser visitado por toda sorte de cientistas e artistas: zoólogos, botânicos, etnógrafos, príncipes dados às ciências naturais e pintores em busca de paisagens inovadoras. Com os diplomatas, vinham adidos de suas embaixadas, intelectuais de valor que aproveitavam sua permanência no Brasil para desenvolver estudos nas suas especialidades. Foi assim que o duque de Luxembourg, embaixador extraordinário da França no Brasil, trouxe na sua missão, de 1816, um jovem botânico, Auguste de Saint-Hilaire (1972), que percorreu as então províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Cisplatina e as missões do Paraguai.

A descrição de suas viagens consta de numerosos volumes, em que a informação do que viu foi sempre confrontada com a opinião de outros autores, os quais citava com frequência. Cada diário de viagem foi precedido de um resumo da História de São Paulo, que Rubens Borba de Morais reputa como "dos melhores que possuímos" (SAINT-HILAIRE, 1972, p. 14).

Nesse resumo, que se inicia com o descobrimento do Brasil, há um grande destaque às expedições paulistas, que o viajante francês também não denominou de bandeiras. Há uma pormenorizada descrição do vestuário e da organização delas. Penalizado com a sorte dos indígenas que os paulistas aprisionavam, não se deixou impressionar com o que lera a respeito dos sertanistas.

Saint-Hilaire manifesta admiração pela ação dos paulistas, e pelo sentimento de orgulho, já estampado nos escritos de Pedro Taques e Frei Gaspar – aliás, citado em nota de rodapé por Saint-Hilaire:

> Orgulhosos por força da nobreza de seus ascendentes, animados pelo espírito de liberdade selvagem que caracteriza a raça americana, espírito herdado do sangue materno, acostumados a ser obedecidos por numerosos escravos, passando grande parte de sua vida nos desertos, longe de toda a vigilância, os paulistas nunca foram um povo submisso. (SAINT HILAIRE , 1972, p. 14)

Mas nenhuma outra expressão de Saint-Hilaire acalentou tanto o amor-próprio dos paulistas como aquela que utilizou para descrever as dificuldades pelas quais os sertanistas mestiços de São Paulo haviam passado no sertão:

> Quando se sabe, por experiência própria quantas fadigas, privações, perigos, ainda hoje aguardam o viajante que se aventura nessas longínquas regiões e se toma conhecimento do itinerário das intermináveis incursões dos antigos paulistas, sente-se uma espécie de assombro, tem-se a impressão de que esses homens pertenciam a uma raça de gigantes. (SAINT HILAIRE , 1972, p. 15)

Nem a narrativa dos ataques dos sertanistas às reduções jesuíticas – quando lembrou que aos paulistas era indiferente o uso da força ou da perfídia; que tinham "devastado e depredado" as reduções – conseguiu dar imparcialidade às narrativas de Saint-Hilaire, sendo evidente o tom de admiração e respeito pelos habitantes de São Paulo, após ter consultado, provavelmente, os escritos de Frei Gaspar e Pedro Taques. Mesmo conhecendo a violência contida nas descrições jesuíticas, como as de Montoya, e os livros de Charlevoix, Saint-Hilaire omitiu as atrocidades que os paulistas teriam cometido. Embora fizesse ressalvas quanto à lisura de atitude em relação aos ataques, sua crítica tem algo de simpático:

> Gaspar da Madre de Deus reconhece que a narrativa de Charlevoix sobre as incursões dos paulistas no Paraguai é exata, muito mais exata que certos relatos portugueses, mas desculpa esses jovens aventureiros pelo encorajamento que lhes advinha do próprio governo. É verdade que, di-lo D. Gaspar, os próprios jesuítas tiranizaram os indígenas no Maranhão e no Pará, provando isso que os paulistas não foram os únicos culpados; mas isso não prova, absolutamente, que eles não tenham sido culpados das selvagerias que cometiam contra os pobres indígenas. (SAINT HILAIRE , 1972, p. 22)

A expressão *"raça de gigantes"* sintetizou tudo o que Frei Gaspar da Madre de Deus pensava de sua gente mameluca, e aquilo que, para Pedro Taques, representava a ascendência nobre de seus contemporâneos e coetâneos paulistas. Cristalizava, afinal, o que os paulistas dominantes até então pensavam de si mesmos, deixando à vista os instrumentos dos quais se utilizaram para se manter no poder. Quando Saint-Hilaire escreveu sua *Viagem à Província de São Paulo*, já não havia conflito entre paulistas e portugueses recém-chegados no planalto. Havia, sim, uma nova ideia se espalhando, a da formação da nação brasileira e dos conflitos entre brasileiros e portugueses.

Os princípios do liberalismo que chegavam tenuemente ao Brasil começavam a quebrar a formação estamental da sociedade, a força do dinheiro se impunha, ao lado de uma nobreza europeia de sangue que aqui se instalava, cujo grupo se ampliava graças aos títulos distribuídos pelo monarca português, já sediado em terras do Novo Mundo.

A nobreza dos paulistas não tinha títulos – os barões paulistas só surgiriam bem mais tarde –, mas o Rio de Janeiro era povoado pela nova nobreza, que, por sua vez, não ameaçava os paulistas, sozinhos e

isolados na insignificante São Paulo de Piratininga. Somente a partir de 1827, São Paulo iria dar sinais de uma certa vitalidade, com a instalação da Faculdade de Direito, que acolheria estudantes de tantas outras cidades e regiões do Reino Unido.

Escritores paulistas, ou identificados com São Paulo, foram raros na primeira metade do século XIX. Além disso, os problemas que a sociedade enfrentava eram diferentes e a história se voltava para a formação do Brasil enquanto nação. Logo após a Independência, surgiria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as obras de História Geral do Brasil. Como entendeu Alice Canabrava (CANABRAVA, 1949 p. 496), os objetos de tais trabalhos "[…] implicavam quase sempre no estudo da história política". A história da administração colonial e dos grandes feitos governamentais ocuparam os largos espaços da produção histórica do século XIX. Contudo, deixou à margem o movimento das bandeiras, que, por ser particular e desvinculado de autorização oficial, não representava os interesses oficiais perseguidos pelos historiadores.

Em três obras, as bandeiras aparecem: na *História do Brasil* (1810-1817), do inglês Robert Southey; na *História Geral do Brasil* (1854), de Francisco Adolfo Varnhagen; na *História do Brasil*, de autoria de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, publicado no início do século XX. Nas duas primeiras apresentam as bandeiras mais conhecidas, em listagem cronológica. A obra de Southey dá atenção especial àquelas direcionadas para o ciclo de mineração, mas o movimento bandeirista foi também lembrado quando tratou da conquista do território e da escravização e destruição de indígenas, enquanto nas outras duas obras se apresenta a relação das maiores bandeiras em ordem cronológica.

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou, na segunda metade do século XIX e início do século XX, uma série de trabalhos de história local ou regional, resultado de pacientes pesquisas em arquivos, que resultou no arrolamento de dados históricos geográficos, estatísticos e econômicos sobre as províncias e municípios. Exemplo desses trabalhos foram os de José Martins Pereira de Alencastre, José Felipe Nogueira Coelho, Augusto de Lima (ALENCASTRE, 1857). Na mesma época, a *Revista* transcreveu numerosos documentos referentes às bandeiras e a elas contemporâneos, que foram utilizados por outros historiadores, já no século XX.

O início do século XIX foi um período no qual a imagem luminosa do bandeirante, construída pelos paulistas e difundida por outros, como Barbosa de Sá e Saint-Hilaire, esfumou-se. A produção histórica sobre as bandeiras perdeu-se no emaranhado dos itinerários, nos detalhes dos nomes ou na exploração de determinadas minas. O bandeirante não foi mais o vilão dos escritos jesuíticos, mas tampouco foi o herói de Pedro Taques e Frei Gaspar.

Foi reificado num processo de valorização do oficial, dos feitos do governo, dos atos da administração, em que outros valores se sobrepunham à nobilitação e valorização da camada dominante de São Paulo que não possuía, fora do bandeirismo, um espaço demarcado na História do Brasil.

Os valores que os historiadores paulistas defendiam no século XVIII, como autonomia e independência de São Paulo diante dos representantes do poder metropolitano, não contavam no domínio da História Política, como também a Província de São Paulo ainda não se fazia representar no panorama imperial.

Capítulo 3

A cristalização da imagem

Na incapacidade de realizar para São Paulo o que almejo, quero ao menos fazer por ele o que mais posso.

Alfredo Ellis Jr.

O espírito aventureiro dos paulistas foi a primeira alma da nação brasileira e São Paulo, esse foco de tradições, e lendas maravilhosas, o coração do país.

Oliveira Martins

Se para o Brasil a questão que se colocava era a do Estado Nacional, para o qual a valorização se realizava, não dos atos de indivíduos autônomos, mas das atitudes do governo, em São Paulo, a estruturação da sociedade também tomava caminhos que afastariam, nos primeiros tempos de século XIX, da anterior necessidade da utilização da figura bandeirantista.

Sérgio Buarque de Holanda notou, no momento que se seguiu à Independência, quando a grande lavoura estava ainda se expandindo (desde os fins do século anterior), que os grupos dirigentes tinham que ser recrutados entre pessoas ligadas às profissões urbanas (HOLANDA, 1964, p. 450).

Os homens que constituíam a camada de maior riqueza e poder eram europeus, ou seus descendentes de primeira geração, os quais tinham feito fortuna com as lides comerciais e já podiam almejar sua ascensão social, dada a relativa "antiguidade" dela (OLIVEIRA, 1806, p. 115). As mudanças que ocorreram com a centralização do poder, após a Independência, enfraqueceram as Câmaras Municipais, que deixaram de exercer o poder de atração que mantiveram no período colonial.

A Constituição de 1824 e a subsequente lei de 1° de outubro de 1828 tinham privado essas instituições das funções judiciais que estavam a seu cargo na Colônia, transformando-as em meros agentes administrativos, controlados estreitamente pelos *Conselhos Gerais de Província* e pelos presidentes provinciais.

A Independência atrofiara a Câmara, retirando-lhe a capacidade de resolver as necessidades orgânicas das cidades, uma vez que,

> (A) autoridade maxima […] passara a pessoas do governo provincial que não participavam da vida municipal e, que viviam de olhos voltados para a Corte no Rio e refletiam sua harmonia e pompa espúrias". (MORSE, 1970, p. 70) A atração antes, exercida com maior força, foi transferida para a carreira das armas, que exercia "[…] poderoso atrativo sobre os filhos das famílias mais distintas pelo nascimento e pela fortuna, ou ainda sobre aqueles que, com tal meio contam ascender na escala social. (HOLANDA, 1964, p. 450)

Ao prestígio da carreira das armas, na maior parte das vezes, aliou-se ao prestígio do dinheiro que, juntos, impulsionaram carreiras políticas, nas Juntas Provinciais.

No século XIX, aqueles paulistas louvados por Pedro Taques deram lugar aos descendentes do grupo que os ameaçava e que se firmara enquanto detentor de fortuna. Eram eles os proprietários de canaviais e engenhos que, ciosos da sua ascendência europeia, se opunham à barbárie dos trópicos, tão renegada pelos muitos nobres portugueses que integravam a Corte.

Naquele momento, a nobreza, camada privilegiada, era representada pelos aristocratas da Corte que se instalara no Rio de Janeiro, composta pelos recém-chegados, protótipo do modelo de nobilitação, de prestígio e importância política que a camada dominante da província pretendia seguir. Não era necessário voltar aos pródomos da colonização para descobrir os sinais de nobreza em seus ascendentes, desejosos de elevação social. Semelhante nobreza cortesã era considerada, por D. João VI, como distintiva do prestígio, daí ter sido agraciada com inúmeros títulos nobiliárquicos. A situação se invertia, quando comparada ao século XVIII, pois, se naquele período o título de nobreza assegurava prestígio, no século seguinte, era o prestígio que angariava o título, uma vez vinculado à riqueza e não à tradição.

A lavoura entrara num período de ascensão, no final do século XVIII, e arregimentara uma boa parte dos comerciantes enriquecidos, dando origem às maiores dinastias canavieiras e cafeeiras do século XIX, que pouco ou quase nada se relacionavam com as antigas famílias paulistas do período bandeirista.

Esses homens tinham novos interesses voltados para a grande lavoura de exportação e, embora tivessem, muitas vezes, nascido e crescido fora do meio rural, passaram a ocupar o cenário econômico, social e político de São Paulo. Havia, certamente, exceção representada por paulistas das antigas famílias que, fora da capital, tinham começado

também a se interessar pela grande produção agrícola, a exemplo de "Antônio Paes de Barros, quase um "*self made man*", e naturalmente o "[...] patriarca Antonio de Barros Penteado, enriquecido na mineração [...]" (MORSE, 1970, p. 456).

Era uma gente que se firmara socialmente, uma "espécie nova", que ocupava seu espaço, conquistando fortuna e se integrando ao mundo comercial que crescia com a Revolução Industrial. Ao abandonar os vínculos com o passado da província, reintegravam São Paulo nos canais internacionais do mercado de produtos tropicais. Os membros desse grupo, que não eram paulistas, ou o eram de primeira geração, foram eles que fizeram emergir, pouco depois da Independência, uma tradição de confiança em si e na liderança da província de São Paulo (MORSE, 1970, p. 84). Foi esse segmento que compôs a elite política da cidade e seus olhos estavam voltados para a Corte e seus referenciais, pois, nem em seu discurso político poder-se-ia perceber qualquer apelo a figuras históricas de São Paulo, seja as dos primórdios da sua colonização, como Anchieta, ou a outros menos distantes no tempo.

A desvinculação de um passado, que até pouco tempo era a garantia de autoridade e poder da então camada dominante, ficou explícita no discurso de um deputado paulista, citado por Morse:

> [...] qual foi a província que em todos os tempos, e principalmente nos da nossa revolução, tem tido uma opinião mais influente, mais poderosa? [...] Porventura a corte do Império, o Rio de Janeiro, apresentou opinião alguma, antes de haver manifestado a cidade de São Paulo? [...] A província de São Paulo, senhores, possue uma opinião tão bem formada, não só nos homens de letras, que não são poucos como se quis incultar, mas inda mais na massa geral do povo, que em

> todos os tempos tem dado provas das mais heróicas virtudes...
>
> Se os paulistas faltos de todos os meios de instrução, tendo a lutar com tantas dificuldades tem sempre enobrecido o catálogo dos sábios do Brasil, acaso degenerarão, quando lhes proporcionarem e facilitaremos meios de exercitar seus talentos? (MORSE, 1970, p. 84)

Nele, o deputado defendia a instalação da Faculdade de Direito, a ser criada em São Paulo, não invocando qualquer dos paulistas antigos e nem fazendo menção à recompensa por terem conquistado terras, ou descoberto ouro –, mas reforçava apenas a capacidade intelectual e a força do seu poder político, sem recorrer a qualquer escrito do passado, nem mesmo ao nascimento da cidade, cuja origem se encontrava no Colégio dos Jesuítas. A força da pretensão tinha como centro a opinião poderosa e influente que São Paulo demonstrara em "nossa revolução". Tudo girava em torno da Independência.

A fundação da Academia de Direito não mudou bruscamente o perfil de São Paulo, uma vez que nos seus primeiros anos de existência ela não proporcionou, nem aos alunos nem aos docentes, um regime acadêmico consistente, bem como não implementou atividade extracurricular de significância aos mesmos.

A biblioteca da Academia (que tinha sido constituída com o acervo da Biblioteca Pública de São Paulo, com os livros do 4º bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, com seiscentos volumes doados por Arouche de Toledo Rendon, e com a coleção do desembargador Chichorro da Gama, somados aos livros que tinham pertencido aos franciscanos) era o instrumental que introduzia as ideias novas que vinham da Europa.

A outra era a imprensa, que surgiu em decorrência da própria Academia, pois se constituiu no veículo onde os jovens escritores expunham seus escritos e que ecoavam as novidades literárias, chegadas da metrópole. Entre estes, raros eram os escritores de São Paulo (MELO, 1974)[12]. Nas artes literárias, na Academia, sobressaíam-se os moços vindos de outras províncias, que faziam o sacrifício de morar naquele burgo de estudantes, onde o tédio era o sentimento predominante. Eles nada produziram que revelasse uma influência regional ou da própria cidade.

A ausência de vínculo entre a camada enriquecida, formada pelos então proprietários rurais e as tradições que Pedro Taques e Frei Gaspar tinham cultivado e e/ou criado, se estendia à elite intelectualizada da cidade. Se a ancestralidade paulista não era apanágio dos primeiros, menos ainda dos estudantes da Academia, vindos, majoritariamente de outras províncias.

Alguns desses estudantes, como Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, João Cardoso de Menezes e Bernardo Guimarães, somente para citar alguns deles, tornar-se-iam conhecidos poetas e romancistas da fase Romântica da literatura brasileira, a qual se caracterizaria pelo aparecimento, desenvolvimento e manifestação da originalidade da nação em formação e a sua diferença em relação ao que havia sido herdado de Portugal. Assim, pretendia-se exprimir a originalidade social e geográfica, mediante o uso de uma forma que fosse liberta dos padrões do Classicismo.

No sentido de se dedicar às coisas do Brasil, o traço mais marcante do Romantismo foi a tendência Indianista – o índio era a entidade

12 Chama a atenção o pequeno número de paulistas que exerceram atividades literárias nas três primeiras décadas do século XIX. MELO, L. C. Dicionário de Autores Paulistas. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1954.

nacional, por excelência, era a fonte de inspiração de uma poesia que se pretendia nacional, "[…] aquela que manifestava uma sensibilidade e um temário que nos diferenciava do antepassado português, propondo a imagem ideal de um outro, refeito em grande parte pela imaginação e transformado em símbolo da pátria..." (SOUZA, 1976, p. 347).

O indígena foi o grande personagem do romantismo literário, heroico e grandioso, mas que em sua relação real com os brancos foi sempre o derrotado. Não era o índio destruído das missões jesuíticas espanholas, tampouco o que perdeu sua liberdade ao ser escravizado pelo homem branco. Não era o índio massacrado – era um índio que já não mais existia, destruído que fora pelo contato com a sociedade colonizadora e que, no século XIX, já se encontrava em estado miserável nas regiões urbanizadas. O índio do Romantismo vivia ainda em liberdade pelas matas, na fantasia dos literatos, pois, mesmo convivendo com o homem branco, mantinha sua pujança.

Não há referência nessa literatura ao papel do bandeirante. Não havia interesse em destruir o mito da invencibilidade do indígena – era melhor que se calasse sobre a sua desgraça e se retornasse ao século XVI, ou, ainda melhor, à época anterior à chegada do homem branco. A literatura indianista não era libertária, como seria mais tarde a dos poetas abolicionistas – ela não defendeu o índio real, mas valorizou seu mito (SOUZA, 1976, p. 347), daí o desconhecimento do bandeirismo. O bandeirante, construído pela pena de Pedro Taques e Frei Gaspar, não foi tocado – continuou no seu sono, já que ninguém foi acordá-lo.

Somente anos mais tarde o sertanista seria novamente recuperado e despertado para, outra vez, tornar-se personagem central da História de São Paulo.

O café começou a penetrar muito timidamente na capitania de São Paulo, no último quartel do século XVIII, caminhando do Vale do Paraíba fluminense, em direção ao Vale do Paraíba paulista. De início, sua expansão foi lenta, porém, na década de 1850 tornou-se extremamente rápida (CANABRAVA, 1967 p. 34), sempre em direção ao oeste da província. Foi essa dinâmica que permitiu que São Paulo fosse ocupando cada vez mais espaço no cenário político do Brasil, através da ação dos membros da "[…] última das três grandes aristocracias do país: depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornaram a elite social brasileira" (PRADO, 1992, p. 25).

A expansão dos cafezais foi também responsável pelo grande crescimento que a cidade de São Paulo teve a partir de 1870. Com um ímpeto mais intenso a partir da proclamação da República, o crescimento urbano provocou grande mudança na sociedade local, com profunda alteração na sua composição étnica e racial.

A escravidão constituía a forma de organização dominante de trabalho nos cafezais. Nem mesmo a proibição do tráfico, na segunda metade do século XIX, impediu a circulação dessa mão de obra no interior do território brasileiro. Esse fator foi a solução para os cafezais, paulistas em expansão, quando puderam contar com escravos de outras províncias cuja atividade econômica em declínio dispunha da mesma mão de obra. A dificuldade de entrada de novos africanos escravizados, no país, fez aumentar consideravelmente seu preço, mas, o "[…] trabalho servil continuou sendo uma instituição economicamente viável até os primeiros anos da década de 1880..." (LOVE, 1982, p. 25).

No final da década de 1880, começou a decair o número de escravos e outra alternativa para o trabalho dos cafezais começava a se

tornar viável: a mão de obra assalariada, constituída pelo imigrante. Na última década do século XIX, dos 1.100.000 estrangeiros que entraram no Brasil, 700.000 vieram para São Paulo, sendo maior o grupo constituído por italianos, seguidos de portugueses.

Era estimulada a imigração de indivíduos brancos caucasianos, e restringida a de negros e orientais. No dia 3 de julho de 1890, o jornal *Correio Paulistano* publicou a notícia do decreto federal, do dia 28 de julho, que proibia o ingresso no Brasil de *indígenas* da África e da Ásia, sem autorização expressa do Congresso Nacional. O preconceito, que de resto seguia o europeu, era muito nítido entre os cafeicultores e reproduzia-se em toda a sociedade.

Para os negros libertos, o fluxo migratório trouxe uma sensível diferença para pior, dado o preconceito racial do qual eram vítimas. Os imigrantes tomaram conta das funções assalariadas e os negros e mulatos foram relegados às tarefas temporárias e mais desclassificadas, sendo aos poucos absorvidos pelos extratos menos privilegiados da sociedade. Com a abolição, a situação se agravou, pois ela provocou o êxodo de negros libertos para as cidades, condicionando-os à mesma qualidade de vida dos que já lá estavam.

Se os negros e mulatos foram sendo absorvidos pelas camadas mais baixas da sociedade e marginalizados no interior do processo produtivo, os índios, que existiam em razoável número no estado de São Paulo (LOVE, 1982, p. 32)[13], foram cada vez mais rechaçados para longe, ou destruídos física e culturalmente.

13 Josef Love, em *A Locomotiva* cita a existência de mapa do Estado de São Paulo, em 1868 que marcava um terço do território paulista como ocupado por índios Coroados (Kaigang e Bororo).

A expansão dos cafezais ocupou territórios indígenas no momento em que, na América, matar um índio era considerado um ato corriqueiro[14]. A maioria dos ameríndios de São Paulo, que persistia em sobreviver em algumas regiões até o início do século XX, foi morta em escaramuças, dizimada por epidemias induzidas por roupas contaminadas, pelo envenenamento de seus alimentos e dos mananciais de água, num genocídio ainda muito pouco estudado pelos historiadores.

A ação dos paulistas do final do século XIX e início do século XX não difere muito daquela dos seus conterrâneos do século XVII. Estes atacavam os indígenas para transformá-los em escravos e usurpar suas terras, porém, aos mais recentes não interessava escravizá-los, mas sim eliminá-los.

Não foram somente os índios que perderam suas terras para os plantadores de café, mas também os posseiros pobres que, igualmente, foram desalojados violentamente dos territórios que ocupavam, pelos grileiros, antecedendo a chegada dos plantadores de café. À medida em que a fronteira agrícola se expandia e as terras para plantio se valorizavam, os trabalhadores pobres foram forçados a se mudar para regiões cada vez mais afastadas dos centros urbanos.

Foram os posseiros substituídos, na posse e propriedade da terra, pelas famílias de plantadores de café, apoiadas no trabalho dos colonos imigrantes que chegavam em navios, trazidos pelas companhias de imigração, que passaram a constituir a maioria dos trabalhadores rurais. A eles cabia um trabalho estafante, mas alguns conseguiram economizar

14 Em período muito próximo à expansão do café no Brasil, o avanço dos pioneiros norte-americanos provocou a destruição de populações indígenas do oeste do Estados Unidos.

algum dinheiro, e adquiriram terras se tornando proprietários. Destes, alguns poucos se tornaram grandes proprietários que amealharam grande fortuna, conseguida com o café, a exemplo de Francisco Schmidt e Geremia Lunardelli.

Quanto aos fazendeiros das famílias de elite, sua história no Brasil não se estendia além da segunda metade do século XVIII, e ao puxar o fio da meada familiar achavam-se tropeiros, comerciantes, traficantes de escravos que, enriquecidos pelos seus negócios, tinham investido na propriedade fundiária. Vários casos podem ser citados. Sérgio Buarque de Holanda historia a origem da fortuna da família Costa Carvalho e de Nicolau de Campos Vergueiro, cujo início se encontrava nos bens do Brigadeiro Luís Antônio de Sousa, que enriqueceu com especulações mercantis em Mato Grosso e no exercício de algumas funções públicas, como a de Guarda-Mor da Casa de Fundição (HOLANDA, 1964, p. 455).

Caso mais conhecido é o da origem da família Prado, que remonta a Antônio Prado, português que chegou em São Paulo logo no início do século XVIII, um dos que apostaram no sucesso através das atividades mercantis, que a cidade propiciava. Seus descendentes amealharam fortuna um século depois da chegada do primeiro Prado a São Paulo.

Antônio da Silva Prado, comerciante de gado e arrematante de impostos, conseguiu adquirir, com o comércio, um considerável cabedal que, posteriormente, transformou os Prado em grandes proprietários de terras (PETRONE, 1976). Outras famílias, como a dos Rodrigues Alves, encontraram seu ponto inicial no Brasil somente a partir do século XIX.

A evolução do café, na economia brasileira, ganhou maior vigor a partir da segunda metade do século XIX, quando este passou a ser o principal produto de exportação, levando os fazendeiros paulistas a pleitear, junto ao governo central, medidas que atendessem aos seus interesses.

Durante a primeira metade do século XIX o "ouro verde" do Vale do Paraíba tinha atingido um papel considerável, que fez emergir a aristocracia dos barões do café. Ao lado dos senhores de engenho, esses grupos sociais passaram a representar o segmento mais importante da sociedade, ao deter o controle da vida econômica, social e política da nação. A queda da produtividade das fazendas cafeicultoras na região leste do Estado enfraqueceu-a também enquanto núcleo de poder. Paralelamente ao declínio do Vale do Paraíba como região produtora de café, assistia-se à elevação da produção do Oeste Paulista, que passava a liderar a exportação e que se convertia numa das áreas econômicas mais dinâmicas do Brasil. Tinha, no entanto, pouca força política e sua representação nos órgãos de poder do Império era diminuta.

Em 1889, dos 59 senadores, apenas três eram de São Paulo; já na Câmara, a bancada de São Paulo era de nove deputados. Raros os ministérios onde figuravam representantes do Oeste Paulista. O mesmo acontecia no Conselho de Estado e mesmo o Presidente da Província/Estado, acompanhando fato normal à época, costumava ser escolhido entre chefes políticos de outros estados (COSTA, 1979, p. 312).

A posição secundária que São Paulo ocupava no cenário político, apesar de maior produtor de riquezas do país, gerou, como não poderia deixar de ser, profundos ressentimentos nos paulistas, os quais se sentiram prejudicados pela excessiva centralização. Por esse motivo, a ideia de Federação encontrou numerosos adeptos entre os membros

da elite agrária paulista, na qual os mais extremados chegariam a falar na separação do estado, como desejaram Martim Francisco III, Alberto Sales, Pacheco e Silva e alguns outros. A ideia separatista não vingou, mas sim a de Federação, bandeira maior do Partido Republicano Paulista, fundado em 1873.

A ideia da Federação encontraria apoio junto a muitos políticos paulistas de diferentes tendências, aos quais irritava o tratamento dispensado pelo governo central a São Paulo que, no final do século, era a unidade que mais contribuía com a federação.

Durante o período imperial, a província de São Paulo chegou a pagar, em imposto à Corte, cerca de 20.000.000$000, recebendo, em aplicação, cerca de 300.000.000$000, o que representava uma contribuição da sexta parte da renda total do Império (COSTA, 1979, p. 314). Durante aquele período, São Paulo não tinha recebido ajuda direta, tal como o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro (TORRES, 1961), que contribuíram com muito menos, e onde prosperavam importantes movimentos republicanos.

Tal situação, que os políticos paulistas consideravam extremamente injusta, deu origem a uma grande má vontade com relação às outras províncias, tornando conhecida pela expressão utilizada pelos paulistas para demonstrar sua importância no contexto nacional: "São Paulo é a locomotiva que puxa vinte e dois vagões". O ressentimento estaria também expresso em outras formas de manifestação, a exemplo de uma comédia de Martim Francisco, chamada *São Paulo Independente*. Nela, de forma jocosa, o autor procurou caracterizar a maneira como as demais províncias exploravam o irmão bem-sucedido, no caso, São Paulo, "[…] o pagador geral do Império", que sustentava os irmãos gêmeos, negociantes de borracha (Amazonas e Pará), o professor

aposentado (Maranhão), o fazendeiro endividado (Piauí), o velho feitor (Rio de Janeiro), e assim por diante. Nessa encenação, cada província era caracterizada por uma qualidade reconhecidamente depreciativa (ANDRADA, 1887).

Para resolver tal situação de desequilíbrio, no final do século XIX os republicanos paulistas propugnavam uma forma de redistribuição da renda nacional, que permitisse a São Paulo financiar e expandir sua economia exportadora. E, para isso, a única solução, estavam convencidos os políticos do Partido Republicano Paulista (PRP), era estabelecer um sistema federativo, somente possível com a instalação de governo republicano – essa era a ideia predominante na região agrícola mais rica do Brasil: a região central do estado de São Paulo.

O ideal republicano, nas últimas décadas do século XIX, não significou propriamente uma ideia nova, uma vez que já tinha vicejado no final do período colonial, quando de sua oposição à metrópole portuguesa. No final do século XIX, o ideal republicano passou a representar a oposição ao governo imperial. Apesar de ser uma ideia antiga, somente a partir de 1870 começou a ter maior prestígio, especialmente em São Paulo, onde o Partido Republicano conseguira razoável força eleitoral e iria se consolidar até o final do regime imperial. Foi, de fato, o único grupo de republicanos, fora do Rio de Janeiro, a desempenhar papel importante na desintegração do Império.

No início do novo regime, o PRP passou por dissenções internas, mas, após 1892, de novo coeso, manteve praticamente o monopólio do poder político no Estado, durante toda a República Velha, mantendo também a homogeneidade da elite política de São Paulo.

A partir da Proclamação da República, as elites agrárias passaram por algumas transformações: aos poucos, tornaram-se urbanas e mais dirigidas por considerações de ordem econômica, sem, no entanto, perderam sua base rural (LOVE, 1982, p. 215). Desse aglomerado saíram os componentes da elite política, que formaram um grupo único, quanto à origem, formação intelectual e composição familiar. Quanto à base originária, 94% pertenciam às famílias tradicionais e 43% tinham, pelo menos, um parente participando do grupo político dominante. Quanto à formação intelectual, 70% dos políticos eram egressos dos bancos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (LOVE, 1982, p. 216-217). Desses números podem ser retiradas algumas inferências. Em primeiro lugar, o fortalecimento das oligarquias estaduais, favorecido pela "política dos governadores", implantada pelo presidente Campos Salles, que resultou na "Política do Café com Leite". Tal acordo permitiu que políticos paulistas e mineiros se alternassem no poder até o final da República Velha. O sistema foi acusado de impedir que houvesse renovação das forças políticas, já que teria vedado o acesso das oposições ao poder (CAPELATO, 1980, p. 25).

Os senhores do café, membros majoritários da elite política, impediram o acesso de imigrantes, ou filhos de imigrantes, misto de preconceito, por um lado, pela descendência exógena, e de temor, por outro, como uma possível ameaça ao poder que concentravam nas mãos. Os "quatrocentões" (a maioria dos quais provinha de famílias com menos de um século do Brasil) não abriram mão de seu poder para permitir que os recém-chegados ascendessem politicamente. Apesar do enriquecimento de razoável número de imigrantes na República Velha, num total de 263 membros da elite política, Love (1982, p. 215) encontrou 22 nomes, cuja origem pode ser identificada como imigrantes.

As ligações familiares no Partido Republicano levaram Rosa Maria Godoy Silveira a observar que:

> […] o que existia subjacente ao partidarismo republicano, em nível estadual e local, e que explica o seu vazio doutrinário, era um meio social interno aos estados, dispondo-se economia agrária, integrando as pessoas em uma estrutura familiar ou de parentesco, onde o relacionamento se faria ao nível pessoal. (SILVEIRA, 1978, p. 83)

As fortes ligações familiares formavam uma corrente, cujos elos se fechavam no sentido de impedir o rompimento da coesão e homogeneidade da elite política, garantindo, assim, a manutenção de um mesmo ponto de origem entre todos, como algo que assegurasse a essa elite o direito de permanecer no poder. Assim*, quando* ocorria a elevação de um membro estranho às famílias tradicionais, isso se dava por meio da proteção e apoio de alguém. Foi o que aconteceu, por exemplo, com Numa de Oliveira, português de nascimento, que começou a vida trabalhando como estenógrafo. No governo de Cerqueira César foi levado a dirigir os serviços de estenografia na Assembleia Estadual, onde se tornou protegido de Júlio de Mesquita, genro de Cerqueira César. Ainda no parlamento estadual, começou a investir em terras para o plantio de café na região de Ribeirão Preto, e, a partir daí, amealhou grande fortuna e fez carreira política, chegando a Secretário da Fazenda.

Outro exemplo foi o de Francisco Glicério que, nascido no seio de uma família de pequenos agricultores de Campinas, órfão muito novo, tornou-se advogado provisionado (não pudera terminar o curso da Faculdade de Direito) e proeminente líder político, graças à proteção

de membros de famílias ilustres, como as de Campos Salles e Rangel Pestana, dentre outras.

Mas, apesar de algumas exceções, como as ilustradas nos exemplos, a elite mantinha-se fechada, sendo vedada a participação política àqueles que não estivessem em seu círculo. O ascenso dos movimentos operários nas primeiras décadas do século passado, em que pese sua importância, não conseguiu quebrar a homogeneidade dessa elite, nem mesmo quando parte dela se aliou à parcela do proletariado, no final da década de 1920 (CAPELATO, 1981, p. 11).

A criação de um novo partido, o Partido Democrático (PD), cujo maior inimigo se personificava na "oligarquia", não representava senão uma cisão dentro da classe dominante, que abrigou descontentes com a política do PRP e que, para ampliar suas bases eleitorais, fez aliança com grupos que pregavam a revolução. Isso não significou, porém, a possibilidade de os grupos operários terem se aproximado do poder político ou ocuparem parte do poder que se concentrava em mãos da classe dominante, dividida em PRP e PD.

Um outro elemento a sedimentar a coesão da elite política de São Paulo foi a sua formação intelectual, uma vez que a grande maioria tinha cursado a Faculdade de Direito – a exemplo de Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Washington Luís, Júlio Prestes. À Faculdade de Direito, coube iniciar nas lides políticas grande número de militantes que, desde os bancos universitários, preparavam suas carreiras.

A partir da metade do século XIX, a Academia foi o celeiro onde surgiram as maiores expressões políticas, não somente paulistas,

mas também nacionais. A Faculdade de Direito, possivelmente, tomou para si, também, a função de formadora de políticos, pois:

> O Bacharel sai sem saber redigir uma procuração. Agora em matéria de engrossamento (manifestações ao governo, excursões em trem especial à custa do governo, mensagens de aplauso à ação eminentemente patriótica do governo) e de oratória (discursos de aniversário, discursos de boas vindas e de despedida) o bacharel fica doutor. (MACHADO, 1961, p. 333)

Antonio Alcântara Machado, o autor do trecho citado, deputado na Assembleia Constituinte de 1934, tinha íntimo parentesco com políticos do PRP, a quem os afiliados do PD acusavam de ter transformado a Faculdade de Direito num "curral", cuja orientação era "[…] a política de campanário, formação de cabos eleitorais, panelinhas de mandões ineptos" (DUARTE, 1927, p. 285)[15].

Essa elite homogênea e fechada ocupava cargos estaduais e federais, nas Câmaras, Senados e chegou a atingir também o poder presidencial, mas seu prestígio em nível federal durou um curto período, de 1889 a 1905. Logo depois a presidência saiu da mão dos paulistas. Mas, se perderam os cargos de maior poder, os paulistas continuaram a deter o controle sobre a política cambial, monetária e cafeeira, até o final da República Velha. Em virtude da produção de café, o maior *produto nacional*, os paulistas nunca duvidaram de seu direito e aptidão para governar São Paulo e o Brasil.

15 A Consituição de 1891 contemplava a existência de Senados Estaduais, para as unidades da República Federativa que desejassem mantê-los. Oito estados criaram seus senados, incluindo São Paulo.

A ampla autonomia dos estados dentro do sistema federalista, garantida pelos impostos de exportação, favorecia São Paulo, pois só nele se gerava renda suficiente para assegurar a independência econômica.

De qualquer forma, o afastamento dos paulistas dos principais postos políticos do governo central, provocou inúmeras queixas, pois se consideraram injustiçados. Afinal, era a unidade federativa que produzia a maior riqueza do Brasil, tivera efetiva participação no processo que levara à desintegração o governo imperial e, por isso, considerava-se a mais evoluída. Por tudo isso seus líderes julgavam que São Paulo deveria ter um lugar privilegiado na política republicana. Não havia nessa proposta qualquer sentimento de deslealdade em relação à nação, pois o federalismo, para a elite política paulistana, sempre tivera o caráter de garantir a hegemonia dos grandes estados (leia-se São Paulo e Minas) na política brasileira (1975).

A predominância na vida política, reivindicada por São Paulo, era explicada não só pelo progresso e riqueza estadual, mas também porque São Paulo "sempre fora" a região que levara à frente a expansão do Brasil. Desde o início da colonização, se constituíra numa região mais progressista, ativa e conquistadora. Sempre fora São Paulo que expandira territórios, que enriquecera a metrópole com o ouro e levara a civilização para os recantos longínquos da Colônia. Se o estado gozava, naquele momento, da predominante posição econômica que ocupava, era porque os homens de São Paulo carregavam uma tradição de arrojo e vitalidade, que vinha desde os primeiros povoadores de São Vicente. Tinham razões de sobra, lá no seu entender, para manter a hegemonia política na federação brasileira.

Foi nesse momento, entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi recuperada como símbolo, pois, ao mesmo tempo

em que denunciavam as qualidades de arrojo, progresso e riqueza de São Paulo, aquela imagem representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional. Enquanto símbolo, o bandeirante representava, de um lado, a lealdade ao estado e de outro, à nação. Permitia ainda, com a significação que os estudos históricos do período lhe deram, que uma parcela da população, a dos imigrantes, se integrasse à nova sociedade, na medida em que uma das vertentes dos estudos sobre o bandeirismo deu ênfase à miscigenação.

A eleição do bandeirante como símbolo paulista trouxe para o público mais erudito, novamente, as obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques, que foram as primeiras a deixar marcas nos historiadores do século XX. Os traços com que ambos desenharam o bandeirante – nobreza, valor, coragem, superioridade racial – voltaram a se repetir nas primeiras décadas da centúria seguinte. Mais forte em uns, mais fraco em outros, as linhas do contorno bandeirista reapareceram para simbolizar não só uma elite política, mas se prestaram para justificar a predominância dessa elite sobre todo o Brasil, identificando e aproximando o estado da nação.

O estudo do bandeirante e das bandeiras estruturou-se na primeira metade do século XX, desta vez, sob vertentes inspiradas nas obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques. Afonso de Taunay deu ênfase à conquista territorial e às descobertas; Alfredo Ellis Jr., à *"raça paulista"*; e Alcântara Machado enveredou pelo estudo das condições sociais e econômicas do seiscentismo.

Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado foram os historiadores que elaboraram uma compreensão específica do bandeirismo e do bandeirante, ao retomar os escritos de Pedro Taques e Frei Gaspar. Com isso, ensejaram o aparecimento de outros

autores preocupados com o mesmo tema e seguidores das linhas explicativas sugeridas por eles. As obras daqueles três autores podem ser consideradas matrizes do conhecimento sobre as bandeiras e o bandeirismo produzido no século XX.

Uma nova vertente surgiu na década de 1940, com o aparecimento da última grande obra sobre o bandeirismo, *A Marcha para Oeste* (RICARDO, 1949), de Cassiano Ricardo, que praticamente fechou um ciclo de estudos sobre as bandeiras[16].

Ellis Jr., Alcântara Machado e Taunay, durante a República, pertenciam ao mesmo grupo da elite dominante paulista. Dos três, o único a não percorrer a seara política, foi Taunay que era casado na família Souza Queiroz e cunhado de Washington Luís, por sinal, outro historiador do bandeirismo.

Alfredo Ellis Jr nasceu em São Carlos, no ano de 1826, no interior de uma família de políticos (seu pai tinha exercido mandatos legislativos pelo Partido Republicano Paulista) e ele mesmo foi deputado junto à Assembleia Estadual. Era formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi promotor público e professor secundário, antes de prestar concurso para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1939. Suas obras que interessam para esse estudo são: *Novas Bandeiras e Novos Bandeirantes: Alguns Paulistas dos Séculos XVI e XVII*: *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*: *Pesquisas nos Documentos Seiscentistas*; *Raça de Gigantes: a Civilização no Planalto Paulista*; *Meio Século de Bandeirismo*; *O Bandeirismo Paulista e o Recuo*

16 Embora o último volume da *História Geral das Bandeiras* (de A. d' E. Taunay") tenha sido publicado em 1959, a coleção começou a ser editada em 1924.

do Meridiano e *Capítulos da História Psicológica de São Paulo* (ELLIS JR., 1922; 1924; 1926 1939; 1934; 1945)[17].

Afonso Escragnolle de Taunay nasceu em 1876 em Desterro (Florianópolis) e era filho de Alfredo d' Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, (autor de *Inocência* e de *A Retirada de Laguna),* que, na época do nascimento do filho ocupava o cargo de Presidente da Província de Santa Catarina. Taunay ainda não completara um ano, quando sua família se transferiu para o Rio de Janeiro. Na capital, estudou no Colégio D. Pedro II e se diplomou pela Escola Politécnica. Depois de formado, mudou-se para São Paulo, onde foi professor da Escola Politécnica e do Ginásio de São Bento. Trabalhou na primeira escola de 1889 a 1917, ocasião em que foi convidado por Altino Arantes, então Presidente do Estado, para dirigir "em comissão" o Museu Paulista, onde ficaria até 1945, após uma passagem de dois anos pela Cadeira de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Seu primeiro livro na área de História foi um romance histórico: *Leonor d'Ávila, a Crônica do Tempo dos Felipes,* publicado em 1910, o qual lhe abriu, no ano seguinte, as portas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Este último, juntamente com o Museu Paulista, tornar-se-ia o principal centro de atividades de Taunay. Nos *Anais do Museu Paulista* e na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de*

17 ELLIS JR., Alfredo, *Novas Bandeiras e Novos Bandeirantes: Alguns paulistas dos séculos XVI e XVII*: Rio de Janeiro: J. Leite, 1922; *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*: *Pesquisas nos Documentos Seiscentistas*; São Paulo: Nacional, 1924; *Raça de Giga*ntes: *a Civilização no Planalto Paulista*, São Paulo: Novíssima, 1926; *Meio Século de Bandeirismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939; *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1934; e *Capítulos da História Psicológica de São Paulo*. História da Civilização Brasileira, n. 5, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1945. (Boletim, L III).

São Paulo ele publicaria grande parte de sua obra. Para este capítulo foram selecionadas: *Na Era das Bandeiras.* São Paulo: Melhoramentos, 1922; *Pedro Taques e seu Tempo* (1923) (Separata do Tomo I dos Annaes do Museu Paulista); *Piratininga. Aspectos Sociais de São Paulo Seiscentista.* (1923); *Um Grande Bandeirante: Bartolomeu Paes de Abreu* (1674-1738). (1923); e *História Geral das Bandeiras Paulistas: escripta à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, hespanhoes e portugueses***.** 1924-1950 (RODRIGUES, 1970).

A Taunay coube também o mérito de ter publicado, em 1920, a *Nobiliarquia* de Pedro Taques, e reeditado as *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus.

José Honório Rodrigues atribuiu a Taunay, ao escrever a *História Geral das Bandeiras*, a realização do "[…] maior plano de recriação histórica, fazendo reviver toda uma fase pouco conhecida", já que ele "[…] construiu o que faltava, ampliando o nosso conhecimento histórico (RODRIGUES, 1970, p. 67). Compara, por isso, a obra de Taunay à de Varnhagen, no sentido de ter, como o primeiro historiador, recuperado fatos inéditos e relevantes para a História do Brasil. O mesmo autor enfatiza que a obra de Taunay supriu uma ausência no trabalho de Varnhagen: as informações sobre o movimento bandeirista.

Alcântara Machado (José de Alcântara Machado de Oliveira) nasceu em Piracicaba, em 1875, e faleceu em 1941. Mais velho que os outros dois historiadores precedentes, foi autor de uma obra inovadora. Advogado político, membro predominante do Partido Republicano Paulista e depois do Partido Constitucionalista, sua carreira profissional e intelectual teve como ponto central suas atividades de professor de Medicina Legal, na Faculdade de Direito. Seu único livro de História,

Vida e Morte do Bandeirante, publicado em 1929, é considerado uma obra clássica sobre a História de São Paulo no seiscentismo.

A proposta de trabalho de Alcântara Machado distanciou-se daquela dos outros dois autores citados, na medida em que procurou, em *Vida e Morte do Bandeirante,* fazer a história do cotidiano paulista no século XVII, o século áureo do bandeirismo. Apesar dessa diferença, já que tanto Taunay quanto Ellis Jr. fizeram uma História sequencial da penetração dos bandeirantes paulistas pelo Brasil afora, os três autores apresentam, em suas obras, alguns pontos em comum.

O primeiro a ser destacado é o conceito de História e a valorização da prova documental que se encontra implícita na obra dos citados autores. Outro ponto a salientar é o orgulho de casta que Taunay apontava em Pedro Taques e Frei Gaspar, e que ressurgiu com muita força nos historiadores das bandeiras, fosse nos que relançaram o tema, no século XX, ou nos que perseguiram suas pegadas.

Em relação ao bandeirante, também pode-se notar um consenso. Todos os três reconheceram-no como mameluco audaz, que expandiu as fronteiras do Brasil, descobriu o ouro e foi detentor de uma cultura própria. Cada um enfatizou mais um aspecto do que outros, que permaneceram, porém, subjacentes.

O sentimento de "patriotismo paulista", associado ao orgulho de linhagem, é bastante evidente nos livros de Taunay, Ellis Jr. e Alcântara Machado. Isto não os impediu de pretender fazer uma História científica, de acordo com as diversas correntes de interpretação que vinham se estruturando desde o século XIX, no Brasil. Quando produziram suas obras principais, não fazia sequer um século do início de uma produção histórica considerada brasileira. Ela começara a existir

contemporaneamente ao processo de Independência, comprometida não só com a monarquia, mas também com os homens que a fizeram, na medida em que estes representavam a camada culta do país (JANOTTI, 1982). Disso resultaram cores nativistas muito fortes na História que se escreveu no Brasil no século XIX, expressa grandemente nas publicações da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

A tendência nativista traduziu-se numa valorização dos homens ilustres pelos seus saberes ou atos e no esboço de um quadro imaginário da geografia brasileira. Ao lado do nativismo exacerbado, por mais paradoxal que possa parecer, se firmava também uma preocupação marcante com a verdade histórica e com a pesquisa documental, influência das escolas históricas europeias, que continuavam a existir, vigorosamente, no início do século XX. Mesmo com a renovação no campo da História, representada pela obra de Capistrano de Abreu, não mudou a preocupação com o rigor documental, numa História escrita por e para eruditos. Mudou sim com a nacionalização, com a proposta de interiorização da história brasileira, no sentido mais amplo do termo que a História possa ter alcançado (RODRIGUES, 1970, p. 19).

Taunay, Ellis Jr. e Alcântara Machado foram os três, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, representantes do pensamento dominante naquela instituição quanto à verdade histórica, sem deixar de lado o nativismo paulista, que se revelava em seus trabalhos. Ellis Jr. era de uma clareza transparente: "[...] tudo que faço, tudo que penso, tudo que imagino é por São Paulo" (ELLIS JR, 1976, p. 4).

O mesmo orgulho paulista Alcântara Machado deixa entrever na dedicatória de seu livro: "Para minha mulher, meus filhos, minha nora, meus netos – paulistas como eu e meus antepassados, desde

Antônio de Oliveira, chegado a São Vicente, em 1532" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, dedicatória).

Não é sem glorificar São Paulo que Taunay lembra a coragem dos "conquistadores do Brasil Central". Em toda a obra, porém, não somente em alguns trechos, fica evidente essa valorização do homem paulista, aos quais os autores se sentiam biológica e sentimentalmente enlaçados. Ellis Jr. descendia, pelo lado materno dos Bueno. O primeiro ancestral de Alcântara Machado viera ao Brasil nas caravelas de Martim Afonso e Taunay tinha bandeirantes entre seus ascendentes.

Os três historiadores, pertencentes à elite política paulista, ao afirmarem sua linhagem, estabeleciam um vínculo ininterrupto entre os heróis bandeiristas e aquela elite que se mantinha no poder. Ao lembrar sua ascendência, reforçavam também, como o fez Pedro Taques para seus contemporâneos, o direito de pertencer à camada dominante, dadas suas relações com a ilustre parentela. Mais ainda, se eles constituíam parcela dos "donos do poder", os outros elementos que compunham o patriciado também ocupavam, como que por direito de herança, aqueles cargos, já que uma das características da elite era a sua homogeneidade quanto à origem.

Basta lembrar, por exemplo, que Ellis Jr. foi deputado, filho de deputado e de senador; que Alcântara Machado foi senador da República, filho de um eminente homem público do Império que se projetou como político dos primeiros tempos republicanos. Taunay, o único deles que não percorreu a carreira política, foi casado na família Souza Queiroz, de políticos bastante atuantes, como Antônio Souza Queiróz, do Partido Republicano Paulista, que tinha sido presidente

da Província de São Paulo durante o Império. Era concunhado de Washington Luiz[18].

O orgulho por São Paulo encontrou, porém, caminhos diferentes nas obras desses autores. Alfredo Ellis Jr. optou por uma "[…] interpretação do bandeirante à luz de conceitos antropológicos e sociais" ou, como ele mesmo esclareceu, pelo estudo da Sociogenia do passado paulista (ELLIS JR., 1976, p. 11).

Com isso, ele queria dizer que pretendia proceder

> […] à exegese dos primórdios paulistas [...] entrando como forças causais os ensinamentos das disciplinas que se assentam com solidez, nas frondosas árvores da Biologia e da Sociologia... vou, pois, aplicar aos eventos do nosso passado, os quais são bem conhecidos, os preceitos da Antropologia, da Sociologia, da Antropogeografia, da Antropossociologia, da Antropogenia. (ELLIS JR., 1976, p. 11)

Aplicando às ciências alguns dos preceitos do Evolucionismo, dos quais extraiu alguns conceitos (como o de raça, seleção, superioridade racial, progresso) e do determinismo geográfico, Ellis Jr. pretendeu provar que o cruzamento entre o branco ibérico e o ameríndio, no Planalto de São Paulo, teria gerado uma sub-raça superior, que deu origem "[…] às bases causadoras da formidável superioridade do paulista" (ELLIS JR., 1976, p. 12).

O principal fator que demonstrava cientificamente essa superioridade foi a fecundidade das famílias paulistas, que se igualavam

18 Washington Luiz Pereira de Souza foi advogado, historiador e político, décimo-terceiro presidente do Brasil e último da chamada República Velha.

a dos "povos superiores", ou seja, dos países europeus. Para montar essa demonstração, utilizou, basicamente, a obra nobiliárquica de Pedro Taques, apropriando-se também das pesquisas do genealogista Silva Leme, que se tornaram fontes das quais se pode retirar os dados para a qualificação das famílias paulistas, do quinhentismo ao século XIX. Sobre esses dados, aplicou as teorias extraídas das obras de pensadores racistas, que proliferavam na Europa, no final do século XIX e início do século XX, dando especial atenção a Georges Vacher Lapouge e a Joseph Arthur de Gobineau.

Ao realizar pesquisas sobre corpos de integrantes de camadas diferentes da sociedade, em cemitérios, Lapouge julgou ter encontrado diferença entre as medidas do crânio do homem das camadas privilegiadas e às do homem das camadas pobres. A partir disso, distinguiu o *Homo europeus*, o *Homo alpinus* e o *Homo contractus*. Ao primeiro, anglo saxão ou nórdico, portanto ariano, loiro, dominador e criativo, estava destinado o papel de dominador sobre o *Homo alpinus*, representado pelos habitantes de Auvergne e pelos turcos, aos quais caberia obedecer e trabalhar. O *Homo europeus* teria poderes também sobre o *Homo contractus* ou mediterrâneo, encarnado pelo napolitano e pelo andaluz (LEITE, 1969).

Também Joseph Arthur, Conde de Gobineau e membro da nobreza decadente da França, na metade do século XIX, procurou demonstrar a superioridade de sua linhagem, ao mesmo tempo em que justificava o domínio europeu sobre os países desenvolvidos, ao escrever o *Essai sur l'inégalité des races humaines,* em quatro volumes, publicado entre 1853 e 1855 (LEITE, 1969).

Ao transpor, para a análise da sociedade colonial paulista a teoria racista, que originalmente pretendia justificar a dominação colonialista

europeia, Ellis Jr. deixou claro em sua obra que considerava a raça planaltina superior à que se formara no restante do Brasil, especialmente naquelas regiões em que os africanos e seus descendentes tiveram maior presença, já que eram praticamente inexistentes no Planalto de Piratininga, nos dois primeiros séculos da colonização. Para Ellis Jr. esse teria sido o motivo pelo qual São Paulo alcançara um desenvolvimento "[…] que nos permitiu atingir uma fase que nos coloca em plano superior a muitos países estrangeiros, de vida autônoma [...]" (ELLIS JR., 1976, p. 235).

Ellis Jr. virou do avesso o racismo europeu: Gobineau e Lapouge eram defensores da pureza racial – tinham escrito verdadeiros libelos contra a mestiçagem, a desagregação moral e vida desequilibrada "[…] causa do heteromorfismo e desarmonia individual" (ELLIS JR., 1976, p. 45). Cruzamentos com tais consequências teriam acontecido no Nordeste do país, onde entrou como componente o elemento negro. Tratava-se de um cruzamento "homogenésico desgenésico", isto é,

> […] fecundo nos primeiros cruzamentos entre o branco e o negro, produzindo o mulato que, por sua vez, cruzado com o branco, é fecundo até uma determinada geração, quando se esteriliza, coisa que está acontecendo com a gradual eliminação seletiva do mulato, que vai desaparecendo da nossa população. (ELLIS JR., 1976, p. 47)

O mesmo, porém, não teria acontecido com relação ao cruzamento entre o tipo ibero e o americano, que negando as afirmações dos racistas europeus que generalizavam as más consequências para todo o tipo de mestiçagem,

> […] conseguiu perpetuar-se com uma vitalidade assombrosa e uma fecundidade fora de comum,

> não só nos primeiros cruzamentos entre o índio e o ibérico, como também nos recruzamentos de quaisquer dos tipos ancestrais com o mameluco... de tal maneira a apresentar sempre um manifesto desmentido às palavras de Lapouge a propósito de infecundidade das raças mestiças [...] (ELLIS JR., 1976, p. 49)

O racismo manifesto em Ellis Jr. tem uma ligação muito íntima com certo tipo de manifestação nacionalista. Dante Moreira Leite notou, com muita propriedade, que "[…] este historiador (Alfredo Ellis Jr.) apresenta uma expressão bem nítida desse nacionalismo paulista quase antagônico ao nacionalismo brasileiro" (LEITE, 1969, p. 234).

A valorização que Ellis Jr. pretendeu não foi a do Brasil, um país homogêneo – aliás, em relação a ele, demonstrava a mesma opinião pessimista e sua postura racista anti-africana aguçava a tendência comum, à época, de acentuar as deficiências dos brasileiros. Em relação a São Paulo, porém, sua postura é profundamente otimista, pois, se a mestiçagem brasileira desqualificava o povo, a paulista, ao contrário, só fazia por valorizá-lo.

Ao estabelecer uma raiz racial de superioridade para os paulistas, Ellis Jr. recorreu, como primeira prova dessa superioridade, ao bandeirante, que se configurava como o primeiro elo de uma cadeia. O historiador os considerava "os primórdios dessa gente que é paulista", que haveria de se estender até o século XX, numa ação contínua de bravura e pioneirismo, "[...] dessa estirpe paulista que evidenciou com leonina bravura, que os velhos troncos engalhados nestas seivosas ramagens novecentistas, não decaíram" (ELLIS JR., 1934, p. 13).

Buscava uma ligação, sem ruptura, entre o bandeirante, já um mestiço que se defrontou com uma natureza nem sempre hospitaleira

e os paulistas, que abriram as frentes do café e foram, cada vez mais, se distanciando da metrópole e se distinguindo no cenário colonial.

Ellis Jr. procurou a identificação existente entre o bandeirante e o paulista do século XX – há um jogo de troca entre o presente e o passado, que se mesclaram numa entidade atemporal, que pairava e atuava sobre diferentes realidades concretas. O trecho que se segue demonstra a linha contínua que Ellis Jr. montou:

> O quinhentismo vetusto [...], viu nas plagas vicentinas o capítulo fantástico do povoamento.
>
> Depois veio esse bandeirismo monumental com a penetração indomável pela virgem América.
>
> Depois, no setecentos, foi a fatídica guerra dos emboabas, com o seu séquito de traições e de sofreres inenarráveis, e a mineração nas distantes Geraes, ou nos sertões dos Guayases, ou ainda, no longínquo Cuiabá.
>
> Nos oitocentos, foi a implantação da grande lavoura cafeeira, esse repositório de esforço agrícola, que no mundo não encontra paralelo.
>
> Era preciso que nos novecentos, o paulista desse mostra dessas virtudes. (ELLIS JR., 1934, p. 34)

Paulista e bandeirante, se confundiram, tornaram-se um só. Foi com esse espírito que Ellis Jr. estudou as bandeiras e as populações de São Paulo, no afã de demonstrar suas virtudes e representar sua vinculação ao movimento romântico. É aí que aflora a contradição do seu pensamento, conforme observou Dante Moreira Leite: o movimento romântico tendia para uma análise histórica nacional "mais lendária que documental. Ora, Alfredo Ellis, era um historiador – e historiador honesto e consciencioso – de forma que frequentemente

sua idealização choca-se com a descrição objetiva do passado" (LEITE, 1969, p. 235).

Na contradição apontada por Moreira Leite pode-se perceber a dicotomia entre o aspecto político e o científico que o conhecimento histórico pode assumir. De um lado, havia o historiador e o pesquisador que valorizava a pesquisa documental e que, dentro dos conceitos de História predominantes, optou por fazer uma História "objetiva", "verdadeira", "fundada nos fatos concretos e passíveis de prova". De outro, o político, o indivíduo da camada dominante, para quem a História de São Paulo era o testemunho do valor dos seus habitantes, dentre os quais se incluíam seus próprios antepassados. Assim, a História que Alfredo Ellis Jr. construiu é a dos paulistas, mas também a de um paulista, percebendo-se ele mesmo como um dos agentes daquela História, pelo grau de parentesco que pretendia manter com os primeiros povoadores de São Paulo.

Os bandeirantes estudados por Alfredo Ellis Jr. eram semelhantes aos mamelucos descritos por Frei Gaspar da Madre de Deus. Embora Pedro Taques tenha contribuído com informações quantitativas sobre a prole dos paulistas, foi em Frei Gaspar que ele encontrou a linha norteadora da análise, quanto à formação étnica dos habitantes de São Paulo.

Em primeiro lugar, porque Ellis não aceitou a nobreza que Pedro Taques vislumbrou nas raízes das primeiras famílias planaltinas, pois o colonizador europeu que aportara em São Vicente e transpusera a Serra do Mar já passara pela seleção social e natural, que, no dizer de Ellis, excluía a nobreza "degenerada e neuropática". Ele aceitou informações que considerou objetivas em Taques, rejeitou, porém, a nobilitação dos povoadores de São Paulo, que o escritor colonial

promoveu em sua *Nobiliarquia*, com o argumento de que o "colonizador [...] não podia ser da nobreza fidalga de Portugal, que sob a capa de uma ostentação faustosa não passava de uma vaga de neuropatas..." (ELLIS JR., 1976, p. 70).

A rejeição de Ellis Jr. a Taques se faz, também, porque neste último havia a mais profunda rejeição à mestiçagem e às nações infectas, entre as quais se incluíam, para o linhagista, os índios e os mestiços.

Embora Frei Gaspar seja menos citado que Pedro Taques, foi nele que Ellis Jr. encontrou maior identificação. Frei Gaspar não rejeitou a mestiçagem, ao contrário, procurou elevar os mamelucos, que ele admitia (com mais sensibilidade que Taques) constituir um grupo grande, básico mesmo, da população do Planalto. A atitude hostil de Frei Gaspar em relação ao que os jesuítas deixaram escrito sobre os bandeirantes foi repetida por Ellis Jr., que procurou encontrar um embasamento que julgava científico para empreender a tarefa de dar continuidade às ideias de Frei Gaspar sobre seus ascendentes.

No mais, o trabalho histórico de Alfredo Ellis Jr. corroborou para a construção da imagem do bandeirista que seus herdeiros mais próximos haviam traçado: mestiços (ou não), os bandeiristas pertenciam às melhores famílias da terra, como os que formaram a bandeira de Francisco Bueno, que foi ao Rio Taquary, cujos "[…] organizadores foram os membros das famílias mais importantes em São Paulo. Os Bueno, os Cunhas Gagos e os Preto..." (ELLIS, JR., 1926, p. 173) (coincidentemente, dessas famílias importantes, duas são de ancestrais do historiador).

O aspecto militar do bandeirante, tão caro a Pedro Taques e Frei Gaspar, não deixou de ser destacado pelo escritor do século XX: Cabo

de Tropa, Capitão, "Condottieri" e Mestre de Campo são adjetivos com os quais tratou os bandeirantes, quando foram relembrados os batalhões que se organizaram para lutar contra os holandeses no Nordeste.

Alfredo Ellis via na bandeira, empreendimento de iniciativa particular, uma organização militar. O apresamento de índios, a seu ver, era secundarizado pelo "entusiasmo bélico [...] íntimo contra os jesuítas e castelhanos" (ELLIS JR., 1926, p. 177). Na escrita de Alfredo Ellis, não foram somente os chefes de bandeiras que tiveram seus gestos valorizados militarmente, mas também o dos componentes das bandeiras. Ao relatar a organização de bandeiras para combater os holandeses no Nordeste, ele se referiu aos seus integrantes como "*guerreiros*", valorizando-os da mesma maneira que Frei Gaspar, ao tecer elogios à atitude marcial dos mamelucos.

Outro ponto que chama atenção na caracterização dos bandeirantes, que a obra de Ellis Jr. apresenta, é a bravura e o pioneirismo nas expedições que:

> [...] empreenderam livremente e por conta própria, como aquele autor se empenhou em demonstrar, afirmando que "Portugal, se fora desprotegido na partilha da América Meridional, e se a natureza o desamparou, na hidrografia do seu quinhão, foi-lhe grandemente pródiga na venturosa temerária e audaciosa psicologia, com que doara os herdeiros dos conquistadores heróicos do 'mar tenebroso'..." pois "fizeram esses portugueses enfim recuar o meridiano divisório até os confins, que hoje orgulhosa, ingrata e ignorantemente contempla o brasileiro no mapa de sua pátria imensa. (ELLIS JR., 1926, p. 177)

A sequência ininterrupta da glória dos bandeirantes aparece, mais uma vez, ligando o passado paulista ao presente nacional, objetivo principal da obra e da vida de Ellis Jr. Nos séculos XIX e XX, a imagem do paulista que abriu as frentes do café esteve sempre presente nos trabalhos quer sobre bandeiras, quer sobre a formação étnica do "povo paulista". A história construída pelos paulistas tornou-se avalista da hegemonia que São Paulo pretendia exercer sobre os demais Estados, e que Ellis Jr. deixou tão evidente.

Depois de caracterizar a superioridade do homem do bandeirismo dos séculos XVII e XVIII, ele traçou os contornos do fazendeiro de café do século XIX, usando dos mesmos traços impressos na figura do bandeirante – inclusive aqueles que teriam sido determinados pela caminhada da bandeira –, como a "fome e a dificuldade de nutrição", os quais teriam dosado o caráter do bandeirante de uma forte têmpera de sobriedade, estoicismo e tenacidade. Tais qualidades lhes permitiram ser os autores das páginas mais gloriosas da história paulista, concretizadas nas bandeiras e na plantação da lavoura de café (ELLIS JR., 1926, p. 185 e 187).

As bandeiras e o homem bandeirante trilharam um caminho marcado pelo espírito comunitário das primeiras bandeiras do seiscentismo, "[…] verdadeiras associações de homens para a luta sertaneja", até se transformarem em "empresas comerciais", nas quais não havia necessidade desse liame e, no século XIX, vencer o particularismo; e "[…] assim o paulista se identificou definitivamente no individualismo, atingindo o pináculo de sua evolução"(ELLIS JR., 1926 p. 163)

A iniciativa particular sempre foi, porém, na visão de Ellis Jr., um apanágio dos paulistas, até mesmo quando predominava o espírito

comunitário, porque, mesmo tendo um ideal comum, estimulado pela Coroa, foi a iniciativa particular que levou adiante as expedições, grupos de homens que se agrupavam em torno de um líder, muitas vezes chamado de "*Condottieri*", pelo historiador. Este "dom" de chefia, de liderança que Ellis Jr. via nos paulistas do bandeirismo, era um traço básico da "alma paulistana", um dos que permaneceram e se firmaram através da história e que levaram "[…] o paulista a trilhar as sendas dos grandes empreendimentos coroados pelo sucesso em todas as fases de sua rutilante história e em todos os surtos de seu admirável progresso" (ELLIS JR., 1926, p. 163).

Apesar de ter produzido a obra mais significativa sobre o bandeirismo no seu aspecto racial, sobretudo, na argumentação racista da superioridade do paulista, Alfredo Ellis Jr. não esteve sozinho nessa tarefa. Outros autores também deram bastante destaque à formação étnica e à suposta ligação entre ela e o progresso de São Paulo. Dois deles merecem destaque: Oliveira Vianna e Paulo Prado.

Oliveira Vianna, autor citado inúmeras vezes por Ellis Jr, deixou várias obras nas quais, seguindo a linha de análise predominante no início do século XX no Brasil, deu grande importância ao aspecto étnico da formação do povo brasileiro. Ao utilizar métodos científicos e trabalhar detalhadamente suas informações, preocupou-se com a elevada taxa de mestiçagem presente na população brasileira. Em seu primeiro livro, *Populações Meridionais do Brasil* (VIANNA, 1952, p. 132), ao utilizar o fundamento teórico dos mesmos autores nos quais Ellis Jr. se apoiou, estabeleceu uma explicação da sociedade brasileira, pautada na superioridade racial do homem branco ariano. Fundamentando-se nas obras de Frei Gaspar e Pedro Taques retomou as formas de organização da colonização do Brasil, atribuindo a elas a existência de

classes deformadas por mescla de sangues bárbaros que provocava "uma desmoralização sensível na moralidade dos seus elementos componentes" (VIANNA, 1952, p. 132).

Ao tratar de São Paulo, deu ênfase especial ao movimento bandeirista no qual destacava o fausto, a riqueza e a sociabilidade dos paulistas da época (VIANNA, 1933, passim). Essas mesmas qualidades atribuíram aos seus descendentes, ao alegar que suas matrizes eugênicas tinham se mantido em atividade constante, sem qualquer demonstração de ter se desgastado (VIANNA, 1927). Por esses motivos considerou que os planaltinos descenderiam da raça ariana. Seu principal argumento era a observação dos restos encontrados no túmulo de Fernão Dias, aberto em 1910, que seriam os de um homem muito alto e de cabeleira ruiva, traços que seriam característicos dos flamengos, características estas que atribuiu aos paulistas.

Oliveira Vianna não pertencia à elite paulista, era fluminense, com marcas de ascendência africana. Ao analisar a sociedade colonial paulista do século XVII, pretendeu colocá-la em oposição ao restante da população do Brasil, dada a pequena presença do elemento negro como um de seus elementos formadores. Entendia que a presença do mameluco fora fundamental para a formação da sociedade paulista, na medida em que se responsabilizara pela destruição física e dispersão dos indígenas, pelos "descimentos, (que) se transforma(va)m em empresas temerárias" e acabavam por distanciá-los (VIANNA, 1952, p. 133).

Somente os superiores seriam selecionados e se tornariam aristocratas, os demais seriam dominados pelos arianos e pelos mestiços arianizados para adquirirem a mentalidade superior da raça branca (VIANNA, 1952, p. 165). Isso, porém, se conseguiria apenas com um governo forte, composto por membros daquela aristocracia

ariana. É o ponto de confluência maior entre Ellis Jr. e Oliveira Vianna. Se, para o primeiro, a hegemonia caberia aos paulistas, dado os seus caracteres próprios, o projeto político de Oliveira Vianna não negava a proposta contida na obra de Alfredo Ellis Jr. Ao contrário, a reforçava, na medida em que considerava que, dada a pureza racial predominante nas regiões meridionais, era a esses aristocratas que estava destinado o controle de um governo forte, proposto pelo autor. Mais sutil, poder-se-ia dizer mais elegante, é a forma pela qual Paulo Prado, em *Paulística*, expressou sua crença na formação étnica do paulista enquanto elemento possibilitador do progresso do Estado.

Paulo da Silva Prado nasceu numa família de grandes cafeicultores e homens públicos. Era filho do Conselheiro Antônio Prado e sobrinho de Martinho Prado Jr., dois grandes incentivadores e promotores da imigração europeia no solo paulista. Era também sobrinho de Eduardo Prado e sua família tinha ligações muito fortes com os círculos intelectuais. Exerceu as atividades de empresário ligado à exportação de café, sem deixar de desempenhar o papel de intelectual de elite. São bastante conhecidas as suas participações como um dos organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922 e suas relações com escritores europeus, como Eça de Queiróz, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins. Foi diretor da *Revista do Brasil* e um dos fundadores da *Revista Nova*, que dirigiu juntamente com Mário de Andrade e Antônio Alcântara Machado. Publicou documentos sobre as *Denunciações do Santo Ofício*, depositados na Torre do Tombo, e dois livros de sua própria autoria: *Paulística*: *História de São Paulo* (1952) e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) (PRADO, 1972).

No primeiro deles, composto por uma série de artigos (treze, ao todo) publicados anteriormente em *O Estado de S. Paulo*, Paulo

Prado enfatizou a importância dos fatos antropológicos e geográficos e a importância da caracterização étnica e psicológica do bandeirante, em função do meio geográfico e da mistura racial. No entender de Paulo Prado, como no de Ellis Jr., estes foram os fatores determinantes da expansão bandeirantista, secundarizando os motivos econômicos que poderiam tê-la impulsionando, conforme pode se observar nesse trecho, no qual se referia a Fernão Dias Paes:

> Pertencia a antiga e poderosa família, cujos ascendentes já em 1550 residiam na Colônia. Apesar das numerosas justificações de sangue limpo, e da mania nobiliárquica da época, um longínquo cruzamento com indígena dava-lhe esse cunho mameluco que é a nota aristocrática do Paulista puro. Uma famosa expedição escravizadora de índios aos sertões da Serra do Apucarana, para as bandas do Tibagi, em 1661, trouxera para as suas terras de Parnaíba mais de cinco mil escravos, que empregou na cultura de milho, feijão e trigo. Foi no desfrute dessa abastança, cumulado de honras, já no fim de uma vida longa e não mais em idade de penetrar sertões – [...] – que a solicitação régia veio propor-lhe a empresa que o devia celebrizar. (PRADO, 1972, p. 115)

Há dois aspectos a se destacar do trecho transcrito: a nota aristocrática do paulista puro e a ambição, o amor pela aventura que traria mais honrarias reais.

Em última análise, os dois aspectos se mesclaram. Paulo Prado, que escreveu *Paulística* um ano antes de Alfredo Ellis Jr. ter publicado *Raça de Gigantes*, partiu do mesmo princípio de existência da superioridade racial e, já que ela existia, não resta dúvida que o cruzamento entre o português e o índio criara uma raça superior, a raça "Paulista", cuja nota aristocrática era dada justamente pela miscigenação.

Há, porém, certa diferença entre Alfredo Ellis Jr. e Paulo Prado no tratamento da questão. O primeiro procurou demonstrar "cientificidade", levantando dados e informações para analisa-la à luz das teorias racistas que haviam disseminado pela Europa, no final do século XIX. Paulo Prado não seguiu pelo mesmo caminho – não procurou demonstrar com pesquisa "objetiva", a superioridade racial do "Paulista" – seu ponto de partida foi uma afirmação já acabada e colocada como se fosse de incontestável veracidade: "[...] esse cunho mameluco que é a nota aristocrática [...]" (PRADO, 1972, p. 115).

Dessa qualidade aristocrática decorria o amor à aventura, a glória da conquista que Fernão Dias demonstrou, quando já velho aceitou a incumbência real de procurar as preciosas pedras verdes. Essa atitude também é uma nota aristocrática; é apanágio da aristocracia colocar acima do dinheiro e do próprio conforto, a conquista e a aventura, valores que se haviam firmado como aristocráticos, desde a Idade Média – e que Paulo Prado fez questão de ressaltar na atitude de Fernão Dias.

As teorias racistas permaneceram implícitas em *Paulística*. Ellis Jr. procurou demonstrar a superioridade racial dos paulistas pelo índice de fertilidade e longevidade dos habitantes do planalto. Mais uma afirmação que aparece como verdade fundamenta a análise de Paulo Prado: o paulista é longevo. Referindo-se a Borba Gato, o mesmo afirmou: "Na clássica longevidade do Paulista antigo, morreu aos noventa anos na sua fazenda de Paraopeba" (PRADO, 1972, p. 114).

O perfil do bandeirante, do "Paulista", encontra-se difuso por todo o livro, porém, no ensaio intitulado *Bandeiras*, o autor assumiu, de maneira quase ostensiva, a defesa dos sertanistas, ao tentar responder a questão colocada por seu amigo Capistrano de Abreu que, referindo-

se às expedições de caça ao índio perguntava: "[…] compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil, as terras devastadas?" (PRADO, 1972, p. 74).

Se, no texto, não aparece uma resposta direta à questão proposta por Capistrano, há uma definição extremamente positiva do bandeirante, calculada nos seguintes aspectos:

- a bandeira era uma necessidade inelutável, fornecendo braços para a cultura das sesmarias e sítios e arcos e flechas para a defesa das lavouras e povoados contra o indígena insidioso que o rodeava;
- "com ardimento e afã", que sempre foram "atributos da raça", os bandos paulistas se atiraram às expedições de resgate;
- as bandeiras de caça ao índio tinham um cunho francamente guerreiro;
- para essa luta, as circunstâncias do meio, da raça e da educação tinham preparado o "herói providencial", o bandeirante;
- bandeirante era quase inocente e livre de culpa, se a sua ação fosse comparada à dos conquistadores espanhóis (PRADO, 1972, p. 74-89).

O pensamento de Frei Gaspar da Madre de Deus se faz notar também em Paulo Prado ao descrever o paulista do século XVII. Não há nada de novo, a não ser o estilo. O bandeirante, como síntese, que se descobre nas páginas de Paulo Prado é o mameluco de Frei Gaspar, e o herói militar de Pedro Taques. Mais um passo foi percorrido, assim, na trajetória de cristalização da simbologia bandeirante iniciada no século XVIII.

De forma menos explícita que Ellis Jr., Paulo Prado procurou as marcas do "Paulista caçador de índios, mineiro e conquistador" que se "converteu no moderno grileiro e bugreiro..." (PRADO, 1972, p. 71) ou no plantador de café, que "como se diz na gíria de hoje foi também um bandeirante" (PRADO, 1972, p. 133).

A plantação de café, na sua visão, tinha repetido o "[…] rush igual ao que descobriu os veios auríferos e os diamantes das Minas gerais, de Goiás e de Cuiabá. Repetia-se o mesmo fenômeno com as mesmas características; ânsia de enriquecimento, iniciativa corajosa, imprevidência". (PRADO, 1972, p. 134). Se o movimento de expansão da lavoura cafeeira reproduzia as mesmas características do movimento bandeirista, não seria lícito inferir que os homens que o fizeram tinham também características que Paulo Prado viu no bandeirante?

O prefácio do livro permite uma resposta positiva à questão, na medida em que o autor considerava que o patrimônio histórico de um povo deveria "[…] inspirar as forças vivas e palpitantes de sua atividade atual, e nele se estabelece o critério da utilidade, que transforma em Política – na acepção aristotélica da palavra os ensinamentos da filosofia da História" (PRADO, 1972, p. 3).

No entanto, Prado era um pessimista – via uma grandeza toda especial no paulista do bandeirismo, grandeza que tinha desaparecido, para o século XIX encontrar São Paulo num estado de indigência. A evolução histórica de São Paulo indicava um dos traços fortes que usou para desenhar a imagem do bandeirante: "[…] linha de regeneração […] se bifurca em direções opostas – uma ascende à culminância do progresso material e econômico dos dias presentes, outra se conserva na horizontalidade em que abandonou a tirania colonial" (PRADO, 1972, p. 3).

Mas não deixou de chamar de *regeneração* o que aconteceria em São Paulo, de ver nela a energia sempre revivida nas lutas pela riqueza.

Há uma diferença fundamental entre Ellis Jr. e Paulo Prado. Enquanto o primeiro sugeriu uma continuidade da "*raça paulista*", mesmo nos períodos em que São Paulo não teve grande progresso, para o segundo, o final do século XVIII e o início do XIX significaram decadência, por uma regeneração com a expansão do café, a partir do final século XIX.

Nesse conjunto de publicações onde predominou a preocupação e se destacou o estudo de uma *"raça paulista"*, como nas obras dos dois autores citados, fica mais evidente a intenção de valorizar a elite paulista, formada por elementos de uma "sub-raça superior". Outros estudiosos que não desenvolveram diretamente o assunto, deixaram entrever nas suas páginas as ideias que fariam do bandeirante, do "Paulista", um ser privilegiado. Assim aconteceu no livro *Vida e Morte do Bandeirante* (ALCÂNTARA MACHADO, 1929), único trabalho histórico de vulto de José de Alcântara Machado, que publicou várias outras obras no campo do Direito.

O autor utilizou como fonte os inventários e testamentos dos moradores de São Paulo, datados de 1578 a 1700, período em que as bandeiras teriam tido seu apogeu. A ênfase maior do livro incidiu sobre a vida cotidiana dos habitantes de São Paulo, que aqueles documentos deixavam perceber. O grande destaque que já se deu à *Vida e Morte do Bandeirante* foi o de ter desmistificado alguns aspectos do seiscentismo paulista, que haviam sido difundidos por Pedro Taques, no século XVIII, e por Oliveira Vianna, no século XX.

Na *Nobiliarquia*, Pedro Taques se esforçava em dar condições de nobreza à gente paulistana – e uma dessas condições era o estilo de vida requintado, com criados para servi-la, casas bem construídas e mobiliadas, vestuário com tecidos selecionados. Essa ideia que São Paulo colonial era uma cidade habitada por nobres refinados e cultos, que Pedro Taques repassou aos estudiosos, não se manteve à vista dos inventários e testamentos, que revelaram a pobreza quase franciscana na vida dos habitantes da cidade e a ausência de vida intelectual.

O livro de Alcântara Machado é inovador quanto ao seu objetivo, explícito no conceito de História: "O conhecimento do que o homem tem realizado no combate diuturno que desde as cavernas vem pelejando para melhorar-se e melhorar o meio em que vive, tal o objetivo essencial da história" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 23).

Foi na busca desse objetivo que o mesmo organizou a obra, ao procurar no estudo da história "[…] inquirir onde moravam os nossos maiores, a maneira por que se alimentavam e vestiam, o de que tiravam os meios de subsistência, a concepção que tinham do destino humano" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 23).

O autor desprezou o que a História tradicionalmente estudava, os "grandes homens", os governos, os fatos a eles relativos, enfim, o que se convencionou chamar de "história política" e, no caso especial das bandeiras, desviou-se também da narrativa das atividades da própria organização bandeirista, expansão territorial, rotas e caminhos e as descobertas, para se deter na visão do padrão social e econômico dos paulistas do século XVII.

É verdade que ele não descreveu as bandeiras, mas elas estão sempre presentes enquanto pano de fundo para o homem paulista

reconstituído a partir dos documentos que consultou, como ele mesmo admitiu:

> Fatores de ordem geográfica, determinantes de ordem econômica, motivos de ordem psicológica, fazem do paulista o bandeirante. Na história de São Paulo e de Piratininga sentimos a cada momento a presença do sertão, nume propício ou maléfico, a presidir a vida e a morte [...] Em tudo quanto o rodeia (o paulista), no conforto de uns, na miséria de outros, na arrogância dos potentados e no luto das viúvas e dos órfãos, sente o vicentista o poder misterioso do sertão. Não há de fugir-lhe. Nele está o destino da raça. (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 233)

Não interessava ao sertanista, na visão de Alcântara Machado, os obstáculos que iria encontrar, nem as lutas permanentes contra as dificuldades de toda a sorte, pois ele não era movido somente pela ambição do ganho, mas também porque sua imaginação se empolgava, não corresse nas veias dos paulistas "[…] de mistura com o sangue das tribos errantes, o sangue de um povo de marinheiros" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 232).

Para caracterizar esse povo, híbrido, de "marinheiro e sertanejo", Alcântara Machado estudou suas fortunas, seu povoado e o sítio da roça, o mobiliário e a baixela; o vestuário, as doenças e os remédios, a organização da família e a escravaria, a religião e o comportamento diante da morte, realizando um corte transversal na sociedade da época.

Nesse estudo, cuja direção é dada pelo tema e não pelo correr do tempo, chegou a compor a figura do homem do século XVII, morador do Planalto de Piratininga: pobre, analfabeto, de modos grosseiros e que vivia à beira da indigência, mas que tinha um toque de

austeridade e de heroísmo, que as lutas no sertão lhe conferiram. Era um homem diferente dos outros colonizadores, esse "[…] paulista do século XVI e XVII, que respira uma atmosfera saturada de sertanismo" (ALCÂNTARA MACHADO, 1929, p. 233).

Sem anular o aspecto racial, nem a penetração pelo interior realizada pelas bandeiras, Alcântara Machado traçou uma outra dimensão do bandeirante, a social. Seria essa ótica que, juntamente com a formação racial, comporiam a imagem do bandeirante enquanto um indivíduo de características muito especiais, e que por isso teria realizado também feitos muito especiais.

A terceira dimensão do bandeirante seria enfatizada nos estudos de Afonso de Taunay, autor do maior estudo do movimento expansionista do Brasil, só comparável a raros movimentos semelhantes em outras partes do mundo. Sua obra mais importante foi, sem dúvida, a *História Geral das Bandeiras Paulistas* (TAUNAY, 1975), que começou a ser publicada em 1924 e só terminou com a publicação do décimo primeiro volume, em 1950. Além desse trabalho, que José Honório Rodrigues chamou de "monumental", publicou muitos outros sobre a História de São Paulo, sempre centralizados na figura bandeirista (RODRIGUES , 1970). Da extensa obra de Taunay sobre a História de São Paulo, destacam-se os volumes dedicados especialmente à cidade de São Paulo: *São Paulo nos primeiros anos*; *São Paulo no século XVI*; *História Seiscentista da Vila de São Paulo*; e *História da Vila de São Paulo no Século XVIII* (TAUNAY, 1920; 1926-1929; 1931-1951).

Além destas, outras obras também se destinaram a investigar a sociedade do período bandeirista, como a *Coletânea de Mapas de Cartografia Paulista Antiga* (TAUNAY, 1922).

Odilon Nogueira de Matos considera que foi a grande obra de Taunay sobre as bandeiras que chamou a atenção para esse episódio da história, "[…] pouco e mal estudado até então". Da mesma opinião partilha José Honório Rodrigues, para quem "[…] a *História Geral das Bandeiras* representa a maior contribuição factual, depois de Varnhagen" (RODRIGUES, 1970, p. 137).

Os dois autores lembram ainda a importância que teve a opinião de Capistrano de Abreu para o aparecimento da obra de Taunay, uma vez ter sido ele, reconhecidamente, um inovador da História no Brasil, mantendo assídua correspondência com Taunay e, se nem sempre foi cordial, como acentua Nogueira de Matos (MATOS, 1972), teve o mérito de lhe indicar o caminho a seguir no campo da produção histórica. Pensava Capistrano que, até o final do século XIX e início do século XX, a História do Brasil se fizera pela História do litoral.

Era preciso, então, que se voltasse as costas ao mar e se penetrasse pelo interior, para que sua história fosse recuperada – era necessário se escrever a história das incursões pelos sertões, dos caminhos e picadas abertos nesse espaço. Ele mesmo foi autor de uma obra memorável voltada para recomposição da História das regiões mais distantes do Brasil, para a ocupação do interior – *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (ABREU, 1982), sem abandonar a mesma preocupação nos *Capítulos da História Colonial*. Capistrano foi, sem dúvida, um dos primeiros, senão o primeiro dos historiadores brasileiros a questionar a matança e destruição dos povos indígenas pela ação bandeirante. Por isso, era acusado de antipático ao bandeirismo, contou Paulo Prado.

Apesar dessa posição, considerava muito importante que se escrevesse a História do século XVII, que pensava ser lacunosa em Varnhagen e de primordial importância para a história de São Paulo, já

que aquele fora um período áureo. Foi por esse motivo que convenceu Taunay a abandonar um projeto de estudo sobre os governos da Restauração da Capitania (segunda metade do século XVIII), para se dedicar, com afinco, ao seiscentismo, levando-o a construir o que faltava de informação sobre o século XVII paulista, utilizando-se de numerosíssimas fontes documentais.

Embora, reconhecidamente Taunay tenha realizado uma grande pesquisa, ao levantar documentos sobre o bandeirismo e com eles desvendar fatos até então inéditos, mereceu críticas severas de outros historiadores que analisaram suas obras, como os já citados José Honório Rodrigues e Odilon Nogueira de Matos. Os dois destacaram como pontos negativos a ausência de crítica e síntese, bem como o fez Caio Prado, em relação à *História do Café no Brasil* (PRADO JR., 1945).

Taunay seguiu uma tradição que se firmara no Brasil no século XIX, a de extrema valorização do documento, construindo a *História Geral das Bandeiras* e outros trabalhos no modelo da *História Geral do Brasil*, de Varnhagen: os documentos citados e transcritos constituíam o núcleo da obra, com a ausência da crítica por parte do historiador. Sua maior preocupação era com o documento inédito, com o fato que o mesmo trouxesse a luz, transformando o trabalho do historiador numa incessante busca de fontes novas sobre assuntos diversificados, pois a História só se reescreveria com documentos inovadores e não com diferentes pontos de vista. Era a permanência do critério da História "verdadeira", objetiva, na qual o papel do pesquisador se circunscrevia ao de compilador de documentos e arauto de provas inquestionáveis dos fatos históricos.

Fundamentado nessas críticas, José Honório Rodrigues afirmava que Taunay procedeu a um revisionismo factual da História, no sentido

de preencher lacunas, de ver o que ainda não havia sido visto, recuando para um período histórico que, numa visão global, ainda não tinha sido retomado (RODRIGUES, s.d., p. 143).

Não foi ele também um inovador quanto à nova visão do objeto da História. É verdade que se não elaborou a história das grandes personalidades, dos dirigentes administrativos, mas, quanto às bandeiras, personalizou-as na figura de seus chefes. O modo como nomeava as bandeiras ilustra tal afirmação, a exemplo de*: "*As grandes bandeiras de Antônio Raposo Tavares, André Fernandes e Fernão Dias Paes" (TAUNAY, 1975, p. 59). Apesar da minuciosa descrição do vestuário, armamentos, alimentação e organização da atividade bandeirista, pode-se perceber sempre o peso da figura do chefe, também nomeado por "Cabo de Tropa, homem do sertão, Capitão" (TAUNAY, 1975, p. 59).

Foram muito raras as referências aos outros indivíduos que compunham as bandeiras e à sua configuração humana. Nos textos, somente aparecem os índios que partiam nas bandeiras como elementos que a compunham e quando entravam em conflito com o chefe bandeirista. Nas narrativas de Taunay, o indígena só aparecia como o "outro", em oposição ao líder da bandeira, eixo da sua História, como quando contou a morte de Luís Castanho de Almeida: "Haviam seus carijós, desesperados com a vida de fome e canseira a que os obrigava, resolvido a assassiná-lo e aos quatro filhos que o acompanhavam. Tentando roubar-lhes as armas de fogo, foram pressentidos e nesta ocasião a Castanho feriram mortalmente" (TAUNAY, 1975, p. 15).

A referência à vida dos carijós, como revela o texto, foi feita de passagem. O trabalho se apresenta de uma forma desarticulada – organizada cronologicamente, tendo por base os documentos coligidos, que permitiram que as atividades bandeiristas fossem recuperadas.

As informações sobre a estrutura das expedições surgem quando um fato peculiar da bandeira descrita exigia informação para dar sentido à narrativa. O mesmo aconteceu com o contexto histórico da colônia ou de São Paulo no século XVII. Assim, há uma longa digressão sobre a escravidão negra no capítulo que tem como tema central Domingos Jorge Velho e a destruição de Palmares.

Não obstante a desarticulação da obra, Taunay tratou de sistematizá-la e procurou dar organicidade ao próprio movimento bandeirista, dividindo-o em ciclos: ciclo da devassa das terras, ciclo do ouro e monções.

O nome que deu ao primeiro período, a *"devassa das terras",* merece análise mais cuidadosa, especialmente quanto ao objetivo das expedições que saíram à procura de riquezas e que descobriram caminhos. Taunay procurou explicar as bandeiras que partiram de São Paulo no século XVII organizando-se como um movimento de devassa de terras, descaracterizando, assim, a procura de índios para escravizar. Era um modo de nobilitar a atividade bandeirista, impedindo que a escravização do primeiro habitante da terra maculasse sua imagem. A penetração no território desconhecido das Américas seria um feito, comparável aos dos heróis ibéricos que, no período das chamadas Grandes Navegações, chegaram ao outro lado da terra.

O início do bandeirismo foi visto como um ato de expansão branca em solo americano, tendo como propulsor D. Francisco de Souza:

> […] o famoso Governador-Geral, eldorado-maníaco que, encontrando um núcleo pujante de aventureiros, possuídos dos desejos de conhecer os mistérios do continente e o aproveitamento de suas riquezas, quer em cabedal humano, quer em

> recursos minerais os projetaria ao ignoto sertão com extraordinário afinco. (TAUNAY, 1975, p. 15)

Não assumiu como questão prioritária para a Capitania o apresamento de índios, que "[…] dizimados pela superioridade dos invasores, resignavam-se ao cativeiro, ou, afugentados, internavam-se no sertão" (TAUNAY, 1975, p. 16). Desconsiderou também os resultados econômicos desse apresamento, no sentido de fornecer mão de obra para a lavoura do próprio Planalto, como já havia apontado Alcântara Machado. Admitiu que o crescimento de São Vicente

> […] deveu-se a atuação de dois vassalos de incomparável valor: Brás Cubas no Litoral; João Ramalho no Planalto; muito mais a este do que àquele como figura central da miscigenação euro-americana encetada por ele e seus poucos companheiros, em Santo André. (TAUNAY, 1975, p. 15)

Reconheceu, adiante, que a escravidão indígena nasceu de um determinismo econômico: a implantação da lavoura canavieira a exigir vultosa mão de obra, dado o

> […] clima reinante do Mundo Quinhentista, só podia ser a do "braço servil de indivíduos de pele escura, cobreada ou negra […] os índios davam péssimos escravos, […] os povoadores se voltaram para aquele imenso viveiro de escravos que era a África […] Mas enquanto não chegavam as levas africanas, os engenhos tiveram de servir-se de labor vermelho, como acontecia na América Espanhola. (TAUNAY, 1975, p. 19)

Como se pode perceber, na concepção de Taunay a escravidão indígena foi meramente circunstancial: só ocorreu enquanto se esperavam que as levas de escravos africanos chegassem ao novo mundo.

A escravização do indígena e do negro era plenamente justificada, pois em todos os tempos houve escravos, escreveu orgulhosamente o autor:

> Grande coisa, pois, que no Brasil dos primeiros séculos haja existido esse ciclo da preia ao índio. Não se pode esconder que o bandeirismo foi incorporado ao panorama de violência que caracterizou o apossamento da América pelos europeus, mas todos os povos cometeram violência parecida, e, terem encetado a penetração definitiva Brasil a dentro, foi uma empresa […] não encontra similar em qualquer outro episódio de tal natureza nos fastos de qualquer nação do globo. (TAUNAY, 1975, p. 20)

O preconceito racial, em relação aos povos escravizados, transparece muito claramente na obra de Taunay. O preço pago pela conquista territorial – a de população indígena – não lhe pareceu relevante, visto o resultado positivo que teria alcançado, aumentando significativamente o território nacional. O êxito da expansão do território compensou a dizimação dos povos que considerava inferiores e que tinham sido dominados. Fazia questão de ressaltar que a violência dos bandeirantes era um ato corriqueiro e usual, à época.

Para demonstrar a afirmação da "importância da raça", lembrou que as duas regiões de onde saíram sertanistas de porte foram São Paulo e Bahia, primeiros locais onde surgiu a "geração mameluca", com João Ramalho e Caramuru, pois somente a formação de uma raça aclimatada ao solo e ao clima poderia ter produzido homens que levavam à frente a devassa e a conquista de uma superfície tão grande, e que tivessem expressivo poder de iniciativa, a ponto de organizar espontaneamente expedições.

A inferioridade intelectual e moral consistia em atributos do indígena, que a miscigenação com os europeus ajudaria a superar, pois no mestiço resultante haveria, a seu ver, um reforço da capacidade negativa veiculada em expressões como as que seguem: "Os índios daquela região, péssimos eram, ladrões inveterados" (TAUNAY, 1975, p. 15) ou "assassinos de dois mártires... por instigação de um feiticeiro" (TAUNAY, 1975, p. 88). Em outros momentos de sua análise seu preconceito também aparece. Como exemplo, lembre-se o modo como nomeou a luta empreendida pelos colonos contra os índios tapuias do Rio Grande do Norte: *Guerra dos Bárbaros* (TAUNAY, 1975).

A discriminação contra os africanos escravizados também está presente nos textos que Taunay escreveu e na explicação que deu à escravidão africana*:* "Por atavismo decorrente das condições multisseculares do seu continente resignavam-se os africanos [...]" (TAUNAY, 1975, p. 72; p. 15). Não se deu conta da contradição, ao chamar os negros aquilombados em Palmares de "agressivos e valorosos"*,* para maior valor da expedição de Domingos Jorge Velho. Se os negros eram escravos por atavismo, por que *seriam* "*agressivos e valorosos*" no Quilombo? (Aliás, nem haveria quilombos, caso fossem resignados) (TAUNAY, 1975).

O preconceito se torna mais evidente ainda no primeiro volume da *História Geral das Bandeiras*, ao ser colocada como certa a progressiva arianização da população de São Paulo. Primeiramente, Taunay reconhecia que havia sido forjada em São Paulo uma mestiçagem do tipo superior, mas que a parte indígena desse cruzamento foi sendo diluída, pois "(a) fusão arianizante se fez sempre constante e cada vez mais forte entre os grandes leaders sucessivos do bandeirismo pela

chegada de elementos europeus e o afastamento do cruzamento do negro" (TAUNAY, 1924, p. 133).

Taunay procurou evitar a valorização da mestiçagem, recaindo sua ênfase no que considerou "[…] episódio culminante dos anais brasileiros, pois a ele deve o país dois terços de seu território atual", por ter um "[…] pendor especial do espírito" que o levava a "reverenciar a obra desses construtores épicos do Brasil central e meridional..." (TAUNAY, 1924, p. 135; p. 7; p. 15).

O ponto nuclear do conhecimento histórico sobre as bandeiras, para Taunay, foi a expansão territorial derivado do movimento paulista, que resultou numa grande preocupação com os caminhos, roteiros e mapas seguidos e as regiões alcançadas – a visão do povoamento do Brasil pelas bandeiras, desconsiderando o despovoamento indígena provocado pela destruição das sociedades indígenas. Aspecto de maior relevo em sua obra, a ocupação e povoamento representavam o maior benefício da obra bandeirista. Foi valorizado o momento da ocupação, mas não o móvel da ocupação. Sempre esteve presente a preocupação de garantir a primazia do paulista seiscentista de ter chegado aos mais distantes rincões, à custa de muito sacrifício, fosse no ciclo de caça ao índio ou no do ouro, ao estabelecer fazendas para a criação de gado no sertão da Bahia, ou ao estender a ocupação e o povoamento a Mato Grosso e Goiás.

A importância que o historiador deu a essa questão ficou evidente na própria organização dos livros, que a par do critério cronológico na disposição das bandeiras descritas, as classificava como dignas de serem estudadas e conhecidas de acordo com a distância percorrida por seus homens.

A importância que as bandeiras tiveram na expansão geográfica já vinha sendo indicada por outros autores que publicaram antes de Taunay, como a *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, de Basílio de Magalhães (MAGALHÃES, 1978).

Originalmente, era uma monografia intitulada *Expansão Geográfica do Brasil até o fim do século XVII*, apresentada ao primeiro Congresso de História Nacional, em 1914. Foi, com esse título, publicada em 1915. A segunda edição só veio a lume 20 anos mais tarde, com o título modificado para *Expansão Geográfica no Brasil no século XVII* e o livro, razoavelmente ampliado, passaria a se chamar definitivamente *A expansão geográfica do Brasil colonial*.

Basílio de Magalhães nasceu em Minas Gerais, em 1874, e faleceu no ano de 1957. Foi jornalista, professor e político pelo Partido Republicano, era associado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja *Revista* publicou inúmeros trabalhos. Sua visão de História não era diferente da expressa por Taunay e o objetivo maior do seu trabalho sobre a expansão territorial foi o "[…] de contribuir para o estabelecimento de nomes e datas, bem como de roteiros" (MAGALHÃES, 1978), base indispensável para se estudar a história da ocupação.

A sua obra estuda a expansão territorial, atendo-se ao aspecto geográfico, incluindo, porém, enfoques sociais e econômicos, com os quais o autor pretendia enriquecer a matéria. Utilizou a mesma organização de Taunay, dispondo em ciclos o movimento das bandeiras, e expondo-as de uma forma mais ordenada que o primeiro e classificando de modo diferente o movimento expansionista em: *"ciclo das entradas"*, isto é, "[…] o ciclo oficial da expansão geográfica operada quase toda dentro da linha de Tordesilhas […] e o "ciclo das bandeiras",

o ciclo espontâneo da expansão geográfica, realizada quase para além da linha de Tordesilhas (MAGALHÃES, 1978, p. 13). Este último era subdividido em: ciclo do ouro de lavagem e das esmeraldas; ciclo da caça ao índio; e o grande ciclo do ouro.

Interessa aqui a análise que fez do ciclo das bandeiras, especialmente no que se refere às causas daquele movimento expansionista. Explicou que São Paulo teve o "[…] papel proeminente de triplicar a área da Colônia Americana" devido às suas condições mesológicas, étnicas e sociais. Valorizou o papel da hidrografia, acentuando, porém, que as "[…] circunstâncias étnicas e sociais também foram coeficientes poderosos do fenômeno que o estudamos" (MAGALHÃES, 1978, p. 57).

Foi com base na existência de tais condições que Basílio de Magalhães desenvolveu todo o trabalho, no qual estudou as bandeiras, suas rotas e os pontos do território que atingiram (como mais tarde faria Taunay). A sua perspectiva era também a do povoamento e da ocupação, pois, mesmo que tivessem por meta a caça ao índio ou a procura de ouro e pedras preciosas, as bandeiras abriram o caminho para a "civilização brasileira", graças ao "portentoso esforço dos paulistas".

Os memoráveis descobrimentos dos paulistas, lutando contra toda a sorte de dificuldades e obstáculos do sertão, como a fome, as lutas contra *"o gentio"*, trouxeram como resultado um

> Brasil conquistado e engrandecido pelo esforço dos paulistas, o Brasil que os pactos internacionais pouquíssimo alteraram desde aquela época nossos tempos, o Brasil só espera hoje que as vergônteas dos bandeirantes, existentes em todos os pontos dessa pátria, bem fadada pela natureza, o homem e

> engrandeçam agora e sempre [...] (MAGALHÃES , 1978, p. 240)

O nacionalismo paulista de Basílio de Magalhães surgiu também, de modo mais evidente, num livro de sua autoria, editado alguns anos antes de *Expansão Geográfica do Brasil*, com o título de *O Estado de São Paulo e o seu progresso na atualidade* (MAGALHÃES, 1913).

Esse opúsculo analisa as razões pelas quais São Paulo ocupava, no início do período republicano, uma posição progressista. Para tanto, recorreu à História, estabelecendo para os paulistas uma visão de participação contínua no desenvolvimento do Brasil, contando com a sua presença em todos os momentos mais importantes da vida brasileira. Da mesma forma que havia se lançado à *"homérica epopeia do sertão"*, São Paulo tinha contribuído, através da participação de José Bonifácio, para a separação do Brasil de Portugal; além de oferecer, dentre seus filhos, o maior estadista da Regência, Diogo Antônio Feijó. Tinham sido os paulistas os que mais lutaram pela Abolição e pela República, e, por fim, São Paulo fora responsável pela introdução do imigrante, como mão de obra no "bandeirismo do café".

Essa história que se traduzia por uma sequência de êxitos, foi fruto do arrojo dos seus filhos: "O segredo do seu progresso, está na portentosa iniciativa de seus filhos, que podem com razão, ser chamados – os 'Yankees' da América do Sul". (MAGALHÃES, 1913)

A proposta do livro era a de que os outros estados, especialmente Minas Gerais (estado natal do autor), vissem como exemplo o desenvolvimento de São Paulo, para que pudessem alcançar o mesmo grau elevado de progresso. Já a camada política paulista queria que São Paulo se tornasse uma liderança a ser seguida, um exemplo a ser desejado pelos habitantes de outros estados. Suas realizações o capacitavam para

tanto. Essa pequena divergência não significou uma linha bifurcada da interpretação, mas pequenas nuances que deveriam, naturalmente, existir na postura de um nacionalista mineiro, que, por admiração por São Paulo, tinha optado por estudar a história paulista, o que justificava o entusiasmo que ele procurou transmitir nos trabalhos que publicou.

A construção da história do bandeirismo e do bandeirante, reiniciada no início do século XX, reorganizou os aspectos cognitivos que já tinham sido elaborados a partir do século XVIII, dando publicidade a um numeroso conjunto de documentos, os quais serviram de base para a realização de novas pesquisas sobre os bandeirantes.

A publicação das Atas e do Registro Geral da Câmara de São Paulo e, mais tarde, dos Inventários e Testamentos referentes aos séculos XVI e XVII, materialização dos esforços de Washington Luís Pereira de Sousa, foi um marco no desenvolvimento da pesquisa sobre São Paulo bandeirista. Washington Luís, nome pelo qual é reconhecido politicamente, foi Prefeito da Cidade de São Paulo (janeiro de 1914 a agosto de 1919), Presidente do Estado (maio de 1920 a maio de 1924) e Presidente da República (de novembro de 1926 a outubro de 1930). Publicou vários artigos de conteúdo histórico em diferentes periódicos, tais como o *Correio Paulistano* e a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. A primeira edição de *Na Capitania de São Vicente* foi publicada em 1918 pela Casa Garroux. A ela se seguiram várias outras edições realizadas por diferentes editoras (SOUZA, 1938)[19].

19 SOUZA, Washington Luís P. de. *Na Capitania de São Vicente*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938 (Brasiliana, 111). Nova edição foi publicada em 1956, por Martins Editora. Em 2004, *Na Capitania de São Vicente* foi publicada pelas Edições do Senado Federal.

Em *O Historiador Washington Luís*, Célio Debes refere-se ao trabalho que o ex-presidente estaria desenvolvendo no início dos anos 1950, sobre as bandeiras paulistas (DEBES, 2004, p. 15-36).

O apreço pela documentação foi um traço comum aos historiadores das décadas iniciais do século XX. A boa utilização das fontes fazia parte do conceito de História – o documento era a peça fundamental para a recuperação do passado, pois só ele serviria de prova, de testemunho legítimo do fato acontecido. O papel do historiador seria somente coligi-los, organizá-los e transcrevê-los, pondo nisso toda a objetividade e imparcialidade do cientista, conforme se acreditava. Por isso, os grandes temas que poderiam ser demonstrados pela documentação se restringiram às discussões sobre a primazia dos descobrimentos, a identidade do bandeirante que realizou tal ou qual façanha, sua idade ao realizá-lo etc., com raras exceções, dentre as quais se pode citar Alcântara Machado e Paulo Prado.

Contudo, paradoxalmente, a esse amor pela objetividade se opunham determinadas ideias já prontas: superioridade racial ("demonstrada" pela documentação de Alfredo Ellis Jr.); a penetração como ativismo (Alcântara Machado) e heroísmo e arrojo ao estender as fronteiras (desenvolvida por Taunay e Basílio de Magalhães).

Capítulo 4

A manipulação do conhecimento

São Paulo de Borba Gato, São Paulo de Anhanguera.

Apelo à luta emitido pelo autofalante do Largo de São Francisco, em 1932.

O Estado Novo é várias vezes bandeirante.

Cassiano Ricardo

Quando terminava a década de 1920, era expressivo, em todas as camadas da sociedade, o descontentamento contra as oligarquias que dominavam o poder. Esse fato pode se traduzir pelo surgimento de agremiações e pela organização de novos partidos políticos, dentre os quais se encontrava o Partido Democrático de São Paulo, cuja fundação, em 1926, "[…] respondeu fundamentalmente aos interesses muito definidos da classe dominante" (PRADO, 1984, p. 71-85). O novo partido, embora tivesse entre seus membros uma maioria pertencente à elite paulista, contava com um número significativo de elementos da classe média e uns poucos oriundos do proletariado.

Dentre seus componentes mais proeminentes encontrava-se o Conselheiro Antonio da Silva Prado, importante representante da oligarquia cafeeira paulista, um dos líderes do novo partido. Ele

coordenou a redação de um manifesto que esboçava as linhas básicas da agremiação, iniciando pelo respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, defesa do voto secreto e medidas que garantissem a lisura das eleições. O grupo fundador do PD propunha-se também a garantir, para os representantes da lavoura, indústria e comércio, influência nos negócios públicos, assim como lutar pela independência do poder judiciário. Incluem-se ainda no Manifesto questões que fogem do estritamente econômico, mas que adentram na seara social, a exemplo das relacionadas ao magistério público e da luta para a criação de um organismo que integrasse todos os níveis de ensino.

Na luta pela conquista dos votos, o PD viu-se forçado a incorporar um elenco de propostas que atendesse ao interesse dos descontentes com os rumos políticos do país e a adequar suas proposições a esses interesses. Contudo, conseguiu manter a proposta básica da política paulista, ou seja, a manutenção e, se possível, ampliação da autonomia dos Estados, sob a hegemonia dos mais poderosos: São Paulo e Minas Gerais. Também foram mantidas alianças com grupos de interesses antagônicos, como o movimento tenentista, cujo projeto de centralização do poder por uma nova elite política previa o fim da predominância mineira ou paulista.

Quando eclodiu o movimento de outubro de 1930, contou com o apoio entusiasmado da oposição ao PRP em São Paulo, que esperava que o novo governo pudesse colocar em prática suas propostas. O movimento revolucionário se consolidou num primeiro momento, com a união entre Estados e Governo Federal. Entretanto, aos poucos, com a instalação de tenentes e tenentistas nos governos estaduais, a unidade foi se rompendo em alguns Estados. A ruptura entre as diversas forças políticas era especialmente perceptível no estado de São Paulo.

O governo do estado tinha sido confiado ao tenente João Alberto Lins de Barros, que não era natural de São Paulo. Isso significou para o PD uma traição, pois havia um acordo anterior, com Getúlio Vargas, líder do movimento, de que o governo estadual ficaria nas mãos de um político paulista – Francisco Morato. A escolha do secretariado acalmou a oposição, pois dele participaram muitos paulistas.

No início de 1931, já tinha se tornado bastante visível a decepção do PD – seus membros tinham apoiado a Revolução de 1930, na esperança de ascender ao poder, substituindo os antigos políticos do PRP. No entanto, tal intento não só estava ficando cada vez mais distante, como também se via ganhar força uma política de fortalecimento do poder central, em detrimento da autonomia estadual, alcançar a autonomia estadual era o mais importante objetivo do PD, embora em discursos seus criadores se esforçassem para acentuar o nacionalismo e minimizar o regionalismo.

A situação se agravou quando João Alberto, além de legalizar o Partido Comunista do Brasil (PCB), tentou uma política de aproximação com a classe operária, concedendo aumentos salariais e diminuindo a jornada de trabalho. Tais medidas assustaram a classe dominante paulista. Por isso, em 1931, o PD rompeu com o interventor, e em manifesto, reivindicou um governo paulista e civil. Como resultado desse enfrentamento, o partido foi fechado e o *Diário Nacional*, jornal que era seu porta-voz, também foi obrigado a cessar sua publicação.

A situação foi se tornando cada vez mais crítica e, em fins do mês de abril, os democratas tentaram um golpe. O fracasso do movimento levou à prisão mais de 200 revoltosos. A partir desse evento, a oposição iniciou uma demanda pela volta às formas legais, levantando como bandeira de luta a reconstitucionalização do país. O

aumento de pressão fez com que João Alberto se demitisse e Getúlio nomeasse interventor Laudo Ferreira de Camargo, jurista paulista e civil, que se mantinha neutro politicamente. Seu governo durou pouco, uma vez que demissionário menos de dois meses depois, devido às diversas divergências com o grupo dos tenentes. O resultado foi sua substituição pelo General Manuel Rabelo.

No início de 1932, o PD rompeu publicamente com Getúlio Vargas e fez um acordo com seu antigo inimigo, o PRP. Formou-se, então, a Frente Única Paulista. Outros Estados, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul também assistiram a formação de frentes políticas que se uniram à paulista em torno da bandeira da constitucionalização.

Getúlio Vargas, ao tomar ciência da extensão da mobilização, resolveu acelerar o processo de constitucionalização, mas a postura radical da oposição ganhara corpo, bem como as articulações para realizar a luta armada, que eclodiu aos 9 de julho de 1932 (CAPELATO, 1981).

O movimento significou uma aliança entre representantes do setor agrário, que compunham os dois partidos políticos que formavam a Frente Única, contando com a adesão de industriais e comerciantes: "As classes conservadoras de São Paulo se colocaram contra o Governo Provisório que representava uma outra fração da classe dominante brasileira, interessada no fortalecimento do Estado na sua intervenção na esfera da política e da produção" (CAPELATO, 1981, p. 21).

Além dos interesses econômicos, estavam em jogo projetos políticos divergentes (autonomia dos Estados versus centralização política, por exemplo), motivo pelo qual a camada conservadora articulou politicamente, sustentou a guerra e promoveu a campanha de mobilização do povo para a luta.

O apelo à luta armada contra a Ditadura deveria se fazer em nome de uma unidade de interesses que não existia na sociedade paulista. Havia, sim, uma unidade nas camadas dominantes paulistas – mas as questões nas quais se centralizava a oposição ao governo Vargas não sensibilizavam outros segmentos da sociedade, como a classe operária, vista pela elite dominante como uma sempre presente ameaça.

Toda a população coesa, constituída em um único grupo, deveria estar envolvida – era preciso contar com o apoio de todos os paulistas. Era necessário convencê-los de que não eram as camadas conservadoras que lutavam por um projeto político, mas São Paulo, que desafiava a ditadura, em nome do Brasil. Era São Paulo que se erguia por uma Constituição para o todo o país, daí a busca por unidade que articulasse também o particular, omitindo do seu ideário a divisão de classes da sociedade.

A unidade dos partidos políticos não foi suficiente para levar à luta o conjunto da sociedade. Tanto o PD como o PRP representavam os mesmos grupos dominantes, e não contavam com a participação das classes populares. Foi preciso que a "unidade" se estendesse e que, mais uma vez, se omitisse a divisão da sociedade em classes. Era fundamental a congregação do "povo paulista" em torno da luta contra a Ditadura – para tanto, as forças mobilizadoras da Revolução fizeram uso de uma simbologia que perseguia sempre o conceito de unidade, de nivelamento da sociedade em torno de figuras que pudessem representá-la.

Os valores generalizadores da ideologia burguesa foram acionados na chamada à luta – Nacionalidade, Civilização, Independência, domínio da Natureza pelo homem, bem como os valores mais caros à elite paulista: a "raça paulista" e as "tradições de São Paulo".

Conquanto a classe dominante se considerasse "quatrocentona" e frequentemente se expressasse de modo a se considerar pertencente a uma "raça privilegiada", naquele momento estendeu tais qualidades aos negros, índios e imigrantes. O símbolo mais forte encontrado foi o bandeirante – ele mesmo um produto da "raça" que surgira em São Paulo, e que construíra a Nação, conquistando as terras que deram forma ao Brasil fazendo uso de valentia, altivez e independência.

É fora de dúvida que a população do Planalto fora formada com forte índice de mestiços originários de casais mistos, compostos por indígenas e brancos, é também indubitável que os paulistas percorreram as terras preando índios e procurando ouro e pedras preciosas. Mas, seu significado foi dado pelos historiadores. As obras históricas fizeram do bandeirante o símbolo de São Paulo, integrando todas as camadas sociais em torno de um mesmo projeto, que tornava premente o apoio de todos os segmentos da população.

Por paulista, não se entendia mais

> […] somente o indivíduo nascido e criado em seu território, mas todo aquele que para lá se transportou, que em suas terras se fixou, que lá vive e desenvolve a sua existência, pleiteia seus ideais, confina a sua vida. Mesmo porque dos sete milhões que atualmente o povoam, nem talvez três milhões procedam dos antigos bandeirantes... (SÃO PAULO, SUA TERRA E SUA GENTE, 1932)

Bandeirante era todo paulista que se dispusesse a partir para a luta, pois "[…] a tradição bandeirante varou os séculos, espelhos da grande alma antiga: altiva, aguerrida e indomável", que desvendou a selva, plantou os cafezais, criou cidades fervilhantes, e

> […] como se tanto e muito mais não bastasse vendo periclitar nas sombras do ilusionismo ditatorial a luminosa integridade pátria, ei-la que se arroja, a mesma gente de Piratininga, a mesma raça altiva e generosa, para depositar ante o Brasil a dádiva suprema do seu ouro, do seu sangue e de seu admirável heroísmo. (JORNAL DAS TRINCHEIRAS, 1932)[20]

O *Jornal das Trincheiras*, periódico que era fartamente distribuído nas áreas de combate e no Rio de Janeiro, não dispensando o uso do bandeirante para estimular os soldados paulistas, lembrando sempre o que significava a entidade paulista, que não tinha mudado, que não era diferente do sertanista do século XVII que descobrira o ouro e com ele enriquecera a monarquia portuguesa, porque, em 1932, dava-se "ouro para o bem de São Paulo"[21], o que mudaram foram as turmalinas de Fernão Dias, em ouro, ouro para a vitória paulista (JORNAL DAS TRINCHEIRAS, 1932)[22].

O mesmo jornal que acenava para a riqueza dos bandeirantes também se recordava dele enquanto símbolo do avanço da civilização. Assim, depois de narrar, em um de seus números, a epopeia de Anhangüera, na célebre história em que o sertanista ameaçou por fogo nos rios, o artigo *Estirpe de Anhangüera*, lembrava que, naquele

20 Eterno Bandeirante. *Jornal das Trincheiras*: Órgão da Revolução Constitucionalista. São Paulo: 22 de setembro de 1932.

21 Ouro. *Jornal das Trincheiras*: Órgão da Revolução Constitucionalista. São Paulo: 18 de setembro de 1932.

22 As Esmeraldas. *Jornal das Trincheiras*: Órgão da Revolução Constitucionalista. São Paulo: 18 de setembro de 1932.

momento, a "chama da civilização" era levada adiante pelo soldado constitucionalista (JORNAL DAS TRINCHEIRAS, 1932)[23].

Um dos exemplos mais expressivos da utilização do símbolo bandeirista encontra-se no jornal *O Separatista*, que trouxe no expediente:

> Diretor: Fernão Dias Paes Leme
>
> Redator Chefe: Antônio Raposo Tavares
>
> Secretário Geral: Cap. Luís Pedroso de Barros.[24]

O separatismo tomou força em 1932 e foi buscar o modelo de coragem, e a "[…] garantia da bravura e da pertinácia com que continuaremos a evolução para o glorioso fim a que nos propusemos" (O SEPARATISTA, 1932), no mito da independência e coragem do Bandeirante.

A adesão à causa paulista por intelectuais traduziu-se por expressões literárias e artísticas, a exemplo dos versos de Menotti Del Picchia para o hino "Anhanguera", no qual recorria novamente ao tema da bravura que o soldado paulista tinha como dever para restaurar a Liberdade, sugerindo que o seu lema fosse o do bandeirante: "Vencer na empresa ou morrer", para que nunca recuasse, "pois Raposo não recuou".

O movimento de 1932 significava que:

> O despertar de São Paulo a 9 de julho foi a metempsicose da raça. Saíram dos seus jazigos as almas de Raposo, Borba Gato, Anhanguera.

23 Estirpe de Anhangüera. *Jornal das Trincheiras*: Órgão da Revolução Constitucionalista. São Paulo: 25 de setembro de 1932.

24 *O Separatista*. São Paulo: junho de 1932.

> Reencarnaram-se no moço delirante que sobraçou o fuzil e se improvisou soldado!
>
> [...]
>
> O mesmo sonho de penetração, das bandeiras, renovou-se da conquista da civilização. Reintegrar a lei! Ontem era mister integrar a pátria. Mas a lei é a pátria dos povos civilizados e cultos. Daí o bandeirismo de 10 de julho, dia da partida das novas monções articuladas no mistério da noite de 9. (PICCHIA, 1933, passim)

O *Hino Constitucionalista de 1932*, composto por Marcelo Tupinambá e gravado por Francisco Alves, também trazia a referência heroica do povo paulista, logo em sua primeira estrofe:

> Da alma cívica de um povo,
>
> Irmanado nas trincheiras,
>
> Surgem as novas Bandeiras,
>
> Criando um São Paulo novo.
>
> Povo heroico à luta afeito [...]
>
> (HINO CONSTITUCIONALISTA, 1932)

Existia uma "alma bandeirante" que havia se empolgado nos oitenta e três dias de luta, consubstanciando o que significava ser paulista. A síntese maior, porém, foi a que apareceu em *Minha Terra, minha pobre terra*, texto de Ibrahim Nobre, o mais famoso tribuno da Revolução de 1932:

> És paulista?
>
> Ah! Então tu me compreendes!

> Trazes como eu o luto em tua alma e lágrimas de fel no coração.
>
> Ferve em teu peito a cólera sagrada, de quem recebe na face a bofetada, o insulto, a vilania, a humilhação.
>
> [...]
>
> Minha voz, que entre cóleras se alteia, é tua dor também.
>
> Minha voz é murmúrio, é marulho, é o eco pobre, de sete milhões de angústias indormidas, e sete milhões de ódios despertados, através do pudor de todos nós (NOBRE, 1932)[25]

A iconografia do movimento de 1932 não dispensou a utilização do bandeirante para ilustrar toda sorte de papéis avulsos, volantes, cartazes, cartões e até partituras musicais que incitavam à luta. Às vezes, o bandeirante empunhava a bandeira de São Paulo, em outras, acenava, conclamando os jovens, e por fim, aparecia segurando em uma das mãos a caricatura de Getúlio Vargas, como a esmagá-lo.

Sua imagem refletia sempre a bravura, representada pelo olhar firme e porte sereno, adornada com os trajes que se convencionou ser do bandeirante: botas de cano alto, gibão e colete, e infalivelmente, o chapelão de abas largas, emoldurando um rosto barbado e de cabelos longos. Seus traços eram duros e procuravam dar ideia de austeridade e

25 NOBRE, Ibrahim. Minha Terra, minha pobre terra. Em 23 de maio de 1932 Ibrahim Nobre participou, como orador prestigiado, da manifestação popular dirigida pela Frente Única Paulista, pela Associação Comercial de São Paulo e por líderes das classes liberais. Nessa manifestação apresentou o que muitos consideram não um discurso, mas um poema: Minha Terra, Minha Pobre Terra, que fora publicado pela primeira vez pelo jornal A Gazeta, em 25 de janeiro de 1931 e foi reeditado também por A Gazeta, num livreto de oito páginas em 1957, nas comemorações de 25 anos da Revolução.

serenidade, rudeza mesmo, com que os bandeirantes eram imaginados a partir dessa construção histórica.

A revolução de 1932 usou o símbolo bandeirante, tendo por base o conhecimento histórico sobre as bandeiras e o significado que a pesquisa histórica tinha lhe outorgado para o exercício da função determinada naquele momento. Mesmo assim, não foi um período de grande produção histórica sobre o Bandeirismo (como quis Dante Moreira Leite), mas sim uma fase em que a produção histórica criou uma imagem apropriada para representar determinados interesses.

Esse período, e mesmo o que o sucedeu, não representaram um momento de produção histórica sobre as bandeiras, e os homens que as compuseram, mas significaram, de maneira bastante evidente, como o aspecto cognitivo da História pode ser transformado em instrumento político.

As forças de oposição, lideradas por São Paulo, representavam a elite paulista, a qual pretendia, para o estado, sua hegemonia no interior da federação brasileira. Dessa mesma elite tinham saído os principais historiadores das bandeiras. Os aspectos do bandeirismo recuperados naquele momento foram aqueles cujo significado lhe falava mais de perto e que, por isso, não precisou sofrer alterações para ser colocado como o maior símbolo de São Paulo – símbolo este que persiste até contemporaneamente.

A Revolução de 1932 não alcançou seu intento, qual seja, o de impedir a centralização do governo federal e de manter a federação sob a hegemonia paulista. Ao contrário, foi derrotada nas armas, e seu projeto político caiu por terra – os líderes da malograda revolução chamavam São Paulo de "terra conquistada".

Em 1933, teve início um processo de aproximação de São Paulo com o governo central, através de políticos paulistas e, em 1934, foi votada a Constituição, na qual prevaleceu o princípio de autonomia das unidades federativas, e que durou muito pouco. Em 1935, a "ameaça comunista" unia a classe dominante paulista ao Governo Central. Para destruição total do "perigo vermelho", a elite dirigente paulista abriu mão dos ideais de federação e autonomia estadual, aceitando, para tanto, a concentração cada vez maior do poder em mãos do Governo Central, sem dar mostras de maiores reações quando da instalação do Estado Novo, em 1937.

No ano seguinte, porém, membros da antiga oligarquia paulista, como Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho e outros, participaram de uma conspiração contra o governo de Vargas, aliando-se aos integralistas (FARIA, 1984). O fracasso dessa conspiração deu a Getúlio a oportunidade de se livrar dos seus inimigos e adversários políticos, que seguiram para o exílio, assim como teve a oportunidade de aumentar os dispositivos de coerção contra as oposições, com a finalidade de consolidar o Estado Novo.

Finalmente, pode concluir a obra centralizadora que perseguia desde 1930, colocando no aparelho de governo o centro responsável pelo processo de decisão. Instalou-se de forma muito segura um governo autoritário e centralizador que procurava também formar uma imagem positiva junto à população. Para tanto, contava com o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, e com a colaboração de alguns intelectuais. Enquanto o primeiro se ocupava com uma divulgação de caráter mais óbvio, intelectuais, como Cassiano Ricardo, procuravam na História justificativas para a implantação daquele sistema de governo. E o bandeirante, que tinha simbolizado o estado de São

Paulo e a luta pela federação, retornaria dessa vez, e contraditoriamente, simbolizando um governo centralizador.

Cassiano Ricardo nasceu em São José dos Campos, no Vale do Paraíba paulista, em 1895, numa família de pequenos agricultores. Formado em Direito, exerceu cargos públicos destacados, tendo sido secretário de Pedro de Toledo e de Armando de Sales Oliveira. Foi poeta e ensaísta. É bastante conhecida sua participação na Semana de Arte Moderna e sua colaboração no interior de grupos intelectuais nacionalistas, como *Verde Amarelo* e *Anta*, ao lado de Menotti del Picchia, Plínio Salgado e outros.

Foi também historiador e nesse campo deixou uma obra pouco vasta sobre as bandeiras, da qual se destacam *Marcha para Oeste*, *Pequeno ensaio de bandeirologia* e um artigo, bastante esclarecedor do seu pensamento, *O Estado Novo e o seu sentido bandeirante* (RICARDO, 1959). Cassiano Ricardo não mantinha ligações com a elite paulistana, a não ser com os meios literários. Não pertenceu ao PRP, nem ao PD, tampouco a outro partido político, mas apoiou o governo Vargas, do qual se tornou quase que um porta-voz. Preconizava um Estado forte, de caráter popular e eminentemente brasileiro, tal como ele via o Estado Novo, que encontraria "[…] explicação nas linhas dentro das quais se processa, desde o primeiro momento, a nossa formação social..." (RICARDO, 1959).

No dizer desse autor, foram três as sociedades que haviam se estruturado no Brasil Colonial: a sociedade agrária do litoral, a sociedade pastoral, e a sociedade bandeirante, sendo que somente a última caminhava para as fórmulas inaugurais de vida e de economia (RICARDO, 1959). Por suas características próprias, que ele mesmo condensou na quarta edição de *Marcha para Oeste*, o conceito de que a

bandeira teria sido a geradora do Brasil contemporâneo e do governo que se organizava.

O aspecto mais distintivo das três linhas nítidas que marcavam a estrutura social de cada bandeira, segundo o adestramento dos indivíduos *"pro status"* e papéis especiais, eram: comando, pelo mameluco; movimento, pelo índio; mineração e lavoura, pelo africano.

Ao especificar essa subdivisão, inseriu um elemento novo na composição étnica, negado ou omitido pelos outros historiadores das bandeiras, qual seja, o negro, que contribuiu, a seu ver, com o calor humano, abundância de sentimento e experiência sedentária na lavoura e na exploração das minas. Cada uma das raças era "aproveitada" no que tinha de traço psicológico considerado fundamental – ao mameluco, que herdaria do branco a liderança, caberia a chefia, o comando do movimento, sendo o índio – *"homo primitivus migratorius"*, desta vez aproveitado no seu nomadismo das bandeiras, mas um "nomadismo dirigido".

A bandeira era um "Estado em miniatura", origem da formação do Estado brasileiro, com a inclusão do branco, do negro e do índio, lhe havia dado o aspecto de democracia racial e de unidade nacional. A solidariedade existente na organização bandeirista imprimia-lhe um cunho de unidade, sendo que a solidariedade e o sofrimento no sertão nivelariam as diferenças sociais, enquanto um "pequeno Estado larvar e vivo". Esse inovador Estado teria um caráter popular e era praticante de uma democracia rudimentar, onde o chefe da bandeira falaria pelo povo – os bandeirantes também conheciam a falência dos regimes parlamentares e tagarelas...

Para Cassiano Ricardo, São Paulo seiscentista tinha a constituição de uma República, na qual o poder estava centralizado em mãos de um

chefe. Contudo, tal centralização era resultado de um "apelo popular", daí teria nascido o respeito às leis, característico das populações meridionais, respeito esse que seria a continuidade da autoridade do Cabo de tropa, no qual se delineava um tipo político especial: "A autoridade envolve uma grande soma de poder pessoal" e faz do chefe da bandeira a encarnação do governo forte – "[…] disciplinador, protetor dos que pedem justiça, o chefe militar, o fundador do Estado" (RICARDO, 1959).

Cassiano Ricardo fundamentou sua obra bandeirista, muito mais nas pesquisas de outros historiadores (Taunay, Paulo Prado, Alfredo Ellis) do que em informações que ele próprio colhera em fontes inéditas. No entanto, deu um outro significado ao conhecimento que os antigos haviam elaborado, uma vez que, se os primeiros tinham valorizado a mestiçagem e a colocado enquanto elemento fundamental do bandeirismo, ele também o fez, mas com diferenças fundamentais. Se para os historiadores de Piratininga a mestiçagem teria feito surgir uma "raça paulista", a qual explicava o arrojo e a valentia do bandeirante, sob sua ótica ela se constituía como um elemento nivelador da bandeira, aspecto que detonava sua formação democrática, origem do *"self-government"* brasileiro.

O "espírito de iniciativa", que para os primeiros autores provinha das condições étnicas, sociais e mesológicas do Planalto, foi substituído pela cooperação e associação, numa construção harmônica, que o Estado Novo pretendia anunciar:

> [...] Ricardo mitifica no passado o que lhe tornaria dificultoso acentuar o presente. A solidariedade social, o espírito cooperativo, dinamismo da ação individual direcionada socialmente, a mestiçagem intensa e a não existência de preconceito... – são apreciações muito mais voltadas para

> o querer do presente do que realmente considerações historicamente aferíveis no passado. (LENHARO, 1985)

Não deixa de ser interessante notar que Cassiano Ricardo expressou uma posição contrária à imagem construída anteriormente para o bandeirante, mantendo-a afastada, pois ela era bastante para

> […] dificultar um estudo que precisa ser exato, despojado de qualquer halo conotativo de resíduos míticos, há o perigo constante da deformação diária resultante da localização demagógica da palavra por oradores, por políticos em propaganda eleitoral, ou por descendentes de velhos troncos bandeirantes. (RICARDO, 1959)

Ele não hesitou, porém, em mitificar de outra forma a imagem do bandeirista. Os valores que destacou não foram os mesmos de outra mitificação, como a de 1932, por exemplo, mas enfatizou aqueles que serviriam para pensar a bandeira nos moldes da gênese de Estado Novo. O que Ricardo procurou no conhecimento histórico produzido anteriormente foram os elementos advindos da bandeira, transpostos para o momento presente: a concentração de poderes nas mãos do chefe da bandeira; a expansão geográfica e a integração territorial que o movimento bandeirista proporcionara, formando o contorno físico do Estado Nacional e tendo a miscigenação, como instrumento de democratização. O mesmo símbolo de luta pela autonomia do estado e pela hegemonia daqueles mais ricos se transformou no símbolo de um governo que lhe era oposto.

Cassiano Ricardo não negou as realizações das bandeiras, apontadas pelos historiadores da elite paulista, porém deu-lhes outro significado, concentrando nelas as qualidades do presente, para o

qual procurou justificativa histórica no plano político, explicando a "tendência popular para um governo forte" e as relações entre o governo do Estado Novo e a Nação. A bandeira, nessa medida, representou fé, autoridade, disciplina, obediência, hierarquia e solidariedade, tudo, enfim, que o Estado Novo preconizava para o Brasil. Além disso, deixou de ser um símbolo paulista por excelência, para se transformar numa representação nacional. Enquanto os paulistas exaltavam nos bandeirantes os traços que os caracterizavam enquanto membros de um estado, de um povo, até de uma "raça paulista", Cassiano Ricardo destacou as características que poderiam ser apropriadas para se esboçar a nacionalidade brasileira, não mais apenas paulista.

A fundamentação da nacionalidade através do bandeirismo determinou coincidentes interpretações da realidade não só com as aspirações do modelo político, mas também com os interesses de expansão econômica que se realizava. O Oeste, que as bandeiras tinham conquistado para o território brasileiro, representava as grandes riquezas inexploradas e a possibilidade de aproveitamento de suas terras férteis e virgens. O vazio demográfico deveria ser ocupado para que o Brasil explorasse todas as suas possibilidades, evitando o "imperialismo demográfico militar" na solução de seus problemas populacionais, que as atitudes de países da Europa faziam prever. Por tudo isso havia necessidade de que novas bandeiras se organizassem para ocupar o Brasil Central e outras regiões de baixa densidade demográfica.

As "novas bandeiras", entre as quais Ricardo incluiu a expansão da cafeicultura para o Oeste paulista, não poderiam ser entendidas mais como "[…] instrumento específico de uma sociedade de um sistema de vida", mas sim, como "bandeirismo", entendido no sentido de pioneirismo, de posse de territórios, não de propriedade, significando

a extensão da nacionalidade até rincões onde não havia chegado a "civilização brasileira", territórios estes que dariam maior riqueza ao país.

Todo conjunto ligava-se, na obra de Cassiano Ricardo, ao bandeirismo paulista e a São Paulo, base política e social do Estado Novo, que haveria de dar continuidade ao processo econômico, iniciado pelos bandeirantes do século XVII, e em permanente evolução, pelas ações de bandeiras mais recentes. Ele procurou integrar São Paulo, o maior contestador do centralismo de governo varguista, às bases fundamentais do ideário do Estado Novo, utilizando como símbolos os paulistas, defensores da federação que haviam criado e a ele atribuído significado oposto. Não se tratava de negar o poderio econômico de São Paulo, mas de levá-lo a aceitar os novos valores impostos pelo sistema de governo do Estado Novo, cujas raízes já se faziam presentes desde muito antes, em São Paulo – da fase do bandeirismo e de seu fruto, mas que Cassiano Ricardo achou por bem atrelar à nova situação política.

Ainda em 1956, em *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*, o autor retomou o tema, ligando, com o mesmo arcabouço teórico, as bandeiras ao Estado Novo, sistema que teria representado a instalação de uma democracia social no Brasil.

O bandeirante, no novo regime centralizador, não teve a mesma força que adquirira durante a Primeira República, ao representar os interesses políticos da elite paulista, antagônicos ao regime getulista. Sua presença maior encontrou repercussão somente na obra de Cassiano Ricardo, com poucas vozes que se fizeram uníssonas, usando o símbolo na mesma direção. Cassiano Ricardo não teve seguidores e seus livros foram os últimos de peso sobre as bandeiras e o bandeirismo.

Logo após a Revolução de 1932, surgiram produções menores de divulgação, que não faziam senão repetir, em linhas gerais, as pesquisas dos autores de obras matrizes, sendo que algumas delas tinham mais a intenção de estimular os paulistas logo após a derrota do movimento constitucionalista, ao valorizar novamente os aspectos mais conhecidos da figura do bandeirante.

A década de 1930 marcou o fim das grandes produções sobre as bandeiras, elaboradas pelos historiadores ligados à elite paulista, demarcando também o fim da hegemonia de São Paulo. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo continuou, através de sua *Revista*, a abrigar trabalhos produzidos posteriormente.

Na Universidade de São Paulo, criada pela elite paulista em 1934, depois de Alfredo Ellis e Taunay, o tema foi praticamente abandonado enquanto objeto de pesquisa, tendo sido mantido, porém, nos programas escolares, o que garantiu sua permanência em livros didáticos de nível fundamental e médio. Nestes, o bandeirante ora aparece como o grande herói construtor da nacionalidade, seguindo as pegadas de Ellis, Taunay, Alcântara Machado, num tom ufanista, ora como autor da legenda negra, como responsável pelo extermínio de índios.

A manutenção do bandeirismo como temática do programa escolar deu ensejo a que fosse incluído em coleções paradidáticas, nos quais eram dominantes as tendências de julgamento do bandeirante como violento e destruidor, deslocado do momento histórico e sem qualquer perspectiva de uma revisão ideológica do tema. Exceção é o estudo de Luiza Volpato, que procura explicar as bandeiras no contexto do sistema colonial, enquanto parte integrante dele (VOLPATO, 1985).

Se a pesquisa histórica não tem produzido inovadores livros sobre as bandeiras e os bandeirismos, nem por isso a temática desapareceu como símbolo. Os traços fortes do seu contorno, que lhe imprimiram os historiadores paulistas, permanecem ainda hoje, permitindo que seja uma figura de retórica constante nos discursos políticos e que, sobretudo, integre o cotidiano de São Paulo, mediante a utilização de sua imagem nos monumentos, nomes de ruas e clubes, associações, redes de telecomunicações e estradas. Isso permite que continue ocupando o lugar de grande herói de São Paulo, personificação do "Povo Paulista".

E indo além, como um espectro, fazendo morada nas páginas das histórias e memórias de Cuiabá e Mato Grosso.

Considerações Finais

Têm os paulistas razões sobejas para se desvanecerem do seu progresso excepcional e das suas nobilíssimas tradições.

Basílio de Magalhães

A constituição da imagem do Bandeirante e, por consequência, do paulista, foi edificada ao longo de três séculos. Originalmente, a produção teve por suporte documentos que não tiveram o objetivo de recuperar científica e historicamente os fatos relativos à Guerra dos Emboabas e as lutas entre paulistas e reinóis, tampouco teve a preocupação de recuperar historicamente o movimento bandeirista.

Nos textos que compõem a coleção do Padre Diogo Soares havia uma orientação prática no sentido de dirigir a elaboração de mapas e cartas geográficas, fornecendo para isso pontos de referência. No entanto, foram de relevante papel, quando da elaboração do Tratado de Madrid, pois a eles se devem informações seguras que permitiram a redação dos princípios do Tratado, baseados no *"uti possidetis"*. Da mesma forma, foram importantes elementos para a composição histórica do bandeirante como abridor de caminhos e desbravador dos sertões.

Somente na segunda metade do século XVIII surgiram as primeiras obras de caráter histórico formal, como as de Pedro Taques e Frei Gaspar, quando ficaram muito mais evidentes as origens e os mecanismos que levavam à sua produção. As mudanças na composição social da cidade de São Paulo afastavam de uma situação privilegiada os

antigos "donos do poder", grupo do qual os dois autores faziam parte, quer pela sua própria origem, quer pela sua consciência. Escritores sérios, que procuraram seguir rigorosamente as orientações de método histórico considerado correto – não mistificaram, nem inventaram fatos históricos. Escreveram aquilo que consideraram verídico, dando-lhe um *significado* que apontava para a valorização de sua gente.

Não foram mentirosas as pesquisas que realizaram em cartórios, arquivos etc., base empírica na elaboração de sua produção – mas a essa pesquisa deram encaminhamentos que procuraram garantir aos descendentes dos sertanistas o lugar de proeminência, mediante uma interpretação que os nobilitava, de direito, enquanto herdeiros da nobreza metropolitana, ou, de fato, como conquistadores de terras e homens, membros de um grupo étnico habilitado para isso.

Tais autores se transformaram em fonte para o estudo do bandeirismo, nos tempos que se seguiram. Por trás do conceito de "raça de gigantes", formulado por Saint-Hilaire, percebe-se a veemente descrição que Frei Gaspar imprimiu aos mamelucos, a coragem e austeridade da aristocracia, valorizada por Pedro Taques.

A centúria que se seguiu àqueles dois autores paulistas, trouxe novas questões – como a da centralização dos poderes na Corte do Rio de Janeiro e a formação do Estado Nacional. Os debates provocados apontaram para outra direção a pesquisa histórica, abandonando a um segundo plano a figura do bandeirante, a qual só iria renascer quando São Paulo, graças ao café, passou a ocupar um lugar de poderio econômico no conjunto das províncias brasileiras. Durante o período final do Império, a força política de São Paulo não correspondia à sua pujança econômica, fato que criava profundo ressentimento entre os políticos paulistas. A sua participação no movimento republicano

e a consequente instalação da República guiaram suas lideranças ao centro do poder. O projeto político edificado consubstanciava a ideia de Federação que pensavam, permitindo que o estado se desenvolvesse de maneira mais célebre.

A autonomia estadual, cerne daquela proposta, implicava também num projeto de hegemonia que caberia ao Estado mais poderoso economicamente. Assim, São Paulo passava a formar o ponto axial do projeto nacional. Novamente, sua história voltou a se identificar com a do Brasil, e, mais uma vez, o movimento bandeirista retornou a ser o fulcro dos estudos da história paulista.

Historiadores ligados à elite estadual deram um grande impulso à produção bandeiristas – retomaram as obras de Taques e Frei Gaspar, iniciaram a publicação de séries documentais sobre a história de São Paulo (leia-se, sobre o movimento bandeirista), despontando as obras matrizes dos grandes historiadores das bandeiras: Alfredo Ellis Jr., Taunay, Alcântara Machado, Paulo Prado, os quais compuseram um quadro das bandeiras e do bandeirante, reforçaram as linhas já esboçadas pelos seus antecessores do final do século XVIII. Suas pesquisas levaram-nos à construção da figura do bandeirante enquanto mestiço, de "sub-raça superior", o qual havia aliado as qualidades do europeu, as virtudes do índio, e que, com serenidade, a bravura e austeridade adquiridas na conquista da maior parte do território que formava o Brasil. Deram também a esse produto do conhecimento um sentido de continuidade, de herança daquelas qualidades herdadas pelos habitantes do estado.

A transposição da situação do bandeirante do século XVII para a do paulista do século XX não foi difícil, graças ao conhecimento que os historiadores haviam produzido. Na concepção dos que se

consideravam descendentes dos sertanistas, São Paulo herdara o contributo dos componentes do quadro bandeirante, tanto que, com seu espírito de iniciativa, com valentia e arrojo, enfim, com a "alma bandeirante", construíram o seu progresso e também o do Brasil como um todo, alavancando o desenvolvimento dos outros estados, qual uma locomotiva carregava seus vagões. Isso lhes dava o direito de exercer liderança sobre os demais estados.

A identificação, que os historiadores tornaram possível, entre o bandeirante e o paulista do século XX, permitiu que aquele assumisse o papel de símbolo de São Paulo. Nele se integraram, não somente as qualidades que suas lideranças atribuíam ao paulista, como também permitiram que a história de São Paulo fosse concebida como um processo unitário, onde não teriam ocorrido solução de continuidade. A ideia de integração e de unidade racial (no século XX com novos componentes – os imigrantes), territorial (ocupação de novos espaços, com o café, por exemplo), econômica (com o impulso que o crescimento de São Paulo dava ao Brasil) e, finalmente, pela política (representada pela liderança que o estado pretendia exercer, no âmbito geral) se tornavam viáveis nesse processo de integração nacional.

Toda vez que camadas políticas ou sociais percebiam a necessidade de manter a integração em torno de São Paulo, tendo o bandeirante, não mais como objeto de conhecimento histórico, mas enquanto símbolo, era ele sempre lembrado. Isso aconteceu na Revolução de 1932, quando as elites paulistas precisaram se unir em torno de um projeto político que englobasse todas as camadas da população de São Paulo – afinal, a ideia de unidade podia ser sintetizada no bandeirante.

Isso aconteceu também, no projeto político que lhe era oposto – o do Estado Novo. O sentido do símbolo não mudou – era ainda o de integração à unidade – dessa vez, porém, numa outra direção que não o "federalismo hegemônico", mas o governo centralizador.

As mudanças políticas, as transformações sociais, a industrialização e as novas formas de reorganização da sociedade paulista trouxeram diferenciados agrupamentos sociais com percepções e necessidades distintas que, por fim, provocaram o surgimento de novos elementos simbólicos, aos quais passaram a ser atribuídas as representações exigidas pelo momento histórico. No entanto, a reafirmação do bandeirante realizada de forma concreta, por meio, sobretudo, das representações artísticas, mantém-se presente no imaginário cotidiano e artístico dos paulistanos, embora pareça que não tenha mais significado histórico para o homem comum.

Referências

ABREU, João Capistrano. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800*: Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil, Brasília: EdUnB, 1982.

ABREU, Manoel C. de. Divertimento Admirável para os Historiadores observarem as Máquinas do Mundo Reconhecidas nos Sertões de Navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, n. 6, p. 253-290, 1900-1901.

ABUD, Kátia Maria. *Autoridade e riqueza, contribuição para o estudo da sociedade paulistana na segunda metade do século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1978.

ALCÂNTARA MACHADO, Antonio de. *Cavaquinho. Novelas Paulistanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Revista dos Tribunaes, 1929.

ALENCASTRE, José M. Pereira. Memória cronológica, História e corográfica da província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 20, p. 5-164, 1857.

AMARAL, Antônio Barreto do. *O Departamento do Arquivo do Estado e sua história*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 1974.

ANDRADA III, Martim Francisco. *São Paulo Independente*. Propaganda separatista, São Paulo, 1887.

AZEVEDO MARQUES, Manuel Eufrásio de. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticiosos da Provínvia de São Paulo seguidos da Cronologia dos Acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente, até o ano de 1876*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980 (Reconquista do Brasil; Nova Série, 3-4).

BAGU, Sérgio. *Tiempos, realidad social y conocimiento*. 6 ed., México: Siglo Veinteuno, 1979.

BARBOSA, Francisco de Oliveira. Notícias da Capitania de São Paulo, da América Meridional, escritas no ano de 1792. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: n. 5, p. 22-36, 1885.

BARROS, Joaquim Fernandes de. *Propaganda separatista*: a pátria paulista / cartas de J. F. de Barros (Bacharel de Direito) ao Dr. F. E. Pacheco e Silva. Distribuição gratuita. São Paulo: São Paulo: Typ. da Provincia, 1887.

BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da dominação*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BOXER, Charles Ralph. Some reflections on the historiography of Colonial Brazil, 1950- 1970. ALDEN, Daniel (Ed.). *Colonial Roots of Modern Brazil*, Berkeley: University of California Press, 1973, p. 3-15.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo*. 3 v. Pref. de Gilberto Freyre. São Paulo: Hucitec; Secretaria Municipal de Cultura, 1984.

BRUNO, Ernani Silva (Org.). *São Paulo*: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1967.

BURNS, E. Bradsford. *Perspectiva on Brasilian History*. New York: Columbia University Press, 1967.

CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968 (Coleção Corpo e Alma do Brasil, XXIII).

CAMPOS, Pedro Moacyr. Esboço da Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX. In: GLENISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 2 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1977, p. 250-293.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O Estudo da História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo: 25 de janeiro, de 1954.

CANABRAVA, Alice P. Bandeiras. In: BERRIEN, William e MORAES, Rubem Borba de. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Souza, 1949.

CANABRAVA, Alice P. *Esboço da História Econômica de São Paulo*, Terra e Povo. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre: Globo; p. 19-46,1967.

CANABRAVA, Alice P. Roteiro Sucinto do Desenvolvimento da Historiografia Brasileira. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo, 1971. *Anais,* São Paulo, IEB, v. 2, p. 4-9, 1972.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. 2 v. Campinas, 1975.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932*: a causa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Tudo é História, 15).

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *La Historia como Ciencia. Ensayo Introdutorio y Seleción*. Costa Rica: Universitária, Centroamericana, 1975.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *et al. Perspectivas de la Historiografia Contemporânea*. México: Sep Setentas, 1976.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Trad. de Geny Reynaud; revisão técnica de Luís Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Rumos da Cultura Moderna, 52).

CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. CEDEC, 1978 (Série 3).

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*, 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1982 (Primeiros Passos, 1).

CHAUÍ, Marilena; ROCHA, André. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Autêntica, 2013.

CHESNEAUX, Jean. *Du Passé Faisons Table Rose?* Paris: Maspero, 1976.

CLETO, Marcelino Pereira. Dissertação sobre a Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la. *Anais da Biblioteca Nacional,* Rio de Janeiro, n. 21, p. 183-254, 1900.

COELHO, Filipe José Nogueira, Memórias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do ouro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, v. 13, p. 137-199, 1872.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1956, 2. v.

COSTA, Cláudio Manoel da. *Vila Rica. Fundamentos Históricos*. https://pt.wikisource/w/index.php? Acesso em: 10/4/2018

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República* – Momentos decisivos. 2 ed., São Paulo: Ciências Humanas, 1979. (Col. Brasil Ontem e Hoje, 2).

COSTA. Emilia Viotti da. *1932*: Imagens contraditórias. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

COSTA. Emilia Viotti da. Anotações à margem do relatório de História. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo, set. 1971. *Anais*, São Paulo, IEB, v. 2, p. 51-62, 1972.

DAYREL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste*. Dissertação de Mestrado Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, em convênio com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Goiânia, 1974.

DEBES, Célio. O historiador Washington Luis. In: LUIS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Brasília: Senado Federal, 2004 (Edições do Senado Federal, 24).

DERBY, Orville. As bandeiras paulistas, de 1601 a 1604. *Revista do Instituto Histó*rico e Geográfico de São Paulo. São Paulo, v. 8, p. 399-413, 1903.

DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional, 1966.

DUARTE, Paulo. *Agora nós!* São Paulo, 1932 (panfleto).

ELLIS JR., Alfredo. *Os Primeiros Troncos Paulistas*. 2 ed., São Paulo: Nacional; Brasília; Instituto Nacional do Livro, 1976 (Brasiliana, 59).

ELLIS JR., Alfredo. *Novas Bandeiras e Novos Bandeirantes: Alguns paulistas dos séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: J. Leite, 1922.

ELLIS JR, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*: *Pesquisas nos documentos seiscentistas*. São Paulo: Nacional, 1924.

ELLIS JR., Alfredo. *Raça de Giga*ntes: *a civilização no Planalto Paulista*. São Paulo: Novíssima, 1926.

ELLIS JR., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. 2 ed., São Paulo: Nacional, 1934.

ELLIS JR., Alfredo. *Meio século de bandeirismo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1939.

ELLIS JR., Alfredo. *Capítulos da História Psicológica de São Paulo*. História da Civilização Brasileira, n. 5, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1945. (Boletim, L III).

ELLIS, Miryam. Afonso d'Escragnolle Taunay no ano do seu centenário (1876-1976). *Revista da História*. São Paulo, n. 107, p. 3-10, jul/set, 1976.

ENNES, ERNESTO. *As Guerras dos Palmares (subsídios para sua história)*. 1o volume: Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" 1687-1700. Prefácio de Afonso d'Escragnolle Taunay. São Paulo: Nacional, 1938.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EdUSP, 1975, 2v.

FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luís. *O retrato do velho*. São Paulo: Atual, 1984.

FARIA, Antônio Augusto; BARROS, Edgard Luís. *Getúlio Vargas e sua época*. 2 ed., São Paulo: Global, 1983.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. História e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FIGUEIRA, Pedro de Alcântara. *Historiografia Brasileira (1900-1930)*: análise crítica. Assis, 1973 (mimeo).

FERRO, Marc. *As Falsificações da História*. Trad. Cascais Franco Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

FLORESCANO, E. De la memoria del poder a la historia como explicación. In: *História, para que?* 5 ed., Mexico: Siglo Veinteuno, 1984.

FONSECA, Pe. Manuel. Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes (trecho). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. III, 1841.

GODINHO, Vitorino Magalhães. Em torno da História e sua situação no Brasil, In: *Ensaios; III sobre teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa, 1971, p. 259-268.

GRAHAM, Richard. Comentário. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo, set. 1971. *Anais*. São Paulo, IEB, 1972, v. 2, p. 34-36.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico v. 3, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1975 (Documentos Brasileiros, 89).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Pref. de Antônio Cândido. 9 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. (Documentos Brasileiros, 1).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil durante os últimos 50 anos. *Correio da Manhã,* Rio de Janeiro: 15 jun. 1951.

IGLÉSIAS, Francisco. Comentário. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo, set. 1971. *Anais*. São Paulo, IEB, 1972, v. 2, p. 34-36.

INFORMAÇÃO DO ESTADO DO BRASIL E SUAS CAPITANIAS. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: t. 25, p. 465-478, 1862.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A falsa dialética Justiniano José da Rocha. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-17, mar.1982.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: Jornalista e Historiador*. São Paulo: Ática, 1977 (Ensaios, 31).

JASPERS, Karl. *Origem y meta de la Historia*. Trad. Fernando Vela, 4 ed., Madrid: Selecta de Revista de Ocidente, 1968.

JARQUE, Francisco; ALTAMIRANO, Diego. *Las missiones jesuitcas en 1687*: el estado en qué lo presentegozan las Missiones de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay, Tucumany Rio de la Plata. Buenos Aires: Academia Nacional de Historia, 1687.

KAPLAN, Marcos. *La ciência em la sociedad y en la política*. Mexico: Sep. Diana, 1979.

KUSNESOF, Elizabeth. *Social nobility and imobility in urban change*. São Paulo, 1765 to 1820. San Francisco: Congress of American Historical Association, dez. 1974 (mimeo).

LACOMBE, Américo Jacobina. Historiografia brasileira; Os grandes nomes da nossa história. In: *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Nacional; EdUSP, 1974, p.160-203 (Brasiliana, 350).

LAPA, José Roberto do Amaral. Alguns problemas da atual historiografia brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 11, p. 19-38, 1972.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão*: Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LAXE, João Batista Cortines. Câmaras Municipais, Histórico. In: *Regimento das Câmaras Municipais*. Pref. Brasil Bandecchi. 3 ed., São Paulo: Obelisco, 1962.

LE GOFF, Jacques. *A nova história*. Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

LEFÈBVRE, Georges. *O nascimento da moderna historiografia*. Trad. José Pecegueiro. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1981.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 2 ed., São Paulo: Pioneira, 1969.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia Paulistana*, Histórica e Genealógica. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Noticias das Minas de São Paulo e dos Sertões da mesma Capitania*. Introd. e notas de Afonso d'E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980 (Reconquista do Brasil, nova série, 27).

LENHARO, Alai. *Corpo e Alma. As Sombrias Mutações do Poder. 1930-1945*, Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1985.

LIMA, Augusto de. Um Município do Ouro: memória histórica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 65, p. 141-145, 1901.

LOBATO, José Bento Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Urupês, 1959.

LOVE, Josef L. *A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira*: 1889-1937. Trad. Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1982.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. 4 ed. São Paulo: Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978 (Brasiliana, 45).

MAGALHÃES, Basílio de. *O Estado de São Paulo e o seu progresso na atualidade* (Notas Estatísticas Sobre a Organização Político-administrativa e os Principais Fatores de Prosperidade - Material, Intelectual e Moral – da Terra dos Bandeirantes). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1913.

MARAVALL, José Antonio. *Teoria del Saber Histórico*. 3 ed., ampliada. Madrid: Electa de Revista del Ocidente, 1967.

MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1975 (Reconquista do Brasil, 20).

MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Estatísticos e Noticiosos da Provincia de São Paulo:* seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente, até o ano de 1876. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980, 2 v.

MARSON, Adalberto. Sobre a ideologia do caráter nacional: uma revisão. *Revista de História*, São Paulo, V. LXII, n. 86, p. 513-528, abr./jun. 1971.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Alguns aspectos da evolução da historiografia*. Notícia bibliográfica e histórica. Campinas, n. 3, p. 145-163, maio, 1972.

MAURO, Frederic. Comentários. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, set. 1971. *Anais,* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1972, v. 2, p. 19-21.

MAURO, José Eduardo Marques. A pesquisa histórica no Brasil. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, set. 1971, *Anais*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, set. 1972, v. 2, p. 19-21.

MELO, Luís Correia de. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

MESGRAVIS, Laima. Os aspectos estamentais da estrutura social do Brasil Colônia. *Estudos Econômicos*, São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, n. 13 (número especial), 1983, p. 799-811.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios*. São Paulo: Bipa, 1946.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual*: Feita pelos Religiosos da

Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. [trad.] S. J. Pe. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, [1639] 1985.

MORAES, Rubem Borba de; BERRIEN, William (Dir.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Souza, 1949.

MORSE, Richard. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970 (Corpo e Alma do Brasil, 30).

MOTA, Carlos Guilherme. Mentalidade Ilustrada na Colonização Portuguesa. *Revista de História*. São Paulo, v. XXXV, n. 72, p. 405-416, 1967.

MOTA, Carlos Guilherme. A Historiografia Brasileira nos Últimos Quarenta Anos: tentativa de avaliação crítica. *Debate & Crítica*. São Paulo, n. 5, p. 1-26, mar. 1975.

OLIVEIRA, Luís da Silva Pereira. *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*. Lisboa: João Rodrigues Neves, 1806.

PARAIN, Charles y otros. Hacia uma nueva historia. Madrid, Akal Editor, 1976.

PASO, Leonardo y otros. *Corrientes historiograficas*. Buenos Aires: Ediciones Centros de Estudios, 1974.

PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio Narrativo do Peregrino da América*. 6 ed., Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1939, 2 v.

PEREYRA, Carlos (orgs.). *História para que?* 5 ed., Mexico: Siglo Veinteuno, 1984.

PETRONE, Maria Teresa Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1976 (Brasiliana, 361).

PITA, Sebastião Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981 (Reconquista do Brasil, 32).

PICCHIA, P. M. del. *O Despertar de São Paul*o. Episódios históricos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

PLA, Alberto J. *La Historia y su metodo*. Barcelona: Fontamara, 1980.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 5 ed., São Paulo: Brasiliense, 1959.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros ensaios*. 8 ed., São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO, Maria Lígia. *A democracia ilustrada*. São Paulo 1926-1934. Tese (Doutorado em História) –Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982.

PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de São Paulo"). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

PRADO, Maria Lígia. O Partido Democrático de São Paulo: adesões e aliciamento de eleitores (1926-1934). *Revista de História*. São Paulo, n. 117, p. 71-85, dez. 1984.

PRADO, Paulo. *Província & Nação*. Paulística. Retratos do Brasil. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1972.

RAMOS, Donald. Códice Costa Matoso: reflexões. *Varia Historia*. Belo Horizonte, n. 21, p. 17-32, jul. 1999.

RENDON, José Arouche de Toledo. Memórias sobre as aldeias de índios da província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 295-317, 1842.

REPRODUÇÃO fac-similar de jornais, folhas volantes, cartazes, cartões postais, partituras e folhetos do período da Revolução de 1932. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado; Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, 1982.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil: Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e seu sentido bandeirante. *Cultura Política*. Rio de Janeiro, 1(1), p. 110-132, 1941.

RICARDO, Cassiano. *Pequeno Ensaio de Bandeirologia*. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura. Serviço de Documentação, 1956 (Caderrnos de Cultura).

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. (Org.), trad. e apres. Hilton Japiassu, Rio de 2 ed., Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RIO BRANCO, Barão do. *História do Brasil*. Trad. João Vieira de Almeida, Rio de Janeiro: Max Fleiuss, 1930.

ROBIN, Regine. *História e lingüística*. Trad. Adélia Bolk. São Paulo: Cultrix, 1979.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, s/d.

RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e História*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1961.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Introdução metodológica. 3 ed. revista e aumentada. São Paulo: Nacional, 1969. (Brasiliana Grande Formato, 11).

RODRIGUES, José Honório. *História e historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.

RODRIGUES, José Honório. Pesquisa Histórica no Brasil. *Revista de História*. São Paulo, n. 43, v. 88, p. 373-415, dez. 1971.

RODRIGUES, José Honório. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971 (Debates - História, 28).

RODRIGUES, José Honório. A propósito da historiografia brasileira. *Debate & Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 119-126, mar. 1975.

RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil*. 1ª parte: A historiografia colonial. 2 ed., São Paulo: Nacional, 1979.

SÁ, José Barbosa de. *Relação de Povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seos principios a the os prezentes tempos*. Cuiabá: UFMT; Secretaria da Educação e Cultura de Mato Grosso, 1975.

SALLES, Alberto. *A Pátria Paulista*. Campinas: Typ. da Gazeta, 1887.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Martins; EdUSP, 1972 (Biblioteca Histórica Brasileira).

SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*. Porto, Iniciativas Editoriais, 1971.

SILVA, Hélio. *1932*: A Guerra Paulista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SILVA, Ludovico. *Teoria y Prática de la Ideologia*. 4 ed., Mexico: Nuestro Tiempo, 1976.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanismo e Federalismo*: um estudo da implantação da república brasileira (1889-1902). Brasília: Senado Federal, 1978 (Coleção Bernardo Pereira de Vasconcelos, 4).

SKIDMORE, Thomas E. The historiography of Brazil, 1889-1964. *The Hispanic American Historical Review*. Durham (NC), v. 55, n. 4, p. 716-748 e v. 56, n. 1, p. 81-109, nov. 1975 e 1976.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil*: de Getúlio a Castelo. 4 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. Luís Joaquim, anotada por J.C. Fernandes, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; pref. de B. Bandecchi; Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981 (Reconquista do Brasil, nova série, v. 67).

STEIN, Stanley J. A historiografia do Brasil. 1808-1889. *Revista de História*, São Paulo, v. 29, n. 59, p. 81-131, jul-set. 1964.

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *Escritores Coloniais*. São Paulo: Diário Oficial, 1925.

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1939.

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *História das Bandeiras Paulistas*. 3 ed., São Paulo: Melhoramentos; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, 3v.

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *Relatos Monçoeiros*. coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981. (Reconquista do Brasil, nova série vol. 33).

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *Relatos Sertanistas*. coletânea, introdução e notas de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981 (Reconquista do Brasil, nova série: vol. 34).

TAUNAY, Afonso d' Escragnolle. *Uma carta de Pedro Taques a Cláudio Manoel da Costa*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 12/6/1949.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Formação do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1961 (Brasiliana, 38).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História*. Org. Nilo Odália, São Paulo: Ática, 1979.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil:* antes e depois de sua independência. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980.

VAISSETTE, Jean Joseph. *Géographie historique, ecclesiastique et civile ou Description de toutes parties du globe terrestre, enrichie de cartes géographiques*. Chez Desaint & SaillantJ. – T. Herissant, J. Barois, 1755

VERGUEIRO, Laura. *Opulência e miséria nas Minas Gerais*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História, 18).

VERÓN, Eliseo. *Ideologia, estrutura e comunicação*. Trad. Amélia Cohn. São Paulo, Ática, 1980.

VILLAR, Pierre. *Iniciación al vocabulário del analisis historico*. Barcelona: Grijalbo, 1980.

VIANNA Francisco J. de Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 2 ed., São Paulo: Nacional, 1933.

VIANNA Francisco J. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*: história, organização e psicologia. 1º v. Paulistas, fluminenses, mineiros. 5. ed., Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.

VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1939.

VOLPATO, Luiza R. R. *A conquista da terra no universo da pobreza*: a formação da fronteira oeste do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1987.

VOLPATO, Luiza R. R. *Entradas e bandeiras*. 3 ed., São Paulo: Global, 1985.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Comentário. In: Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. São Paulo, set. 1971. *Anais*, São Paulo, IEB, 1972, v. 2, p. 51- 62.

O Projeto Ouro & Mel tem a missão de publicar catálogos de fontes e estudos de referência, em formato impresso e digital, sobre a história, memória e cultura de Cuiabá e Mato Grosso, a partir de uma ação entre a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Fundação Uniselva, tendo a EdUFMT – Editora Universitária e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) como responsáveis pela sua execução. O financiamento da ação é resultado da emenda parlamentar destinada pelo deputado estadual Allan Kardec Pinto Acosta Benitez – no ano de 2017, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT).

Ouro & Mel

Coordenação:
Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD)
Renilson Rosa Ribeiro (História/IGHD-EdUFMT)

Equipe de Pesquisadores:
Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes (História/IGHD)
Divanize Carbonieri (Letras/IL)
Eliane Maria Oliveira Morgado (NDIHR/IGHD)
Elizabeth Figueiredo de Sá (GEM/IE)
Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT)
Francisco Xavier Freire Rodrigues (Sociologia/ICHS)
José Serafim Bertoloto (ECCO/FCA)
Márcio Antonio Alves da Rocha (NDIHR/IGHD)
Maria Thereza de Oliveira Azevedo (ECCO/FCA)
Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD)
Osvaldo Rodrigues Junior (História/IGHD)
Renilson Rosa Ribeiro (História/IGHD-EdUFMT)
Sonia Regina Romancini (Geografia/IGHD)
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (Geografia/IGHD)

Equipe de Apoio a Pesquisa:
Ana Flávia Freire Bispo (História/IGHD)
Barbara Cristina Lozano (História/IGHD)
Ivanildo César Neres (História/IGHD)
Jhucyrllene Campos dos Santos (PPGHIS/UFMT)
Pedro Pinto Duarte Agnolon (História/IGHD)

Projeto Gráfico, Editorial & Diagramação:
Kenny Kendy Kawaguchi (EdUFMT)

Apoio:

EdUFMT NDIHR SECEL Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer Governo de Mato Grosso UFMT UFMT PROCEV UNISELVA

São bastante conhecidas as expressões gráficas, visuais e artísticas nas quais o vocábulo "paulista" é substituído por bandeirante – nas ruas, praças, nos discursos políticos, hinos e homenagens a São Paulo. O bandeirante, sem sombra de dúvida, é a figura que, por excelência, representa uma entidade paulista.

A finalidade deste livro, originalmente uma tese de doutorado, é estudar a história da construção do conhecimento sobre as bandeiras paulistas e investigar os mecanismos e relações que levaram à constituição do bandeirante como o maior símbolo do estado de São Paulo.

9 786555 880939